Estratégia
CONCURSOS

Aul

Conhecimentos Específicos p/ ALAP (Psicólogo) Com Videoaulas - Pós-Edital

Professor: Marina Becalli

SUMÁRIO	PÁGINA
1. Avaliação Psicológica	*04*
2. Psicodiagnóstico	*07*
3. Entrevista psicológica	*17*
4. Estudo de caso	*26*
5. Testes psicológicos	*27*
6. Laudos, pareceres, relatórios psicológicos	*42*
7. Resolução CFP 006/2019	*58*
8. Resolução de questões	*85*
9. Lista de questões	*154*
10. Gabarito	*190*

AULA 00 - DEMONSTRATIVA

APRESENTAÇÃO

Caro aluno,

É com grande alegria que lhe dou boas-vindas a este curso de **PSICOLOGIA** específico para a **ALAP** que será composto por:

- curso escrito (em PDF), formado por 09 aulas em que explico o conteúdo teórico, além de apresentar questões resolvidas.

- **fórum de dúvidas**, em que você pode entrar em contato direto conosco quando julgar necessário.

Em cada aula teremos a exposição da teoria seguida da resolução e comentários de questões de provas sobre o assunto. Nos comentários, pode haver explicações novas. Dessa forma, teoria e questões se complementam. Ao final, disponibilizarei a lista de questões trabalhadas na aula seguidas do gabarito.

Caso haja alguma dúvida em relação ao conteúdo, você está convidado a compartilhá-la no fórum de dúvidas. A possibilidade de interação com o professor é um dos diferenciais dos cursos em PDF; portanto, não hesite em usá-la.

Você nunca estudou Psicologia para concursos? Não tem problema, este curso também é para você. Isto porque você estará adquirindo um material bastante completo, onde você poderá trabalhar em aulas escritas, e resolver exercícios, sempre podendo aprender com as resoluções das questões e tirar dúvidas através do fórum. **Mesmo sem ter estudado este conteúdo antes, você pode conseguir um ótimo desempenho na sua prova**. Se você se encontra nesta situação, será preciso investir um tempo maior, dedicar-se bastante ao nosso curso.

Dito isso, ressalto as características principais do curso:

- **Conteúdo** teórico completo e atualizado, apresentado de forma clara e objetiva;
- **Questões resolvidas e comentadas;**
- **Contato direto com o professor via fórum para retirada de dúvidas;**

Enfim, espero que você aproveite o curso, tire as suas dúvidas, estude bastante e, na hora da prova, consiga ter um ótimo desempenho. Todo o esforço empregado nessa fase de preparação será recompensado com a alegria que acompanha a aprovação, momento que esperamos compartilhar com você!

Meu nome é Marina Beccalli e sou professora de Psicologia aqui do Estratégia Concursos. Sou formada em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), tendo experiência de atuação na área clínica em consultório particular, com ênfase na Psicanálise. Fui aprovada para o cargo de Psicólogo Judiciário do Tribunal de Justiça de SP (TJ/SP) no concurso de 2017. Além disso, a Psicologia Jurídica é a área da minha especialização e também sou psicóloga perita da Justiça Federal, com ênfase em casos de sequestro internacional de crianças.

Espero que seja produtivo o nosso **encontro e diálogo**. Além disso, sei o quanto faz diferença na preparação um material de qualidade, e o estudo para concurso exige ferramentas que sejam confiáveis, que sejam elaboradas de forma objetiva, sintetizada e com foco no que é cobrado em provas.

Para finalizar esta apresentação, quero que você tenha em mente que o primeiro passo para o sucesso é entender que **todo processo precisa de muita dedicação**. Ao estudar para concursos, é necessário escolher o melhor material de estudo, pois essa decisão, junto com seu esforço, é o que vai determinar sua aprovação.

Quer tirar alguma dúvida antes de adquirir o curso? Deixo abaixo meus contatos:



E-mail: marinapbeccalli@gmail.com

Facebook: Marina Beccalli

Instagram: @marinapbeccalli

1 – AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA



De acordo com a resolução do CFP nº007/2003, a avaliação psicológica é entendida como o **processo técnico-científico de coleta de dados, estudos e interpretação de informações a respeito dos fenômenos psicológicos**, que são resultantes da relação do indivíduo com a sociedade, utilizando-se, para tanto, de estratégias psicológicas – métodos, técnicas e instrumentos.

Os resultados das avaliações devem considerar e **analisar os condicionantes históricos e sociais e seus efeitos no psiquismo**, com a finalidade de servirem como instrumentos para atuar não somente sobre o indivíduo, mas na modificação desses condicionantes que operam desde a formulação da demanda até a conclusão do processo de avaliação psicológica.

De acordo com a cartilha *Avaliação Psicológica (2013)* do CFP, a avaliação psicológica é compreendida como um **amplo processo de investigação**, no qual se conhece o avaliado e sua demanda, com o intuito de programar a tomada de decisão mais apropriada do psicólogo. Mais

especialmente, **a avaliação psicológica refere-se à coleta e interpretação de dados**, obtidos por meio de um conjunto de procedimentos confiáveis, entendidos como aqueles reconhecidos pela ciência psicológica.

A avaliação psicológica é um processo técnico e científico realizado com pessoas ou grupos de pessoas que, de acordo com cada área de conhecimento, requer metodologias específicas. Ela é **dinâmica** e constitui-se em fonte de informações de caráter explicativo sobre os fenômenos psicológicos, com a finalidade de subsidiar os trabalhos nos diferentes campos de atuação do psicólogo, dentre eles, saúde, educação, trabalho e outros setores em que ela se fizer necessária. Trata-se de um estudo que requer um planejamento prévio e cuidadoso, de acordo com a demanda e os fins para os quais a avaliação se destina (CFP, 2013).

De acordo com a cartilha *Avaliação Psicológica (2013)* do CFP, o processo de avaliação psicológica é capaz de prover informações importantes para o desenvolvimento de hipóteses, por parte dos psicólogos, que levem à compreensão das características psicológicas da pessoa ou de um grupo. Essas características podem se referir à forma como as pessoas irão desempenhar uma dada atividade, à qualidade das interações interpessoais que elas apresentam, dentre outros.

Assim, dependendo dos objetivos da avaliação psicológica, a compreensão poderá abranger aspectos psicológicos de natureza diversa. É importante notar que a qualidade do conhecimento alcançado depende da **escolha de instrumentos/estratégias que maximizem a qualidade do processo** de avaliação psicológica. É importante que o **foco da atenção** esteja sobre a **pessoa examinada** e não sobre o instrumento de avaliação.

1.1 – Etapas da Avaliação Psicológica



De acordo com a *Cartilha sobre Avaliação Psicológica* do Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2013), o processo de avaliação psicológica apresenta alguns passos essenciais para que seja possível alcançar os resultados esperados, a saber:

1. Levantamento dos objetivos da avaliação e particularidades do indivíduo ou grupo a ser avaliado. Permite a escolha dos instrumentos/estratégias mais adequados para a realização da avaliação psicológica.

2. Coleta de informações: entrevistas, dinâmicas, observações e teste projetivos e/ou psicométricos. A integração dessas informações deve ser suficientemente ampla para dar conta dos objetivos pretendidos pelo processo de avaliação. Não é recomendada a utilização de uma única técnica ou um só instrumento para a avaliação.

3. Integração das informações e desenvolvimento das hipóteses iniciais. Diante dessas informações, o psicólogo pode constatar a necessidade de utilizar outros instrumentos/estratégias de modo a refinar ou elaborar novas hipóteses.

4. Indicação das respostas à situação que motivou o processo de avaliação e comunicação cuidadosa dos resultados, com atenção aos procedimentos éticos implícitos e considerando as eventuais limitações da avaliação. Nesse processo, os procedimentos variam de acordo com o contexto e propósito da avaliação.

1.2 – COMPETÊNCIAS DO AVALIADOR

Para Alchieri e Cruz (2003), o processo de avaliação psicológica depende da atitude orientada no sentido da **compreensão** do que está sendo avaliado e da **habilidade do avaliador para detectar a demanda, escolher e utilizar adequadamente os instrumentos** apropriados para a situação.

O Código de Ética da American Psychological Association (APA), de acordo com Anastasi e Urbina (2000), preconiza que os psicólogos devem oferecer serviços e usar técnicas nas quais tenham domínio, visando além de resultados mais confiáveis, uma proteção aos testandos quanto a usos inadequados. Além disso, outras competências do avaliador trazidas pelas autoras são em relação à escolha de **instrumentos específicos para as situações, sensibilidade às condições** que podem prejudicar o desempenho do testando na aplicação, conhecer suficientemente a ciência do comportamento para fazer análises fundamentadas.

Simões (1999) traz que o avaliador deve possuir **domínio das principais técnicas, métodos e instrumentos de avaliação,** incluindo o conhecimento dos manuais, condições de aplicação e correção de dados de natureza psicométrica. Além disso, o autor diz que o avaliador deve ter um **pensamento crítico,** uma vez que o processo de avaliação inclui competências como descrever, analisar, comparar, inferir, formular hipóteses, traduzir e comunicar os resultados de forma apropriada, considerando que não há respostas absolutas no campo da avaliação.

Sendo assim, é preciso que o avaliador tenha **capacidade de integrar as informações, conhecer o construto avaliado, estar a par da literatura** atualizada da área, tanto teórica como de pesquisa, além de ter **sempre clareza dos objetivos** da testagem e do respectivo público alvo.

2 – PSICODIAGNÓSTICO

ESTA CAI NA PROVA!

De acordo com Arzeno (1995), **psicodiagnóstico é diferente de diagnóstico psicológico**, pois todo **psicodiagnóstico pressupõe a utilização de testes**, enquanto no diagnóstico psicológico esses instrumentos nem sempre são necessários.
O objetivo do processo psicodiagnóstico segundo OCampo (1981), é **descrever e compreender a personalidade total do paciente**, os aspectos do passado, presente e futuro. É um processo limitado no tempo que enfatiza a investigação dos através de técnicas.
Um psicodiagnóstico completo e corretamente administrado, na visão de Arzeno (1995), **permite estimar o prognóstico do caso e a estratégia e/ou abordagem terapêutica mais adequada** para ajudar o cliente. As entrevistas diagnósticas vinculares familiares são de grande utilidade para decidir entre a recomendação de um tratamento individual, vincular ou familiar.
O psicodiagnóstico para Cunha (2000), deve **partir de um levantamento de hipóteses** a serem confirmadas ou refutadas, através de um processo pré-determinado e objetivos específicos. O processo estabelece um plano de avaliação, num tempo previamente contratado entre paciente ou responsável e o psicólogo. Este plano define os instrumentos necessários, como testes e técnicas, de que forma e quando utilizá-los, baseado nas hipóteses formuladas inicialmente.
Os dados obtidos através da bateria de testes e técnicas, deverão ser analisados, interpretados e

integrados com as informações da observação, da história clínica e pessoal, chegando ao diagnóstico e prognóstico do caso. A partir daí os resultados são comunicados a quem de direito.

O psicodiagnóstico para Cunha (2003), é um **processo científico, limitado no tempo, que utiliza técnicas e testes psicológicos (input), em nível individual ou não**, seja para entender problemas à luz de pressupostos teóricos, identificar e avaliar aspectos específicos, seja para classificar o caso e prever seu curso possível, comunicando os resultados (output), na base dos quais são propostas soluções, se for o caso.

De acordo com Cunha (2003), o psicodiagnóstico é um processo científico, porque deve partir de um levantamento prévio de **hipóteses que serão confirmadas ou infirmadas** através de passos predeterminados e com objetivos precisos. Tal processo é **limitado no tempo**, baseado num **contrato de trabalho** entre paciente ou responsável e o psicólogo, tão logo os dados iniciais permitam estabelecer um plano de avaliação e, portanto, uma estimativa do tempo necessário (número aproximado de sessões de exame).

De acordo com Cunha (2003), o **plano de avaliação** é estabelecido com base nas perguntas ou hipóteses iniciais, definindo-se não só quais os instrumentos necessários, mas como e quando utilizá-los. Pressupõe-se, naturalmente, que o psicólogo saiba que instrumentos são eficazes quanto a requisitos metodológicos. Portanto, a questão, aqui, é o quanto certos instrumentos podem ser eficientes, se aplicados com um propósito específico, para fornecer respostas a determinadas perguntas ou testar certas hipóteses.

Trata-se de uma **situação bipessoal (psicólogo – examinando), com duração limitada no tempo, cujo objetivo é fazer uma avaliação global da personalidade do entrevistado**. É importante que o psicólogo veja o sujeito em exame como um **ser mutável e dinâmico, dentro de um contexto familiar, cultural e social.** A prática da avaliação deve ser fundamentada em um **referencial teórico e técnico,** levando também em consideração as recomendações do CFP.

Vamos ver como o assunto já foi cobrado em prova?



(IAMSPE – HSPE - 2012) Ocampo e Arzeno, citadas por Santiago em Ancona-Lopez (Psicodiagnóstico: processo de intervenção, 1995, p.9), caracterizam o processo psicodiagnóstico como uma prática cujo objetivo é:

(A) Concentrar sua investigação essencialmente nos aspectos passados que interferem na sintomatologia apresentada por um paciente.

(B) Buscar uma explicação causal e plausível para a manutenção da queixa principal formulada por um paciente.

(C) Descobrir as causas para a sintomatologia de um paciente, não importando o tempo que seja necessário para concluir essa investigação.

(D) Obter uma descrição e compreensão a mais clara e profunda possível da personalidade total de um paciente.

(E) Levar o paciente a formular, ele próprio, a partir das informações apresentadas pelo psicólogo, conclusões sobre sua situação.

COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** O psicodiagnóstico leva em conta aspectos do passado, presente (diagnóstico) e futuros (prognóstico) da personalidade.

(B) **INCORRETA.** A busca pela motivação da queixa deve ocorrer por meio de um processo de terapia.

(C) **INCORRETA.** Causas de sintomas são buscadas durante o processo de psicoterapia.

(D) **CORRETA.** De acordo com a visão de Ocampo e colaboradores.

(E) **INCORRETA.** Trata-se de um processo que se dá na psicoterapia.

(TJ/PR – UFPR – 2013) A entrevista psicológica é um processo bidirecional de interação entre duas ou mais pessoa com o propósito previamente fixado no qual uma delas, o entrevistador, procura saber o que acontece com a outra, o entrevistado, procurando agir conforme esse conhecimento (Jurema Cunha, 2000).

Considerando a que a autora se refere ao salientar que a ação do entrevistador deve ser coerente com o conhecimento que advém do processo de entrevista, avalie as seguintes afirmativas:

(A) Todos os dados que o entrevistador procura coletar no decorrer da entrevista devem ter relação direta ou indireta com a demanda da avaliação psicológica.

(B) Os indícios de dificuldades, tanto em responder aos questionamentos quanto em estabelecer uma relação de confiança com o profissional, devem sinalizar ao entrevistador a necessidade de utilizar formas mais adequadas ao abordar os aspectos que necessitam de informação.

(C) Ao sinal de resistência, o entrevistador deve questionar o entrevistado acerca dos motivos de tal atitude e assumir uma atitude mais diretiva, para que o processo não seja comprometido.

(D) O campo relacional que se estabelece entre entrevistador e entrevistado é foco de instrumentalização por parte do entrevistador.

Assinale a alternativa correta.

(A) Somente a afirmativa 2 é verdadeira.

(B) Somente as afirmativas 1, 3 e 4 são verdadeiras.

(C) Somente as afirmativas 1, 2 e 4 são verdadeiras.

(D) As afirmativas 1, 2, 3 e 4 são verdadeiras.

COMENTÁRIOS:

Afirmativa 1 – **CORRETA:** o planejamento e a execução da entrevista devem estar relacionados com a demanda.

Afirmativa 2 – **CORRETA:** o profissional precisa se adequar ao entrevistado, para que possam estabelecer uma relação de confiança e o processo de avaliação possa acontecer, de maneira que o entrevistado fique à vontade e o entrevistador consiga as informações necessárias.

Afirmativa 3 – **INCORRETA:** o entrevistador não deve questionar o entrevistado, pois isso pode fazer com que a pessoa se retraia mais.

Afirmativa 4 – **CORRETA:** o campo relacional que se estabelece também traz informações sobre o entrevistado e deve ser foco de instrumentalização por parte do entrevistador.

RESPOSTA: C

2.1 – OBJETIVOS DO PSICODIAGNÓSTICO



De acordo com Cunha (2000), os objetivos do psicodiagnóstico são os seguintes:

Classificação nosológica: Hipóteses iniciais são testadas, tendo como referências critérios já estabelecidos, como no DSM V ou no CID10, por exemplo.

Diagnóstico diferencial: São investigadas inconsistências do quadro sintomático, para diferenciar alternativas diagnósticas, níveis de funcionamento ou a natureza da patologia.

Avaliação compreensiva: É determinado o nível de funcionamento da personalidade, são examinadas as funções do ego, como as de insight e as condições do sistema de defesas, por exemplo. Facilita a indicação de terapias.

Entendimento dinâmico: Está mais relacionado à clínica, havendo uma integração de dados com base teórica. Permite chegar a explicações de aspectos comportamentais que

nem sempre aparecem na entrevista, ajudando a definir projetos terapêuticos e planos de intervenção.

Prevenção: Procura identificar problemas precocemente, avaliar riscos, fazer uma estimativa de forças e fraquezas do ego, de sua capacidade para enfrentar situações novas, difíceis, estressantes.

Prognóstico: Determina o curso provável do caso.

Perícia forense: Fornece subsídios para questões relacionadas com "insanidade mental", competência para o exercício das funções de cidadão, avaliação de incapacidades ou patologias que podem estar relacionadas com infrações à lei.

Vejamos como esses assuntos já foram cobrados em prova.



(TRT 6º REGIÃO – FCC – 2012) No processo psicodiagnóstico de tipo compreensivo, o psicólogo busca

(A) Aplicar e avaliar testes psicológicos, com a finalidade de auxiliar o trabalho de outros profissionais, entrando em contato com aspectos parciais da personalidade do examinando.

(B) Transpor para o diagnóstico psicológico, noções advindas do diagnóstico clínico em medicina.

(C) Configurar uma espécie de antevisão dos fenômenos que a pratica psicanalítica bem-sucedida encontraria no paciente, e com os quais lidaria.

(D) Considerar prioritário os dados da observação objetiva, com exclusão de apreciações a respeito do mundo interno, respaldado na Psicologia da Aprendizagem.

(E) Encontrar um sentido para o conjunto das informações disponíveis, tomar aquilo que é relevante e significativo na personalidade.

COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** O uso de testes é apenas um dos instrumentos usados para conhecer a personalidade do paciente e isso deve ser feito de maneira ampla, e não apenas em relação a aspectos parciais.

(B) **INCORRETA.** Não se trata de transpor noções da medicina para o diagnóstico compreensivo.

(C) **INCORRETA.** O diagnóstico compreensivo busca uma visão totalizadora e integradora da personalidade, por meio das dinâmicas psíquicas, intrafamiliares e socioculturais, mas não buscando antever aspectos como faria uma clínica psicanalítica.

(D) **INCORRETA.** Leva-se em conta o mundo interno do avaliando, suas dinâmicas psíquicas, seus traços e sua história, não havendo influência da Psicologia do Aprendizado e sim da psicologia clínica.

(E) **CORRETA.** Está de acordo com a definição de diagnóstico compreensivo.

2.2 – ETAPAS DO PSICODIAGNÓSTICO



Segundo OCampo e colaboradores, as quatro etapas do processo psicodiagnóstico são:

1) **Primeiro contato e entrevista inicial** com o paciente e com os pais (quando for o caso). Objetivo de conhecer o paciente e sua demanda, além de permitir a formulação de hipóteses para planejar a bateria de testes e aplicar. As hipóteses devem ser traduzidas em forma de perguntas norteadoras do processo subsequente.

2) **Aplicação de testes e técnicas projetivas** (selecionados de acordo com o caso). A bateria de testes deve ser aplicada em uma sequência específica, considerando o aspecto avaliado por cada um, seu nível de estruturação e caráter ansiogênico.

3) **Encerramento do processo:** entrevista devolutiva, cujo objetivo é comunicar ao paciente (ou aos pais) o que se passa com ele e orientá-lo com relação à conduta a ser seguida. Segundo OCampo e cols., a transmissão da informação é o objetivo dessa entrevista. Mas podem surgir lembranças reprimidas ou atitudes inesperadas que provoquem mudanças no plano de intervenção.

4) **Informe escrito ou laudo**, no caso de encaminhamento para outro profissional ou devolução para a fonte solicitante do psicodiagnóstico. Tanto a avaliação psicológica como o psicodiagnóstico são situações que exigem papéis bem definidos, com um contrato no qual uma pessoa (o paciente) pede ajuda, e o outro (o psicólogo) aceita o pedido e se compromete a satisfazê-lo dentro de suas possibilidades.



Cunha e colaboradores trazem as etapas do Processo Psicodiagnóstico de forma mais detalhada:

1) **Realização da entrevista inicial:** levantamento dos motivos (manifesto e latente) da consulta. Permite ao psicólogo identificar as ansiedades, defesas e fantasias do indivíduo, bem como favorece o acesso a informações sobre a história pessoa e familiar desta pessoa. São elaboradas as hipóteses iniciais para ajudar na elaboração da avaliação psicológica.

2) **Elaboração do plano de avaliação:** as hipóteses formuladas e os conteúdos das entrevistas iniciais são usados para selecionar os instrumentos e técnicas mais adequados às demandas. O plano de avaliação vai ser planejado de acordo com o caso. Podem ocorrer também entrevistas com familiares ou outras pessoas que possam fornecer informações adicionais.

3) **Execução do plano de avaliação:** aplicação das técnicas e testes. Ocorre a coleta de dados qualitativos e quantitativos. Apear do uso dos testes não ser obrigatório, sua aplicação é recomendada, devendo ser utilizados instrumentos observando-se os critérios de validade, fidedignidade e confiabilidade.

4) **Estudo do material:** os dados coletados são compilados, analisados, correlacionados e interpretados, visando à compreensão mais completa situação motivadora do processo de avaliação. Deve-se considerar o contexto em que a solicitação ocorreu, as características individuais do sujeito estudado, os condicionantes ambientais e psíquicos associados ao momento atual do sujeito.

5) **Entrevista de devolução:** é o último momento do processo psicodiagnóstico, quando o psicólogo retoma os motivos da avaliação trazidos na entrevista inicial, explicando ao avaliado como foi conduzido o processo. São apresentados os resultados, indicando a terapêutica a ser adotada. Recomenda-se que sejam realizadas entrevistas separadas para apresentar os resultados ao indivíduo avaliado e seus familiares. Quando a avaliação for de um grupo, os resultados devem ser apresentados a todos juntos.

Vejamos como os assuntos já apareceram em prova.

HORA DE PRATICAR!

(TRT 12º REGIÃO – FCC – 2013) Para Maria Esther Garcia Arzeno, o primeiro passo do psicodiagnóstico ocorre

(A) Quando há a realização de estratégia diagnóstica planejada, fazendo-se modificações durante o percurso, se necessário.

(B) Na ou nas primeiras entrevistas nas quais tenta-se esclarecer o motivo latente e o motivo manifesto da consulta, as ansiedades e defesas que a pessoa que consulta mostra, a fantasia da doença, cura e análise que cada um traz.

(C) Com a disponibilidade para refletir sobre o material colhido anteriormente e sobre nossas hipóteses iniciais para planejar os passos a serem seguidos e s instrumentos diagnósticos a serem utilizados.

(D) Desde o momento em que o consultante faz a solicitação da consulta até o encontro pessoal com o profissional.

(E) Quando se estuda o material colhido para obter um quadro o mais claro possível sobre o caso em questão.

COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** Trata-se do 4º passo.

(B) **INCORRETA.** Trata-se do 2º passo.

(C) **INCORRETA.** Trata-se do 3º passo.

(D) **CORRETA.** Trata-se do 1º passo, fase em que é importante observar com é feito o contato inicial, quais as primeiras impressões.

(E) **INCORRETA.** Trata-se do 5º passo.

FIQUE ATENTO!

Para escolher o tipo de instrumento a ser utilizado em cada caso, o psicólogo deve avaliar:

1. Contexto no qual a avaliação psicológica vai ocorrer;

2. Propósitos da avaliação;
3. Construtos psicológicos a serem investigados;
4. Adequação das características dos instrumentos/técnicas aos indivíduos avaliados;
5. Condições técnicas, metodológicas e operacionais do instrumento de avaliação.

Além disso, um **instrumento de avaliação psicológica deve possuir** fundamentação teórica, evidências empíricas de validade e precisão, sistema de correção e interpretação dos escores, descrição clara dos procedimentos de aplicação e correção, além de um manual com todas essas informações.

3 – ENTREVISTA PSICOLÓGICA



De acordo com a Resolução CFP nº007/2009, a entrevista psicológica é um instrumento dentro do processo de avaliação psicológica e deve ser utilizada em **caráter inicial**. Antes de iniciá-la, deve estabelecer o "**rapport", que é a aliança terapêutica ou aliança de trabalho**. O estabelecimento do rapport **ocorre no primeiro contato** e ajuda a alcançar os objetivos do trabalho.

As técnicas da entrevista ajudam a manifestar as **particularidades do sujeito** e permitem que o psicólogo tenha **acesso amplo a personalidade do entrevistado**, mais do que qualquer outro método.

De acordo com a Resolução CFP nº007/2009, a entrevista psicológica é a **conversação dirigida a um propósito definido de avaliação**. Sua função básica é prover o avaliador de subsídios técnicos acerca da conduta, comportamentos, conceitos, valores e opiniões do candidato, completando os dados obtidos pelos demais instrumentos utilizados. É durante esse procedimento que o psicólogo tem condições de identificar situações que possam interferir negativamente na avaliação psicológica.

O psicólogo deve, durante a entrevista, **verificar as condições físicas e psíquicas do candidato ou examinando**, tais como, se ele tomou alguma medicação que possa interferir e seu desempenho, se está passando por algum problema situacional, ou qualquer outro fator existencial que possa alterar o seu comportamento (Resolução CFP nº007/2009).

Bleger (2011) recomenda que na entrevista se estabeleça um **campo configurado principalmente pelas variáveis que dependem do entrevistado**, ou seja, a partir do que traz o entrevistado, o entrevistador formularia suas perguntas. Sendo assim, cada entrevista seria diferente, pois as variáveis apresentadas são individuais.

De acordo com Tavares em Cunha (*Psicodiagnóstico V, 2007),* o entrevistador precisa estar preparado para lidar com o direcionamento que o sujeito parece querer dar à entrevista, de forma a otimizar o encontro entre a demanda do sujeito e os objetivos da tarefa. O entrevistador deve estar atento aos processos no outro, e a sua intervenção deve orientar o sujeito a aprofundar o contato com sua própria experiência.

De acordo com Tavares em Cunha (2007), é do entrevistador a responsabilidade pela condução do processo e pela aplicação de conhecimentos psicológicos em benefício das pessoas envolvidas. É responsabilidade dele dominar as especificidades da técnica e a complexidade do conhecimento utilizado. Segundo Tavares, significa reconhecer a desigualdade intrínseca na relação, que dá uma **posição privilegiada ao entrevistador**. Essa posição lhe confere poder e, portanto, a responsabilidade de zelar pelo interesse e bem-estar do outro. Também é do entrevistador a responsabilidade de reconhecer a necessidade de treinamento especializado e atualizações constantes ou periódicas.

Segundo Tavares (2007) em Cunha, o **entrevistador deve ser capaz** de:

1) estar presente, estando disponível para o outro naquele momento, e poder ouvi-lo sem a interferência de questões pessoais;
2) ajudar o paciente a se sentir à vontade e a desenvolver uma aliança de trabalho;
3) facilitar a expressão dos motivos que levaram a pessoa a ser encaminhada ou a buscar ajuda;
4) buscar esclarecimentos para colocações vagas ou incompletas;

5) gentilmente, confrontar esquivas e contradições;

6) tolerar a ansiedade relacionada aos temas evocados na entrevista;

7) reconhecer defesas e modos de estruturação do paciente, especialmente quando elas atuam diretamente na relação com o entrevistador (transferência);

8) compreender seus processos contratransferenciais;

9) assumir a iniciativa em momentos de impasse;

10) dominar as técnicas que utiliza.

Vejamos uma questão sobre o assunto.



(UNESP - VUNESP – 2012) De acordo com as considerações de Tavares, em Cunha (Psicodiagnóstico – V, 2000), a entrevista psicológica é um recurso fundamental para a realização do trabalho de um psicólogo. Uma das razões que justificam essa importância é que a entrevista é a única técnica capaz de

(A) Eliminar as contradições que indevidamente ocorrem nos procedimentos de avaliação psicológica.

(B) Se adaptar à diversidade de situações de avaliação e tratamento com as quais se deparam os psicólogos.

(C) Levantar dados significativos sobre aspectos manifestos e latentes da personalidade de um indivíduo.

(D) Eliminar a subjetividade do psicólogo na análise dos dados significativos sobre as características de um indivíduo.

(E) Possibilitar que os psicólogos realizem uma avaliação profunda dos conflitos internos de uma pessoa.

COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** Não se deve buscar eliminar as contradições, mas identificá-las e manejá-las clinicamente.

(B) **CORRETA.** A entrevista é o único procedimento capaz de adaptar-se à diversidade de situações clínicas, de acordo com Tavares.

(C) **INCORRETA.** A entrevista não é a única técnica capaz disso, podemos ter acesso a esses conteúdos pelas técnicas projetivas também.

(D) **INCORRETA.** Não existe maneira de eliminar totalmente a subjetividade do profissional.

(E) **INCORRETA.** A avaliação profunda dos conflitos internos pode ser feita através do uso de diversas técnicas analisadas em conjunto ou por meio da psicoterapia também.

3.1 – Objetivos da Entrevista



Diagnóstica: elaborar o diagnóstico e prognóstico do paciente, bem como as indicações terapêuticas adequadas. Quase sempre, faz parte de um processo de avaliação que inclui a aplicação de testes.

Psicoterápica: ajudar no processo de solução dos problemas por meio da aplicação de técnicas psicoterápicas fundamentadas em determinada referência teórica.

De encaminhamento: indicar o tratamento adequado ao entrevistado. Deve ser informado ao paciente que o tratamento não será realizado pelo entrevistador, para que não se crie um vínculo muito significativo.

De seleção: busca levantar mais informações a respeito do profissional. O entrevistador deve conhecer o currículo do entrevistado, deve ter em mente o perfil do cargo e deve avaliar se o candidato se encaixaria bem ou não no emprego pretendido.

De desligamento: pode ocorrer devido à alta do paciente, momento em que entrevistador e entrevistado fazem planos futuros ou avaliam a necessidade de se trabalhar ainda algum aspecto. É utilizada também com o funcionário que está saindo de empresa, com o objetivo obter um feedback sobre o trabalho e a organização.

De pesquisa: investigar temas para determinado estudo. O participante deve ter ciência do caráter voluntário e assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

3.2 – ESTRUTURA DA ENTREVISTA

Dirigida ou estruturada: propósito previamente fixado pelo entrevistador e que ocorre em uma ordem predeterminada. Permite o levantamento do maior número de informações, que são pré-definidas, privilegiam a objetividade, perguntas padronizadas e repostas fechadas.

Semidirigida, semiestruturada ou mista: o entrevistado tem liberdade para expor seus problemas, começando por onde preferir e incluindo o que desejar. O entrevistador intervém para assinalar alguns pontos, como quando por exemplo o entrevistado não sabe como começar ou continuar.

Livre, não dirigida ou não estruturada: há poucas perguntas ou intervenções do entrevistador, sendo feitas ao longo da entrevista quando necessárias, para deixar que o entrevistado tenha liberdade para se expressar. Busca-se uma visão ampla da personalidade e dos problemas apresentados.

Vejamos como esses assuntos já foram cobrados em prova.



(TRT 19º REGIÃO – FCC – 2014) A entrevista que determina o tipo de resposta desejada, mas não especifica as questões, ou seja, deixa as perguntas a critério do entrevistador, é denominada entrevista:

(A) Diretiva.

(B) Estruturada.

(C) Totalmente padronizada.

(D) Padronizada somente na pergunta.

(E) Aberta.

COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** A entrevista diretiva traz certo nível de estruturação de perguntas.

(B) **INCORRETA.** A entrevista estruturada tem um roteiro prévio de perguntas a serem feitas.

(C) **INCORRETA.** A entrevista totalmente padronizada envolve perguntas preestabelecidas que são feitas pelo entrevistador e que não podem ser alteradas ou reformuladas.

(D) **INCORRETA.** Segundo a questão, as perguntas estão a critério do entrevistador, não estando padronizadas anteriormente.

(E) **CORRETA.** O enunciado descreve essa entrevista.

3.3 – SEQUÊNCIA TEMPORAL



Entrevista inicial: acontece no início do processo de investigação, quando se escuta a queixa trazida pelo paciente ou o responsável e que deu origem à solicitação de consulta. Deve-se perceber a primeira impressão em relação ao paciente e se ela se mantém ao longo da entrevista ou se muda. Perceber a linguagem corporal, roupas, gestos. Perceber o que o paciente verbaliza, qual ritmo, e também se atentar ao não-verbal.

Entrevista de devolução ou devolutiva: é a última etapa do processo. Pode ser uma ou várias e é o momento em que o psicólogo se posiciona e faz a devolutiva sobre os aspectos que surgiram durante a avaliação realizada. Em geral, é feita com o paciente ou com os pais, quando se trata de uma criança.

Vamos ver uma questão?

HORA DE
PRATICAR!

(TJ/RJ – FCC – 2012) M.L.S. de Ocampo e M.E.G. Arzeno, na obra O processo psicodiagnóstico e as técnicas projetivas concordam que, em um psicodiagnóstico, a entrevista inicial é semidirigida quando o paciente:

(A) É interrogado sobre os motivos da consulta e responde a perguntas do terapeuta, porém sem liberdade para modificar a ordem dos temas apresentados.

(B) Começa respondendo a um questionário e depois poderá conversar livremente sobre as respostas dadas por ele.

(C) Dirige a entrevista escolhendo os principais temas a tratar com o entrevistador, sem que este interfira nas escolhas.

(D) Tem liberdade para expor seus problemas começando por onde preferir e incluindo o que desejar.

(E) Interroga o psicólogo sobre as questões que deseja esclarecer e o psicólogo estrutura suas perguntas a partir deste enquadre inicial.

COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** A alternativa apresenta a descrição de uma entrevista estruturada.

(B) **INCORRETA.** O contexto clínico tem ênfase em técnicas projetivas, sendo o questionário não muito viável.

(C) **INCORETA.** Os autores propõem que, na entrevista inicial, se estabeleça uma via de mão dupla na interação entre paciente e psicólogo.

(D) **CORRETA.** Os autores acham importante a liberdade de exposição do entrevistado e o aspecto semidirigido da entrevista tem a ver com uma condução que permita o enquadre e o vínculo a ser estabelecido.

(E) **INCORRETA.** A entrevista proposta pelos autores prevê uma liberdade de exposição do entrevistado, não devendo o foco recair sobre o que o psicólogo deseja esclarecer.

3.4 – Objetivos da Entrevista Inicial



TOME NOTA!

De acordo com Arzeno (1995), os **objetivos da entrevista inicial** são:

- Perceber a **primeira impressão** que o paciente causa e ver se ela se mantém ao longo da entrevista ou se muda, e em qual sentido. Observar a **linguagem corporal, roupas, gestos, modo de se mover ou ficar quieto, semblante.**
- **Considerar a verbalização do paciente:** o que, como, quando e em que ritmo verbaliza. Comparar com a imagem que transmitiu quando solicitou a consulta. Avaliar as características de sua linguagem: expressão clara ou confusa, tom de voz, conteúdos das verbalizações, sobre quais temas fala, quais aspectos de sua vida prefere destacar, quais temas provocam ansiedades e bloqueios.
- Estabelecer **o grau de coerência** entre tudo que foi verbalizado e o que foi captamos através de sua linguagem não-verbal;
- Ficar atento aos **conteúdos transferenciais e contra transferenciais** durante a entrevista e identificar que tipo de vínculo o paciente tenta estabelecer com o psicólogo;
- Estabelecer um **bom rapport com o paciente**, criando um clima propício;
- Captar o que o paciente nos transfere e o que nos provoca (aspectos transferenciais e contratransferenciais do vínculo);
- Planejar a bateria de testes mais adequada quanto à qualidade e quantidade dos testes, sequência e ritmo de aplicação;

- Detectar o vínculo que une o os pais do paciente, o vínculo entre eles como casal e com o filho, o de cada um deles com o filho, o vínculo do filho com cada um dos pais e com o casal, e o do casal com o psicólogo;
- Avaliar a capacidade atual dos pais de elaborar a situação diagnóstica.



Bleger (2011) traz que a entrevista **pode acontecer em benefício do entrevistado**, como uma consulta psicológica, por exemplo. A entrevista também pode ter como objetivo a **pesquisa**, usando a anamnese e perguntas pré-estabelecidas, com objeto de estudo delimitado. A entrevista também pode se realizar para **terceiro,** como por exemplo para uma empresa.

Um aspecto importante a ser observado durante a entrevista é a ocorrência de **transferência e contratransferência** entre entrevistado e entrevistador. Segundo Bleger, os fenômenos transferencial e contratransferencial ocorrem em todas as relações, mas na entrevista, a contratransferência deve ser observada pelo entrevistador para que ela não ultrapasse um limite e prejudique a entrevista.



Transferência: ocorre a atualização, na entrevista, de sentimentos, condutas e atitudes inconscientes, por parte do entrevistado, ligados a sua história e a sua dinâmica familiar. São projetados no entrevistador.

Contratransferência: são sentimentos e atitudes inconscientes pertencentes a relações do passado que o profissional projeta inconscientemente no paciente. O psicólogo deve estar atento a eles, para que não interfiram no processo.

4 – Estudo de caso



O estudo de caso seria um documento escrito pelo profissional levando em conta as informações trazidas pelo paciente durante os atendimentos, mas também levando em conta suas considerações e visões sobre o caso, além de trazer articulações teóricas.

De acordo com Hilário, Piovesan e Lago (2010) o estudo de caso deve ser feito de acordo com os seguintes passos:

- como o paciente se apresenta;
- qual a queixa do paciente, o motivo por que procura ajuda;
- história de vida;
- qual foi a conduta terapêutica usada na sessão;
- qual é a natureza e a origem de seu sofrimento psíquico;
- hipótese para interpretar o caso (sempre em relação a articulações teóricas, devendo ser elaborada após algumas sessões);
- fechamento da sessão.

5 – Testes Psicológicos



O teste psicológico pode ser definido como uma **medida objetiva e padronizada de uma amostra do comportamento do indivíduo**, tendo como função essencial a mensuração das diferenças ou mesmo as semelhanças entre indivíduos, ou entre as reações do mesmo indivíduo em diferentes momentos (Resolução CFP nº007/2009).

Os testes **não são obrigatórios para a realização de avaliações psicológicas**, mas são um material **fidedigno, passível de reaplicação**, que permite conclusões confiáveis para tomada de decisões.

A avaliação psicológica deve ser fundamentada em instrumentos aprovados pelo CFP. Na aplicação de qualquer instrumento devem ser observadas as seguintes recomendações segundo a Resolução do CFP nº 007/2009:



1) Aplicar os testes de forma clara e objetiva, transmitindo tranquilidade e evitando acentuar a ansiedade situacional típica do processo de avaliação psicológica;
2) Seguir, rigorosamente, as instruções do manual sem, entretanto, assumir uma postura estereotipada e rígida. Para tanto, cabe ao psicólogo apresentar domínio das normas de aplicação;
3) Pessoas com deficiências devem ser avaliadas de forma compatível com suas limitações.



De acordo com a **resolução CFP nº 002/2003,** os Testes Psicológicos são instrumentos de avaliação ou mensuração de características psicológicas, constituindo-se um método ou técnica de uso **privativo do psicólogo**. Para que possam ser reconhecidos como testes psicológicos em condições de uso deverão atender aos requisitos técnicos e científicos, definidos no anexo da **Resolução CFP n.° 002/2003**, e aos seguintes requisitos éticos e de defesa dos direitos humanos:

> I - Considerar os princípios e artigos previstos no Código de Ética Profissional dos Psicólogos; (Redação dada pela Resolução CFP nº 005/2012)
>
> II - Considerar a perspectiva da integralidade dos fenômenos sociais, multifatoriais, culturais e historicamente construídos; (Redação dada pela Resolução CFP nº 005/2012)

III - Considerar os determinantes socioeconômicos que interferem nas relações de trabalho e no processo de exclusão social e desemprego. (Redação dada pela Resolução CFP nº 005/2012)

Parágrafo único. Para efeito do disposto no caput deste artigo, os testes psicológicos são procedimentos sistemáticos de observação e registro de amostras de comportamentos e respostas de indivíduos com o objetivo de descrever e/ou mensurar características e processos psicológicos, compreendidos tradicionalmente nas áreas emoção/afeto, cognição/inteligência, motivação, personalidade, psicomotricidade, atenção, memória, percepção, dentre outras, nas suas mais diversas formas de expressão, segundo padrões definidos pela construção dos instrumentos. (Redação dada pela Resolução CFP nº 005/2012)

5.1 – PARÂMETROS PARA ANALISAR A QUALIDADE DOS TESTES PSICOLÓGICOS

De acordo com a resolução **nº 007/2009 do CFP,** para ser utilizado adequadamente, o teste precisa ter **evidências empíricas de validade e precisão e também deve ser normatizado**. É necessário ainda que traga instruções para aplicação. Assim, o psicólogo deve seguir todas as recomendações contidas nos manuais dos testes, bem como atualizações divulgadas, para garantir a qualidade técnica do trabalho.

Cabe ao psicólogo observar se os testes são originais e se estão em condições de uso. Caso forem reutilizáveis, verificar se estão sem rasuras, defeitos ou marcas que o descaracterizem e influenciem nos resultados.

Ainda de acordo com a resolução CFP nº 007/2009:

ESQUEMATIZANDO

1. Ao corrigir e avaliar um teste, o profissional deve seguir rigorosamente as normas apresentadas no manual. O psicólogo deve também manter-se atualizado com relação às publicações científicas e novas pesquisas, pois será por meio delas que novos estudos, atualização das normas, perfis e habilidades mínimas serão discutidas e legitimadas pela comunidade científica e social.

2. Os instrumentos psicométricos estão, basicamente, fundamentados em valores estatísticos que indicam sua sensibilidade (ou adaptabilidade do teste ao grupo examinado), sua precisão (fidedignidade nos valores quanto à confiabilidade e estabilidade dos resultados) e validade (segurança de que o teste mede o que se deseja medir).

3. O profissional de psicologia aplicada deve estar também atento para que a mensuração das respostas de um teste e a sua interpretação (avaliação) estejam rigorosamente de acordo com as pesquisas que permitiram a construção e normatização do teste.

4. As formas da mensuração e da avaliação de um instrumento de avaliação psicológica, quando da sua construção, devem fazer parte do conjunto de exigências para sua validação e normatização, concedendo ao teste o seu nível de precisão, fidedignidade e validade.

5. Para proceder à mensuração e avaliação de um teste, o profissional deve seguir rigorosamente as determinações do manual, os indicadores e escalas apresentadas nos manuais de cada instrumento.

Qualquer variação que ocorra, pode comprometer os resultados;

6. Verificar, ainda, as normas relativas ao grupo de referência à qual pertencem os sujeitos avaliados. Qualquer norma é restrita à população da qual foi derivada. Elas não são absolutas, universais ou permanentes. Elas podem variar de acordo com a época, os costumes e a evolução da cultura. Daí a necessidade periódica de pesquisas de atualização. Por outro lado, dependendo da população para a qual as normas foram estabelecidas, elas podem ser nacionais, regionais, locais ou específicas;

7. Os resultados dos testes psicológicos são interpretados através de normas, ou seja, pelo conjunto de resultados obtidos a partir de amostras normativas. A amostra normativa constitui-se um grupo representativo de pessoas nas quais o teste foi aplicado.

Segundo Pasquali (2001), ao analisar a qualidade dos testes psicológicos, deve-se analisar **quatro aspectos: validade, fidedignidade ou precisão, padronização e normatização.**



Fidedignidade é o índice de precisão da medida. Quanto maior a fidedignidade, maior a precisão de um instrumento. Pasquali diz que a fidedignidade ou a precisão significa o quanto o escore obtido no teste se aproxima do escore verdadeiro do sujeito em um traço. A **precisão** do teste é a consistência dos resultados obtidos pelo mesmo indivíduo, quando ele refaz o mesmo teste ou outro equivalente.

A **validade** significa se o teste mede o que ele supostamente deve medir, sua capacidade de avaliar o que se pretende. Para se conhecer a validade de uma medida, podemos pensar em sua validade teórica, ou seja, o teste pode ser validado quando especialistas dão seu aval de que o instrumento mede o que de fato se propõe a medir. A validade também pode ser de construto convergente e divergente, usando instrumentos já usados para medir o construto (convergente) ou ainda não usados (divergentes), correlacionando-os com a medida que se quer avaliar.

A **padronização** está ligada à uniformidade de procedimentos utilizados em sua aplicação.

A **normatização** está ligada a uniformidade da interpretação dos resultados usando-se os critérios para a interpretação dos escores brutos nos testes (Pasquali, 2001).

Em relação aos tipos de medidas, com o uso de testes, pode-se medir o comportamento de uma mesma pessoa em várias situações (**medida intraindividual)** ou também se pode medir as diferenças que podem surgir, associadas a determinado aspecto, entre vários indivíduos (**medida interindividual).**

Vejamos como esses assuntos já foram cobrados em prova.

HORA DE PRATICAR!

(TJ/AL – CESPE – 2012) Em construção de escalas para medir variáveis, conceitos ou construtos teóricos não observáveis diretamente, como inteligência, personalidade, etc., é fundamental que as medidas sejam precisas e capaz de medir o que se propõem medir, definições essas cujos conceitos, respectivamente, são

(A) Validade e fidedignidade.

(B) Exatidão e mensuração.

(C) Validade e compatibilidade.

(D) Fidedignidade e validade.

(E) Fidedignidade e precisão.

COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** A questão inverteu a ordem dos conceitos.

(B) **INCORRETA**. Não são critérios para a construção de escalas.

(C) **INCORRETA.** A primeira definição corresponde ao conceito de fidedignidade e a segunda ao de validade.

(D) **CORRETA.** As medidas precisam ser precisas (fidedignas) e devem ser capazes de medir o que se propõem a medir (válidas).

(E) **INCORRETA.** O teste medir o que se propõe a medir faz parte da sua validade.

5.2 – CLASSIFICAÇÃO QUANTO AO MÉTODO



Psicométricos: usa procedimentos estatísticos e escolha forçada de respostas, formada por escalas em que o sujeito deve marcar suas respostas, de acordo com uma numeração ou um padrão de intensidade. Olha-se uma variável de cada vez, atribuindo-se uma pontuação para cada resposta de acordo com o manual. Calcula-se a pontuação das respostas individuais no teste e compara-se em uma tabela com o resultado da população geral, geralmente em relação ao sexo e a faixa etária e, às vezes, de acordo com a região que habita. Como exemplos, temos Inventários e testes de inteligência na área educacional.

Projetivos: são testes que envolvem o mecanismo de projeção, que podem revelar aspectos desconhecidos até para o próprio paciente acerca de sua personalidade. Dão maior liberdade para as respostas individuais para que se tenha uma visão mais global da personalidade do sujeito. É um tipo de medida qualitativa. A leitura e o resultado do teste deve ser feita de maneira global, holística, relacionando as informações e olhando as variáveis ao mesmo tempo. Como exemplo, temos os testes projetivos na área clínica, em que o paciente faz associações livres de acordo com os desenhos ou estímulos apresentados.

5.3 – CLASSIFICAÇÃO QUANTO AO ATRIBUTO MEDIDO

Teste de aproveitamento: medem a capacidade de realização de uma tarefa aprendida. O objetivo é medir o quanto o indivíduo conseguiu aprender sobre algo, comparando-o com seu grupo.

Testes de aptidão: medem as potencialidades do indivíduo para aprender ou realizar uma tarefa, de acordo com seus traços, habilidades e história de vida.

Testes de personalidade: medem os aspectos e traços da personalidade que não se referem aos aspectos cognitivos, como estabilidade emocional e sociabilidade.

Testes psicomotores: observa as condições psicomotoras dos indivíduos avaliados, haja visto que quando há um desenvolvimento cognitivo inadequado, provavelmente há um atraso no desenvolvimento motor. Estes instrumentos são utilizados tanto para detectar possíveis déficits psicomotores, quanto auxiliam na elaboração de um planejamento para a estimulação psicomotora quando tais déficits são apontados.

Testes de habilidades: medem as habilidades do indivíduo em determinada característica, como habilidades sociais, profissionais, habilidades cognitivas.



De acordo com a Resolução CFP nº002/2003 são considerados favoráveis para a avaliação psicológica os testes de questões de múltipla escolha e outros similares, tais como "acerto e erro", "inventários" e "escalas" com:

I - apresentação da **fundamentação teórica do instrumento**, com especial ênfase na definição do construto, sendo o instrumento descrito em seu aspecto constitutivo e operacional, incluindo a definição dos seus possíveis propósitos e os contextos principais para os quais ele foi desenvolvido;

II - apresentação de **evidências empíricas de validade e precisão** das interpretações propostas para os escores do teste, justificando os procedimentos específicos adotados na investigação;

III - apresentação de dados empíricos sobre as propriedades psicométricas dos itens do instrumento;

IV - apresentação do **sistema de correção e interpretação dos escores,** explicitando a lógica que fundamenta o procedimento, em função do sistema de interpretação adotado, que pode ser:

a) **referenciada à norma**, devendo, nesse caso, relatar as características da amostra de padronização de maneira clara e exaustiva, preferencialmente comparando com estimativas nacionais, possibilitando o julgamento do nível de representatividade do grupo de referência usado para a transformação dos escores.
b) diferente da interpretação referenciada à norma, devendo, nesse caso, explicar o embasamento teórico e justificar a lógica do procedimento de interpretação utilizado.

V - apresentação clara dos procedimentos de aplicação e correção, bem como as condições nas quais o teste deve ser aplicado, para que haja a garantia da uniformidade dos procedimentos envolvidos na sua aplicação;
VI - compilação das informações indicadas acima, bem como outras que forem importantes, em um manual contendo, pelo menos, informações sobre:
a) o aspecto técnico-científico, relatando a fundamentação e os estudos empíricos sobre o instrumento;
b) o aspecto prático, explicando a aplicação, correção e interpretação dos resultados do teste ;
c) a literatura científica relacionada ao instrumento, indicando os meios para a sua obtenção.

Além disso, a resolução nº 002/2003 traz que são **requisitos mínimos obrigatórios** para os instrumentos de avaliação psicológica classificados como **"testes projetivos":**

I - apresentação da fundamentação teórica do instrumento com especial ênfase na definição do construto a ser avaliado e dos possíveis propósitos do instrumento e os contextos principais para os quais ele foi desenvolvido;

II - apresentação de evidências empíricas de validade e precisão das interpretações propostas para os escores do teste, com justificativas para os procedimentos específicos adotados na investigação, com especial ênfase na precisão de avaliadores, quando o processo de correção for complexo;

III - apresentação do sistema de correção e interpretação dos escores, explicitando a lógica que fundamenta o procedimento, em função do sistema de interpretação adotado, que pode ser:

a) referenciada à norma, devendo, nesse caso , relatar as características da amostra de padronização de maneira clara e exaustiva, preferencialmente comparando com estimativas nacionais, possibilitando o julgamento do nível de representatividade do grupo de referência usado para a transformação dos escores;
b) diferente da interpretação referenciada à norma, devendo , nesse caso , explicar o embasamento teórico e justificar a lógica do procedimento de interpretação utilizado;

IV - apresentação clara dos procedimentos de aplicação e correção e das condições nas quais o teste deve ser aplicado para garantir a uniformidade dos procedimentos envolvidos na sua aplicação;
V - compilação das informações indicadas acima, bem como outras que forem importantes, em um manual contendo, pelo menos, informações sobre:
a) o aspecto técnico-científico, relatando a fundamentação e os estudos empíricos sobre o instrumento;
b) o aspecto prático, explicando a aplicação, correção e interpretação dos resultados do teste e
c) a literatura científica relacionada ao instrumento, indicando os meios para a sua obtenção.

Não existe um modelo a seguir ou uma mesma sequência de técnicas a ser utilizada em todos os pacientes de maneira universal, pois é necessário se atentar a especificidade de cada sujeito. Há aspectos, porém, que devem ser considerados para a avaliação (Arzeno, 1995):



1) Quem formula a solicitação
2) Idade cronológica do consultante
3) Nível sociocultural do paciente e seu grupo étnico
4) Casos com deficiência sensorial ou comunicativa
5) O momento vital
6) Contexto espaço-temporal no qual a avaliação é realizada
7) Elementos da personalidade a investigar

5.4 – EXEMPLOS DE TESTES

É dever do psicólogo estar atento à validade das técnicas que pretende utilizar, se estão de acordo com as normativas e orientações do CFP e se estão de acordo com os objetivos pretendidos, pois uma escolha errada pode prejudicar os resultados obtidos. Inclusive, o uso de instrumentos reprovados pelo CFP significa cometer falta ética grave, sujeito às penalidades previstas.

Bateria de Provas de Raciocínio (BPR – 5)

- Mede as habilidades do indivíduo em cinco áreas: Raciocínio Abstrato, Verbal, Espacial, Numérico e Mecânico;
- Pode ser usado nas áreas de orientação profissional, avaliação das dificuldades de aprendizagem e seleção de pessoal;

- Adequado a: pessoas com escolaridade a partir do 6º ano do ensino fundamental.

Pirâmides Coloridas de PFISTER

- Teste projetivo;
- Avalia traços da personalidade;
- Jogo com quadrados coloridos de 10 cores que se dividem em 10 tons;
- Aplicação: individual

Inventário Fatorial de Personalidade (IFP – II)

- Tem por objetivo desenhar o perfil de personalidade do indivíduo, com base em 13 necessidade: assistência, intracepção, afago, autonomia, deferência, afiliação, dominância, desempenho, exibição, agressão, ordem, persistência e mudança.
- Sua aplicação pode ser individual ou coletiva.
- Indicado para adolescentes e adultos.

Bateria Fatorial de Personalidade (BFP)

- Desenho da personalidade a partir dos Cinco Grandes Fatores (CGF) – Neuroticismo, Extroversão, Socialização, Realização e Abertura;
- A aplicação pode ser individual ou coletiva;
- Composto por 126 itens objetivos;
- Indicado adolescentes e adultos.

Teste de Zulliger

- Teste projetivo;

- Avalia traços da personalidade;
- Sua aplicação pode ser individual ou coletiva;
- Considera as respostas em relação às associações que o paciente faz das manchas nos cartões;
- Conjunto de três manchas impressas em cartões, sendo a primeira toda em preto e branco; a segunda composta pelas cores vermelha, verde e marrom e a terceira contendo as cores preta, branca e vermelha.

Teste Gestáltico Visomotor de Bender

- Teste de inteligência não verbal;
- Envolve medidas de inteligência (como fator g) e a relação do indivíduo com a aprendizagem;
- Composto por 9 desenhos que servem como modelos para que a criança “copie”;
- A correção é feita de acordo com a pontuação dos desenhos (0-3) e pela análise quantitativa e qualitativa dos mesmos. Quanto maior a pontuação feita, significa mais erros feitos pela criança;
- Indicado para crianças com idade de 6 a 10 anos;
- A aplicação pode ser individual ou coletiva.

Teste de Matrizes Progressivas Coloridas (Raven)

- Teste para avaliação da Inteligência – especificamente do fator “G”;
- Indicado para o contexto escolar, em diagnósticos clínicos ou até em estudos interculturais;
- Utilizado também para sujeitos portadores de deficiências físicas, afasias, paralisia cerebral ou surdez, servindo também para os sujeitos que não dominam a língua nacional;
- Os itens do teste são desenhos, em que falta uma parte. A tarefa é escolher, entre as alternativas dispostas, a que completa corretamente o desenho;

- A avaliação é feita com uma chave de correção;

Escala de Inteligência Wechsler Adultos (WAISS – III)

- Teste para avaliação da capacidade intelectual de adultos;
- 14 subtestes que permitem calcular o QI (Verbal, de Realização e da Escala Completa) e quatro fatores (Compreensão Verbal, Organização Perceptiva, Memória de Trabalho e Velocidade de Processamento);
- Aplicabilidade para avaliações pedagógicas, diagnósticos de déficits neurológicos e avaliação do funcionamento intelectual;
- A partir dos 16 anos;
- Aplicação individual.

Teste de Apercepção Temática (TAT)

- Teste projetivo para compreender a dinâmica das relações interpessoais;
- 30 lâminas com desenhos e uma em branco;
- O sujeito deverá contar uma história sobre cada prancha;
- As histórias obtidas com frequência revelam componentes importantes da personalidade, inclusive aspectos inconscientes.

Teste Palográfico

- Avalia traços da personalidade pelo comportamento expressivo;
- Características avaliadas: relacionamentos sociais, energia, raciocínio, capacidade de concentração, fadiga, estresse, autoestima, agressividade, depressão, emotividade, impulsividade, organização do trabalho, problemas neurológicos, uso de substâncias psicoativas, produtividade, nível de oscilação no ritmo de trabalho;

- Público-alvo: adolescentes e adultos;
- Aplicação individual ou coletiva, com limite de tempo;
- A correção é feita pela avaliação quantitativa e qualitativa, com base nos traços.

Teste da casa – pessoa – árvore (HTP)

- Avalia aspectos da personalidade;
- Envolve a projeção de traços da personalidade e de conflitos na situação terapêutica;
- O indivíduo faz desenhos determinados pelo aplicador à mão livre e depois é questionado sobre as associações que faz de cada desenho;
- Público-alvo: crianças e adultos, a partir dos 8 anos;
- A correção é realizada pela avaliação qualitativa de cada desenho.

Teste de Rorschach

- Teste projetivo que envolve manchas/borrões de tintas;
- Conjunto de 10 pranchas, sendo 5 com borrões coloridos;
- O sujeito deve responder o que vê nos borrões;
- Avalia as funções psíquicas de percepção, atenção, julgamento crítico, simbolização e linguagem;
- Permite identificar traços normais e patológicos do indivíduo;
- Aplicação individual

Inventário de Depressão Beck (BDI II)

- Teste de autoaplicação;
- Mede a intensidade da depressão;
- Aplicação individual ou coletiva;

Vejamos como esses assuntos já apareceram em prova.



(MAPA – CONSULPLAN – 2014) As Escalas Beck, utilizadas em psicodiagnóstico, incluem 4 medidas escalares: o Inventário de Depressão (BDI), Inventário de Ansiedade (BAI), a Escala de Desesperança (BHS) e a Escala de:

(A) Ideação Suicida (BSI)

(B) Interesses Pessoais (BPI)

(C) Competências Desenvolvidas (BDC)

(D) Perfil Motivacional (BMP)

(E) Inteligências Múltiplas (BMI)

COMENTÁRIOS:

(A) **CORRETA.** As Escalas Beck estão divididas em Inventário de Depressão (BDI), Inventário de Ansiedade (BAI), Escala de Desesperança (BHS) e Escala de Ideação Suicida (BSI).

(B) **INCORRETA.** Essa divisão não faz parte da Escala Beck.

(C) **INCORRETA.** Essa divisão não faz parte da Escala Beck.

(D) **INCORRETA.** Essa divisão não faz parte da Escala Beck.

(E) **INCORRETA.** Essa divisão não faz parte da Escala Beck.

(TRE/CEARÁ – FCC – 2012) Os Testes de Rorschach e de Apercepção Temática (TAT) são classificados como:

(A) Visuais.
(B) Expressivos.
(C) Específicos.
(D) Projetivos.
(E) Gerais.

COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** Não é uma categoria de testes psicológicos.
(B) **INCORRETA.** Não é uma categoria de testes psicológicos.
(C) **INCORRETA.** Não é uma categoria de testes psicológicos.
(D) **CORRETA.** Os dois testes são testes projetivos.
(E) **INCORRETA.** Não é uma categoria de testes psicológicos.

6 – LAUDOS, PARECERES E RELATÓRIOS PSICOLÓGICOS

Aqui vamos transcrever trechos literais da **resolução CFP Nº007/2003**, que institui o Manual de Elaboração de Documentos Escritos produzidos pelo psicólogo, decorrentes de avaliação psicológica.

Considerações iniciais



A avaliação psicológica é entendida como o processo técnico-científico de coleta de dados, estudos e interpretação de informações a respeito dos fenômenos psicológicos, que são resultantes da relação do indivíduo com a sociedade, utilizando-se, para tanto, de estratégias psicológicas – métodos, técnicas e instrumentos.

Os resultantes das avaliações devem **considerar e analisar os condicionantes históricos e sociais e seus efeitos no psiquismo**, com a finalidade de servirem como instrumentos para atuar não somente sobre o indivíduo, mas na modificação desses condicionantes que operam desde a formulação da demanda até a conclusão do processo de avaliação psicológica.

O referido Manual tem como objetivos **orientar o profissional psicólogo na confecção de documentos decorrentes das avaliações psicológicas** e fornecer os subsídios éticos e técnicos necessários para a elaboração qualificada da comunicação escrita.

Princípios norteadores da elaboração de documentos

O psicólogo, na elaboração de seus documentos, deverá adotar como princípios norteadores as técnicas da linguagem escrita e os princípios éticos, técnicos e científicos da profissão.

Princípios técnicos da linguagem escrita

O documento deve, na linguagem escrita, apresentar uma **redação bem estruturada e definida**, expressando o que se quer comunicar. Deve ter uma ordenação que possibilite a compreensão por quem o lê, o que é fornecido pela estrutura, composição de parágrafos ou frases, além da correção gramatical pela estrutura, composição de parágrafos ou frases, além da correção gramatical.

O emprego de frases e termos deve ser compatível com as **expressões próprias da linguagem profissional,** garantindo a precisão da comunicação, **evitando a diversidade de significações da linguagem popular, considerando a quem o documento será destinado**. A comunicação deve ainda apresentar como qualidades: **a clareza, a concisão e a harmonia.**



A **clareza** se traduz, na estrutura frasal, pela sequência ou ordenamento adequado dos conteúdos, pela explicitação da natureza e função de cada parte na construção do todo.

A **concisão** se verifica no emprego da linguagem adequada, da palavra exata e necessária. Essa "economia verbal" requer do psicólogo a atenção para o equilíbrio que evite uma redação lacônica ou exagero de uma redação prolixa. Já a **harmonia** se traduz na correlação adequada das frases, no aspecto sonoro e na ausência de cacofonias.

Princípios éticos

Na elaboração de documento, o psicólogo baseará suas informações na observância dos princípios e dispositivos do Código de Ética Profissional do Psicólogo. Enfatizamos aqui os cuidados em relação aos deveres do psicólogo nas suas relações com a pessoa atendida, ao sigilo profissional, às relações com a justiça e ao alcance das informações – identificando riscos e compromissos em relação à utilização das informações presentes nos documentos em sua dimensão de relações de poder.

Torna-se imperativo a recusa, sob toda e qualquer condição, do uso dos instrumentos, técnicas psicológicas e da experiência profissional da Psicologia na **sustentação de modelos institucionais e ideológicos de perpetuação da segregação aos diferentes modos de subjetivação**.

Sempre que o trabalho exigir, sugere-se uma **intervenção sobre a própria demanda** e a construção de um projeto de trabalho que aponte para a reformulação dos condicionantes que provoquem o sofrimento psíquico, a violação dos direitos humanos e a manutenção das estruturas de poder que sustentam condições de dominação e segregação.

Deve-se realizar uma prestação de serviço responsável pela execução de um trabalho de qualidade cujos princípios éticos sustentam o compromisso social da Psicologia. Dessa forma, a demanda, tal como é formulada, deve ser compreendida como efeito de uma situação de grande complexidade.

O processo de avaliação psicológica deve considerar que os objetos deste procedimento (as questões de ordem psicológica) têm **determinações históricas, sociais, econômicas e políticas, sendo as mesmas os elementos constitutivos no processo de subjetivação**. O documento, portanto, deve considerar a **natureza dinâmica, não definitiva e não cristalizada** do seu objeto de estudo.

Os psicólogos, ao produzirem documentos escritos, devem se basear exclusivamente nos instrumentos técnicos (entrevistas, testes, observações, dinâmicas de grupo, escuta, intervenções

verbais) que se configuram como métodos e técnicas psicológicas para a coleta de dados, estudos e interpretações de informações a respeito da pessoa ou grupo atendidos, bem como sobre outros materiais e grupo atendidos e sobre outros materiais e documentos produzidos anteriormente e pertinentes à matéria em questão.

Esses instrumentais técnicos devem obedecer às condições mínimas requeridas de qualidade e de uso, devendo ser adequados ao que se propõem a investigar. A linguagem nos documentos deve ser precisa, clara, inteligível e concisa, ou seja, deve-se restringir pontualmente às informações que se fizerem necessárias, recusando qualquer tipo de consideração que não tenha relação com a finalidade do documento específico. Deve-se rubricar as laudas, desde a primeira até a penúltima, considerando que a última estará assinada, em toda e qualquer modalidade de documento.

Vejamos algumas questões sobre os assuntos.



(MP/SC – FEPESE – 2014) O Manual de Elaboração de Documentos decorrentes de avaliações psicológicas instituído pela Resolução CFP nº 007/2003 objetiva orientar o profissional psicólogo na:

(A) Consulta a documentos decorrentes das avaliações psicológicas e no fornecimento dos subsídios necessários para a compreensão do teor desses documentos.

(B) Confecção de documentos decorrentes das avaliações psicológicas e no fornecimento dos subsídios éticos e técnicos necessários para a elaboração qualificada da comunicação escrita.

(C) Confecção de documentos decorrentes do processo psicodiagnóstico e na definição da terminologia adequada para utilização quando da realização da entrevista devolutiva.

(D) Pesquisa em documentos decorrentes de processos psicodiagnósticos anteriores e na construção dos subsídios teóricos e técnicos para fundamentar a intervenção subsequente.

(E) Busca por documentos decorrentes das avaliações psicológicas e na interpretação e registro de resultados quantitativos obtidos nessas avaliações.

COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** O manual tem o objetivo de fornecer informações para padronizar a estrutura e a linguagem de documentos escritos pelo psicólogo, especialmente quanto a avaliações psicológicas. O objetivo é padronizar a escrita de documentos, e não há referência à consulta de documentos.

(B) **CORRETA.** A afirmativa se aproxima bastante do que diz o manual. O objetivo é sistematizar a escrita de documentos.

(C) **INCORRETA.** O objetivo do manual é trazer as informações que devem constar nos diversos documentos para padronizar a comunicação escrita, não se restringindo apenas a situações de psicodiagnóstico.

(D) **INCORRETA.** Não é objetivo do manual ser fonte de pesquisa documental ou teórica.

(E) **INCORRETA.** O manual não em objetivo de trazer informações específicas relativas a avaliações psicológicas. O objetivo é padronizar a escrita de documentos relativos ao processo.

(SESA/ES – CESPE – 2013) São princípios norteadores que deverão ser observados psicólogo na elaboração de documentos os princípios:

(A) Subjetivos e técnicos da linguagem escrita.

(B) Sociais e históricos.

(C) Técnicos da linguagem escrita e oral.

(D) Éticos e técnicos.

(E) Teóricos e éticos.

COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** São importantes a serem considerados, mas fazem parte dos princípios éticos e técnicos estabelecidos pelo Conselho Federal de Psicologia.

(B) **INCORRETA.** São importantes a serem considerados, mas fazem parte dos princípios éticos e técnicos estabelecidos pelo Conselho Federal de Psicologia.

(C) **INCORRETA.** São importantes a serem considerados, fazem parte dos princípios éticos e técnicos estabelecidos pelo Conselho Federal de Psicologia.

(D) **CORRETA.** Esses princípios são trazidos Manual de Elaboração de Documentos Decorrentes de Avaliações Psicológicas, publicado pelo Conselho Federal de Psicologia.

6.1 – MODALIDADE DE DOCUMENTOS

ESTA CAI NA PROVA!

- Declaração
- Atestado psicológico
- Relatório/laudo psicológico
- Parecer psicológico



A Declaração e o parecer psicológico **não são documentos decorrentes da avaliação psicológica**, embora muitas vezes apareçam desta forma. Por isso, fique atento a questões de concurso que apresentam a declaração e o parecer como decorrentes de avaliação psicológica. Estão **INCORRETAS.**

Declaração



É um documento que visa a informar a **ocorrência de fatos ou situações objetivas relacionadas ao atendimento psicológico**, com a finalidade de declarar:

1. Comparecimentos do atendido e/ou do seu acompanhante, quando necessário;
2. Acompanhamento psicológico do atendido;
3. Informações sobre as condições do atendimento (tempo de acompanhamento, dias ou horários)



Neste documento **não deve ser feito o registro de sintomas, situações ou estados psicológicos**.

Estrutura da declaração

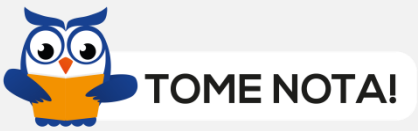
a) Ser emitida em papel timbrado ou apresentar na subscrição do documento o carimbo, em que conste nome e sobrenome do psicólogo, acrescido de sua inscrição profissional (“nome do psicólogo/nº da inscrição)

b) A declaração deve expor:

- Registro do nome e sobrenome do solicitante;
- Finalidade do documento (por exemplo, para fins de comprovação);
- Registro de informações solicitas em relação ao atendimento (por exemplo: se faz acompanhamento psicológico, em quais dias, em qual horário)
- Registro do local e da data da expedição da declaração; registro do nome completo do psicólogo, sua inscrição no CRP e/ou carimbo com as mesmas informações;
- Assinatura do psicólogo acima de sua identificação ou do carimbo.

Atestado psicológico

É um documento expedido pelo psicólogo que **certifica uma determinada situação ou estado psicológico**, tendo como finalidade **afirmar sobre as condições psicológicas** de quem, por requerimento, o solicita, com fins de:



- Justificar faltas e/ou impedimentos do solicitante;
- Justificar estar apto ou não para atividades específicas, após realização de um processo de avaliação psicológica, dentro do rigor técnico e ético que subscreve esta Resolução;

- Solicitar afastamento e/ou dispensa do solicitante, subsidiado na afirmação atestada do fato, em acordo com o disposto na Resolução CFP nº015/96.

Estrutura do atestado

A formulação do atestado deve **restringir-se à informação solicitada** pelo requerente, contendo expressamente o fato constatado. Embora seja um documento simples, deve cumprir algumas formalidades:

- Ser emitido em papel timbrado ou apresentar na subscrição do documento o carimbo, em que conste o nome e sobrenome do psicólogo, acrescido de sua inscrição profissional (nome do psicólogo/nº da inscrição)
- O atestado deve expor:

i. Registro do nome e sobrenome do cliente;

ii. Finalidade do documento;

iii. Registro da informação do sintoma, situação ou condições psicológicas que justifiquem o atendimento, afastamento ou falta – podendo ser registrado sob o indicativo do código da Classificação Internacional de Doenças em vigor;

iv. Registro do local e data da expedição do atestado;

v. Registro do nome completo do psicólogo, sua inscrição no CRP e/ou carimbo com as mesmas informações;

vi. Assinatura do psicólogo acima de sua identificação ou do carimbo.

Os registros deverão estar transcritos de **forma corrida**, ou seja, separados apenas pela pontuação, sem parágrafos, evitando, com isso, riscos de adulterações. No caso em que seja necessária a utilização de parágrafos, o psicólogo deverá preencher esses espaços com traços. O atestado emitido com a finalidade expressa no item 2.1, alínea b, deverá guardar relatório correspondente ao

processo de avaliação psicológica realizado, nos arquivos profissionais do psicólogo, pelo prazo estipulado nesta resolução.

Relatório/Laudo psicológico

O relatório ou laudo psicológico é uma **apresentação descritiva acerca de situações e/ou condições psicológicas e suas determinações históricas, sociais, políticas e culturais**, pesquisadas no processo de avaliação psicológica (Resolução CFP nº007/2003).

Como todo documento, deve ser subsidiado em dados colhidos e analisados à luz de um instrumental técnico (entrevistas, dinâmicas, testes psicológicos, observação, exame psíquico, intervenção verbal), consubstanciado em referencial técnico-filosófico e científico adotado pelo psicólogo (Resolução CFP nº 007/2003).

A finalidade do relatório psicológico será a de **apresentar os procedimentos e conclusões gerados pelo processo da avaliação psicológica**, relatando sobre o encaminhamento, as intervenções, o diagnóstico, o prognóstico e evolução do caso, orientação e sugestão de projeto terapêutico, bem como, caso necessário, solicitação de acompanhamento psicológico, limitando-se a fornecer somente as informações necessárias relacionadas à demanda, solicitação ou petição (Resolução CFP nº007/2003).

Estrutura

O relatório psicológico é uma peça de natureza e valor científicos, devendo conter narrativa detalhada e didática, com clareza, precisão e harmonia, tornando-se acessível e compreensível ao destinatário. Os termos técnicos devem, portanto, estar acompanhados das explicações e/ou conceituação retiradas dos fundamentados téorico-filosóficos que os sustentam (Resolução CFP nº007/2003).

O relatório psicológico deve conter, no mínimo, 5 itens:



1. Identificação
2. Descrição da demanda
3. Procedimento
4. Análise
5. Conclusão

Identificação

É a parte superior do primeiro tópico do documento com a finalidade de identificar:

- O autor/relator – quem elabora;
- O interessado – quem solicita;
- O assunto/finalidade – qual a razão/finalidade.

No identificador autor/relator deverá ser colocado o nome do psicólogo que realizará a avaliação, com a respectiva inscrição no Conselho Regional.

No identificador interessado, o psicólogo indicará o nome do autor do pedido (se a solicitação foi da Justiça, se foi de empresas, entidades ou do cliente).

No identificador assunto, o psicólogo indicará a razão, o motivo do pedido (se para acompanhamento psicológico, prorrogação de prazo para acompanhamento ou outras razões pertinentes a uma avaliação psicológica).

Descrição da demanda

Esta parte é destinada à narração das informações referentes à problemática apresentada e dos motivos, razões e expectativas que produziram o pedido do documento. Nesta parte, deve-se apresentar a análise que se faz da demanda de forma a justificar o procedimento adotado.

Procedimento

A descrição do procedimento apresentará os recursos e instrumentos técnicos utilizados para coletar as informações (número de encontros, pessoas ouvidas, etc) à luz do referencial teórico-filosófico que os embasa. O procedimento adotado deve ser pertinente para avaliar a complexidade do que está sendo demandado.

Análise

É a parte do documento na qual o psicólogo faz uma exposição descritiva de forma metódica, objetiva e fiel dos dados colhidos e das situações vividas relacionados à demanda em sua complexidade. Conforme apresentado nos princípios técnicos (Resolução CFP nº007/2003):

"o processo de avaliação psicológica deve considerar que os objetos deste procedimento (as questões de ordem psicológica) têm **determinações históricas, sociais, econômicas e políticas,** sendo as mesmas, elementos constitutivos no processo de subjetivação. O documento, portanto, deve considerar a **natureza dinâmica, não definitiva e não cristalizada** do seu objeto de estudo."

Nessa exposição, deve-se respeitar a **fundamentação teórica** que sustenta o instrumental técnico utilizado, bem como princípios éticos e as questões relativas ao **sigilo das informações**. Somete deve ser relatado o que for necessário para o esclarecimento do encaminhamento, como disposto no Código de Ética Profissional do Psicólogo.

O psicólogo, ainda nesta parte, não deve fazer afirmações sem sustentação em fatos e/ou teorias, devendo ter linguagem precisa, especialmente quando se referir a dados de natureza subjetiva, expressando-se de maneira clara e exata.

Conclusão

Na conclusão do documento, o psicólogo vai **expor o resultado e/ou considerações** a respeito de sua investigação a partir das referências que subsidiaram o trabalho.

As considerações geradas pelo processo de avaliação psicológica devem transmitir ao solicitante a **análise da demanda em sua complexidade** e do processo de avaliação psicológica como um tempo (Resolução CFP nº 007/2003).

Vale ressaltar a importância de **sugestões e projetos de trabalho** que contemplem a complexidade das variáveis envolvidas durante todo o processo. Após narração conclusiva, o documento é encerrado, com indicação do local, data de emissão, assinatura do psicólogo e o seu número de inscrição no CRP.

Parecer



É um documento **fundamentado e resumido** sobre uma **questão focal** do campo psicológico cujo resultado pode ser **indicativo ou conclusivo**. Tem como finalidade apresentar resposta esclarecedora, no campo do conhecimento psicológico, através de uma avaliação especializada, de uma "questão-problema", visando a dirimir dúvidas que estão interferindo na decisão, sendo, portanto, uma resposta a uma consulta, que exige de quem responde competência no assunto.

Estrutura

O psicólogo parecerista deve fazer a **análise do problema apresentado**, destacando os aspectos relevantes e **opinar a respeito**, considerando os quesitos apontados e com fundamento em referencial teórico-científico.

Havendo quesitos, o psicólogo deve responde-los de forma sintética e convincente, não deixando nenhum quesito sem resposta. Quando não houver dados para a resposta ou quando o psicólogo não puder ser categórico, deve-se utilizar a expressão **"sem elementos de convicção".** Se o quesito estiver mal formulado, pode-se afirmar "prejudicado, sem elementos ou aguarda evolução", de acordo com a Resolução CFP n 007/2003).

O parecer é composto de 4 itens:

1. Identificação
2. Exposição de motivos
3. Análise
4. Conclusão

Identificação

Consiste em identificar o nome do parecerista e sua titulação, o nome do autor da solicitação e sua titulação.

Exposição de motivos

Destina-se à transcrição do objetivo da consulta e dos quesitos ou à apresentação das dúvidas levantadas pelo solicitante. Deve-se apresentar a questão em tese, não sendo necessária, portanto, a descrição detalhada dos procedimentos, como os dados colhidos ou o nome dos envolvidos (Resolução CFP nº007/2003).

Análise

A discussão do parecer psicológico se constitui na análise minuciosa da questão explanada e argumentada com base nos fundamentos necessários existentes, seja na ética, na técnica ou no corpo conceitual da ciência psicológica. Nesta parte, deve respeitar as normas de referências de trabalhos científicos para suas citações e informações (Resolução CFP nº 007/2003).

Conclusão

Na parte final, o psicólogo apresentará seu posicionamento, respondendo à questão levantada. Em seguida, informa o local e data em que foi elaborado e assina o documento.

Validade dos conteúdos dos documentos



O prazo de validade do conteúdo dos documentos escritos, decorrentes das avaliações psicológicas, deverá considerar a legislação vigente nos casos já definidos. Não havendo definição legal, o psicólogo, onde for possível, indicará o prazo de validade do conteúdo emitido no documento em função das características avaliadas, das informações obtidas e dos objetivos da avaliação.

Ao definir o prazo, o psicólogo deve dispor dos fundamentos para a indicação, devendo apresenta-los sempre que solicitado.

Guarda dos documentos e condições de guarda

Os documentos escritos decorrentes de avaliação psicológica, bem como todo material que os fundamentou, deverão ser **guardados pelo prazo mínimo de 5 anos**, observando-se a **responsabilidade por eles tanto do psicólogo quanto da instituição** em que ocorreu a avaliação psicológica.

Esse prazo poderá ser ampliado nos casos previstos em lei, por determinação judicial, ou ainda em casos específicos em que seja necessária a manutenção da guarda por maior tempo.

Vejamos como esses assuntos já apareceram em provas.

HORA DE PRATICAR!

(TJ/PR – UFPR – 2017) A respeito da Resolução CFP nº 007/2003, a qual institui o Manual de Elaboração de Documentos Escritos produzidos pelo psicólogo, decorrentes de avaliação psicológica, destaca-se que:

O referido Manual dispõe sobre os seguintes itens: Princípios Norteadores; Modalidades de Documentos; Conceito/Finalidade/Estrutura; Validade dos documentos; Guarda dos documentos.

Considerando esses aspectos abordados na normativa, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) O parecer psicológico é um documento que visa a informar a ocorrência de fatos ou situações objetivas relacionadas ao atendimento psicológico realizado.

(B) Ao definir o prazo de validade do conteúdo dos documentos, o psicólogo deve dispor dos fundamentos para tal indicação, devendo apresentá-los sempre que solicitado.

(C) Os documentos escritos decorrentes da avaliação psicológica, bem como todo o material que os fundamentou, deverão ser guardados pelo prazo máximo de 5 anos, observando-se a responsabilidade por eles tanto do psicólogo quanto da instituição em que ocorreu a avaliação psicológica.

(D) O documento produzido pelo psicólogo deve apresentar redação bem estruturada, compatível com as expressões próprias da linguagem coloquial.

(E) Justificar estar apto ou não para atividades específicas, após realização de um processo de avaliação psicológica, é uma das finalidades do relatório psicológico.

COMENTÁRIOS:

INCORRETA. Trata-se da definição de declaração.

CORRETA. De acordo com as recomendações do CFP.

INCORRETA. Deverão ser guardados pelo prazo mínimo de 5 anos os documentos escritos e o material que os fundamentou.

INCORRETA. O documento deve evitar o uso de linguagem coloquial.

INCORRETA. Trata-se do objetivo do atestado psicológico.

7 – RESOLUÇÃO CFP 06/2019



Institui regras para a elaboração de documentos escritos produzidos pela(o) psicóloga(o) no exercício profissional e **revoga a Resolução CFP nº 15/1996, a Resolução CFP nº 07/2003 e a Resolução CFP nº 04/2019.**

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

CONSIDERANDO que a(o) psicóloga(o), no exercício profissional, tem sido solicitada(o) a **apresentar informações documentais com objetivos diversos e a necessidade de editar normativas** que forneçam subsídio à(ao) psicóloga(o) para a produção qualificada de documentos escritos;

CONSIDERANDO os princípios éticos fundamentais que norteiam a atividade profissional da(o) psicóloga(o) e os dispositivos sobre avaliação psicológica contidos na Resolução CFP nº 10/2005, que institui o Código de Ética Profissional do Psicólogo - diploma que **disciplina e normatiza a relação entre as práticas profissionais e a sociedade que as legitim**a -, cujo conhecimento e cumprimento se constitui como condição mínima para o exercício profissional;

CONSIDERANDO que a Psicologia no Brasil tem, nos últimos anos, se deparado com **demandas sociais que exigem da(o) psicóloga(o) uma atuação transformadora e significativa, com papel mais ativo na promoção e respeito aos direitos humanos, ponderando as implicações sociais** decorrentes da finalidade do uso dos documentos escritos produzidos pelas(os) psicólogas(os);

CONSIDERANDO que, com o objetivo de **garantir a valorização da autonomia, da participação sem discriminação, de uma saúde mental que sustente uma vida digna** às pessoas, grupos e instituições,

a(o) psicóloga(o) encontra-se inserida(o) em diferentes setores de nossa sociedade, conquistando espaços emergentes que exigem normatizações que balizem sua ação com competência e ética;

CONSIDERANDO que a(o) psicóloga(o) deve pautar sua atuação profissional no **uso diversificado de conhecimentos, técnicas e procedimento**s, devidamente reconhecidos pela comunidade científica, que se configuram nas formas de avaliação e intervenção sobre as pessoas, grupos e instituições;

CONSIDERANDO que a(o) psicóloga(o) deve atuar com **autonomia intelectual e visão interdisciplinar**, potencializando sua atitude investigativa e reflexiva para o desenvolvimento de uma percepção crítica da realidade diante das demandas das diversidades individuais, grupais e institucionais, sendo capaz de consolidar o conhecimento da Psicologia com padrões de excelência ética, técnica e científica em favor dos direitos humanos;

CONSIDERANDO que a(o) psicóloga(o) deve: construir argumentos consistentes da observação de fenômenos psicológicos; empregar referenciais teóricos e técnicos pertinentes em uma visão crítica, autônoma e eficiente; atuar de acordo com os princípios fundamentais dos direitos humanos; promover a relação entre ciência, tecnologia e sociedade; garantir atenção à saúde; respeitar o contexto ecológico, a qualidade de vida e o bem-estar dos indivíduos e das coletividades, considerando sua diversidade;

CONSIDERANDO a **complexidade do exercício profissional da(o) psicóloga**(o), tanto em processos de trabalho que envolvem a avaliação psicológica como em processos que envolvem o raciocínio psicológico, e a necessidade de orientar a(o) psicóloga(o) para a construção de documentos decorrentes do exercício profissional nos mais variados campos de atuação, fornecendo os subsídios éticos e técnicos necessários para a elaboração qualificada da comunicação escrita;

CONSIDERANDO que toda a ação da(o) psicóloga(o) demanda um **raciocínio psicológico, caracterizado por uma atitude avaliativa, compreensiva, integradora e contínua**, que deve orientar a atuação nos diferentes campos da Psicologia e estar relacionado ao contexto que origina a demanda;



CONSIDERANDO que um processo de **avaliação psicológica se caracteriza por uma ação sistemática e delimitada no tempo, com a finalidade de diagnóstico ou não, que utiliza de fontes de informações fundamentais e complementares com o propósito de uma investigação realizada a partir de uma coleta de dados, estudo e interpretação de fenômenos e processos psicológicos**;

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS



JURISPRUDÊNCIA

Art. 1º - Instituir as regras para a elaboração de documentos escritos produzidos pela(o) psicóloga(o) no exercício profissional.

Parágrafo único: A presente Resolução tem como objetivos orientar a(o) psicóloga(o) na elaboração de documentos escritos produzidos no exercício da sua profissão e fornecer os subsídios éticos e técnicos necessários para a produção qualificada da comunicação escrita.

Art. 2º - As regras para a elaboração, guarda, destino e envio de documentos escritos produzidos pela(o) psicóloga(o) no exercício profissional, referido no artigo anterior, encontram-se dispostas nos seguintes itens:

I - Princípios fundamentais na elaboração de documentos psicológicos;
II - Modalidades de documentos;
III - Conceito, finalidade e estrutura;
IV - Guarda dos documentos e condições de guarda;
V - Destino e envio de documentos;
VI - Prazo de validade do conteúdo dos documentos;
VII - Entrevista devolutiva.

Art. 3º - Toda e qualquer comunicação por escrito, decorrente do exercício profissional da(o) psicóloga(o), deverá seguir as diretrizes descritas nesta Resolução.

§ 1º - Os casos omissos, ou dúvidas sobre matéria desta normativa, serão resolvidos pela orientação e jurisprudência firmada pelos Conselhos Regionais de Psicologia e, naquilo que se aplicar, solucionadas pelo Conselho Federal de Psicologia, de acordo com os termos previstos no art. 6º, alíneas g e h da Lei nº 5.766/1971, art. 13, item XII, do Decreto nº 79.822/1977, art. 22 do Código de Ética Profissional do Psicólogo (Resolução CFP nº 010/2005), ou legislações que venham a alterá-las ou substituí-las, preservando o mérito aqui disposto.

§ 2º - A não observância da presente norma constitui falta ético-disciplinar, passível de capitulação nos dispositivos referentes ao exercício profissional do Código de Ética Profissional do Psicólogo, sem prejuízo de outros que possam ser arguidos.

CAPÍTULO II DISPOSIÇÕES ESPECIAIS



SEÇÃO I PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS NA ELABORAÇÃO DE DOCUMENTOS PSICOLÓGICOS

Documento Psicológico

Art. 4º - O documento psicológico constitui instrumento de comunicação escrita resultante da prestação de serviço psicológico à pessoa, grupo ou instituição.

§ 1º - A confecção do documento psicológico deve ser realizada **mediante solicitação do usuário do serviço de Psicologia, de seus responsáveis legais, de um profissional específico, das equipes multidisciplinares ou das autoridades, ou ser resultado de um processo de avaliação psicológica.**

§ 2º - O documento psicológico sistematiza uma conduta profissional na relação direta de um serviço prestado à pessoa, grupo ou instituição.

§ 3º - A(o) psicóloga(o) deverá adotar, como princípios fundamentais na elaboração de seus documentos, as técnicas da linguagem escrita formal (conforme artigo 6º desta Resolução) e os princípios éticos, técnicos e científicos da profissão (conforme artigos 5º e 7º desta Resolução).

§ 4º - De acordo com os deveres fundamentais previstos no Código de Ética Profissional do Psicólogo, na prestação de serviços psicológicos, os envolvidos no processo possuem o **direito de receber informações sobre os objetivos e resultados do serviço prestado**, bem como ter acesso ao documento produzido pela atividade da(o) psicóloga(o).

Princípios Técnicos

Art. 5º - Os documentos psicológicos devem ser elaborados conforme os princípios de qualidade técnica e científica presentes neste regulamento.

§ 1º - Os documentos emitidos pela(o) psicóloga(o) concretizam informações fundamentais e devem conter dados fidedignos que validam a construção do pensamento psicológico e a finalidade a que se destina.

§ 2º - A elaboração de documento decorrente do serviço prestado no exercício da profissão deve considerar que este é o resultado de uma avaliação e/ou intervenção psicológica, observando os **condicionantes históricos e sociais e seus efeitos nos fenômenos psicológicos.**

§ 3º - O documento escrito resultante da prestação de serviços psicológicos deve considerar a **natureza dinâmica, não definitiva e não cristalizada do fenômeno psicológico**.

§ 4º - Ao produzir documentos escritos, a(o) psicóloga(o) deve se basear no que dispõe o artigo 1º, alínea "c", do Código de Ética Profissional do Psicólogo, prestando serviços psicológicos de qualidade, em condições de trabalho dignas e apropriadas à natureza desses serviços, utilizando princípios, conhecimentos e técnicas reconhecidamente fundamentados na ciência psicológica, na ética e na legislação profissional.

§ 5º - Na realização da Avaliação Psicológica, ao produzir documentos escritos, a(o) psicóloga(o) deve se basear no que dispõe o artigo 2º da Resolução CFP nº 09/2018, fundamentando sua decisão, obrigatoriamente, em métodos, técnicas e instrumentos psicológicos reconhecidos cientificamente para uso na prática profissional da(o) psicóloga(o) (fontes fundamentais de informação), podendo,

a depender do contexto, recorrer a procedimentos e recursos auxiliares (fontes complementares de informação).

§ 6º - A(o) psicóloga(o) deve resguardar os cuidados com **o sigilo profissional**, conforme previsto nos artigos 9º e 10º do Código de Ética Profissional do Psicólogo.

§ 7º - Ao elaborar um documento em que seja necessário **referenciar material teórico técnico, as referências devem ser colocadas, preferencialmente, em nota de rodapé**, observando a especificidade do documento produzido.

§ 8º - Toda e qualquer modalidade de documento deverá ter todas as laudas numeradas, rubricadas da primeira até a penúltima lauda, e a assinatura da(o) psicóloga(o) na última página.

Princípios da Linguagem Técnica



Art. 6º - O documento psicológico constitui instrumento de comunicação que tem como **objetivo registrar o serviço prestado pela(o) psicóloga(o).**

§ 1º - A(o) psicóloga(o), ao redigir o documento psicológico, deve expressar-se de maneira precisa, expondo o **raciocínio psicológico** resultante da sua atuação profissional.

§ 2º - O texto do documento deve ser construído com frases e parágrafos que resultem de uma articulação de ideias, caracterizando uma sequência lógica de posicionamentos que representem o nexo causal resultante de seu raciocínio.

§ 3º - A linguagem escrita deve basear-se nas normas cultas da língua portuguesa, na técnica da Psicologia, na objetividade da comunicação e na garantia dos direitos humanos (observando os Princípios Fundamentais do Código de Ética Profissional do Psicólogo e as Resoluções CFP nº 01/1999, 18/2002 e 01/2018, ou outras que venham a alterá-las ou substituí-las).

§ 4º - Os documentos psicológicos devem ser escritos de forma impessoal, na terceira pessoa, com coerência que expresse a ordenação de ideias e a interdependência dos diferentes itens da estrutura do documento.

§ 5º - Os documentos psicológicos **não devem apresentar descrições literais dos atendimentos realizados**, salvo quando tais descrições se justifiquem tecnicamente.

Princípios Éticos

Art. 7º - Na elaboração de documento psicológico, a(o) psicóloga(o) baseará suas informações na observância do Código de Ética Profissional do Psicólogo, além de outros dispositivos de Resoluções específicas.

§ 2º - Devem ser observados, ainda, os deveres da(o) psicóloga(o) no que diz respeito ao **sigilo profissional em relação às equipes interdisciplinares, às relações com a justiça e com as políticas públicas, e o alcance das informações na garantia dos direitos humanos**, identificando riscos e compromissos do alcance social do documento elaborado.

§ 3º - À(ao) psicóloga(o) é vedado, sob toda e qualquer condição, o uso dos instrumentos, técnicas psicológicas e experiência profissional de forma a **sustentar modelo institucional e ideológico de segregação dos diferentes modos de subjetivação**.

§ 4º - Sempre que o trabalho exigir, poderá a(o) psicóloga(o), mediante fundamentação, intervir sobre a demanda e construir um projeto de trabalho que aponte para a **reformulação dos condicionantes que provocam o sofrimento psíquico, a violação dos direitos humanos e a manutenção ou prática de preconceito, discriminação, violência e exploração** como formas de dominação e segregação.

§ 5º - A(o) psicóloga(o) deve prestar serviço responsável e de qualidade, observando os princípios éticos e o compromisso social da Psicologia, de modo que a demanda, tal como formulada, seja compreendida como efeito de uma situação de grande complexidade.

§ 6º - É dever da(o) psicóloga(o) elaborar e fornecer documentos psicológicos sempre que solicitada(o) ou quando finalizado um processo de avaliação psicológica, conforme art. 4º desta Resolução.

§ 7º - A(o) psicóloga(o) fica responsável ética e disciplinarmente pelo cumprimento das disposições deste artigo, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal decorrentes das informações que fizerem constar nos documentos psicológicos.

SEÇÃO II MODALIDADES DE DOCUMENTOS



Art. 8º - Constituem modalidades de documentos psicológicos:

I - declaração;
II - Atestado Psicológico;
III - Relatório;
a) Psicológico;
b) Multiprofissional;
IV - Laudo Psicológico;
V - Parecer Psicológico.

SEÇÃO III CONCEITO, FINALIDADE E ESTRUTURA



Declaração - Conceito e finalidade

Art. 9º - declaração consiste em um documento escrito que tem por finalidade registrar, de forma objetiva e sucinta, informações sobre a prestação de serviço realizado ou em realização, abrangendo as seguintes informações:

I - Comparecimento da pessoa atendida e seu acompanhante;
II - Acompanhamento psicológico realizado ou em realização;
III - Informações sobre tempo de acompanhamento, dias e horários.

§1º - **É vedado o registro de sintomas, situações ou estados psicológicos na declaração.**

Estrutura

§ 2º - A declaração deve apresentar as informações da estrutura detalhada abaixo, em forma de itens ou texto corrido:

I - Título: "declaração".

II - Expor no texto:

a) Nome da pessoa atendida: identificação do nome completo ou nome social completo;
b) Finalidade: descrição da razão ou motivo do documento;
c) Informações sobre local, dias, horários e duração do acompanhamento psicológico.

III - O documento deve ser encerrado com indicação do local, data de emissão, carimbo, em que conste nome completo ou nome social completo da(o) psicóloga(o), acrescido de sua inscrição profissional e assinatura.

ATESTADO PSICOLÓGICO - Conceito e finalidade

ATENÇÃO
DECORE!

Art. 10 - Atestado psicólogo consiste em um documento que certifica, com fundamento em um diagnóstico psicológico, uma determinada situação, estado ou funcionamento psicológico, com a finalidade de afirmar as condições psicológicas de quem, por requerimento, o solicita.

§1º - O atestado presta-se também a comunicar o diagnóstico de condições mentais que incapacitem a pessoa atendida, com **fins d**e:

> I - Justificar faltas e impedimentos;
> II - Justificar estar apto ou não para atividades específicas (manusear arma de fogo, dirigir veículo motorizado no trânsito, assumir cargo público ou privado, entre outros), após realização de um processo de avaliação psicológica, dentro do rigor técnico e ético que subscrevem a Resolução CFP nº 09/2018 e a presente, ou outras que venham a alterá-las ou substituí-las;
> III - Solicitar afastamento e/ou dispensa, subsidiada na afirmação atestada do fato.

§ 2º - Diferentemente da declaração, o **atestado psicológico resulta de uma avaliação psicológica**. É responsabilidade da(o) psicóloga(o) atestar somente o que foi verificado no processo de avaliação e que esteja dentro do âmbito de sua competência profissional.

§ 3º - A emissão de atestado deve estar fundamentada no registro documental, conforme dispõe a Resolução CFP nº 01/2009 ou aquelas que venham a alterá-la ou substituí-la, não isentando a(o) psicóloga(o) de guardar os registros em seus arquivos profissionais, pelo prazo estipulado nesta resolução.

§ 4º - Os Conselhos Regionais podem, no **prazo de até cinco anos**, solicitar à(ao) psicóloga(o) a apresentação da fundamentação técnico-científica do atestado.

Estrutura

§ 5º - A formulação desse documento deve **restringir-se à informação solicitada**, contendo expressamente o fato constatado.

I - As informações deverão estar registradas em texto corrido, separadas apenas pela pontuação, sem parágrafos, evitando, com isso, riscos de adulteração.

II - No caso em que seja necessária a utilização de parágrafos, a(o) psicóloga(o) deverá preencher esses espaços com traços.

§ 6º - O atestado psicológico deve apresentar as informações da estrutura detalhada abaixo:

I - **Título:** "Atestado Psicológico";

II - **Nome da pessoa ou instituição atendida:** identificação do nome completo ou nome social completo e, quando necessário, outras informações sócio-demográficas;

III- **Nome do solicitante:** identificação de quem solicitou o documento, especificando se a solicitação foi realizada pelo Poder Judiciário, por empresas, instituições públicas ou privadas, pelo próprio usuário do processo de trabalho prestado ou por outros interessados;

IV - **Finalidade:** descrição da razão ou motivo do pedido;

V - **Descrição das condições psicológicas** do beneficiário do serviço psicológico advindas do raciocínio psicológico ou processo de avaliação psicológica realizado, respondendo a finalidade deste. Quando justificadamente necessário, fica facultado à(ao) psicóloga(o) o uso da Classificação Internacional de Doenças (CID) ou outras Classificações de diagnóstico, científica e socialmente reconhecidas, como fonte para enquadramento de diagnóstico;

VI - O documento deve ser encerrado com indicação do local, data de emissão, carimbo, em que conste nome completo ou nome social completo da(do) psicóloga(o), acrescido de sua inscrição profissional, com todas as laudas numeradas, rubricadas da primeira até a penúltima lauda, e a assinatura da(o) psicóloga(o) na última página.

§ 7º - É facultado à(ao) psicóloga(o) destacar, ao final do atestado psicológico, que este não poderá ser utilizado para fins diferentes do apontado no item de identificação, que possui caráter sigiloso e que se trata de documento extrajudicial.

RELATÓRIO PSICOLÓGICO - Conceito e finalidade

ESTA CAI NA PROVA!

Art. 11 - O relatório psicológico consiste em um documento que, por meio de uma exposição escrita, descritiva e circunstanciada, considera os condicionantes históricos e sociais da pessoa, grupo ou instituição atendida, podendo também ter caráter informativo. Visa a comunicar a atuação profissional da(o) psicóloga(o) em diferentes processos de trabalho já desenvolvidos ou em desenvolvimento, podendo gerar orientações, recomendações, encaminhamentos e intervenções pertinentes à situação descrita no documento, não tendo como finalidade produzir diagnóstico psicológico.

I - O relatório psicológico é uma peça de natureza e valor técnico-científico, devendo conter narrativa detalhada e didática, com precisão e harmonia. A linguagem utilizada deve ser acessível e compreensível ao destinatário, respeitando os preceitos do Código de Ética Profissional do Psicólogo.

II - Deve ser construído com base no registro documental elaborado pela(o) psicóloga(o), em conformidade com a Resolução CFP nº 01/2009 ou resoluções que venham a alterá-la ou substituí-la.

III - O relatório psicológico **não corresponde à descrição literal** das sessões, atendimento ou acolhimento realizado, salvo quando tal descrição se justifique tecnicamente. Este deve explicitar a demanda, os procedimentos e o raciocínio técnicocientífico da(o) profissional, bem como suas conclusões e/ou recomendações.

Estrutura

§ 1º - O relatório psicológico deve apresentar as informações da estrutura detalhada abaixo, em forma de itens ou texto corrido.

I - O relatório psicológico é composto de **5 (cinco) itens:**



a) Identificação;
b) Descrição da demanda;
c) Procedimento;
d) Análise;
e) Conclusão.

Identificação

§ 2º - Neste item, a(o) psicóloga(o) deve fazer constar no documento:

I - **Título:** "Relatório Psicológico";
II - **Nome da pessoa ou instituição atendida:** identificação do nome completo ou nome social completo e, quando necessário, outras informações sócio-demográficas;
III - **Nome do solicitante:** identificação de quem solicitou o documento, especificando se a solicitação foi realizada pelo Poder Judiciário, por empresas, instituições públicas ou privadas, pelo próprio usuário do processo de trabalho prestado ou por outros interessados;
IV - **Finalidade:** descrição da razão ou motivo do pedido;
V - **Nome da(o) autora(or):** identificação do nome completo ou nome social completo da(o) psicóloga(o) responsável pela construção do documento, com a respectiva inscrição no Conselho Regional de Psicologia.

Descrição da demanda

§ 3º - Neste item, a(o) psicóloga(o), autora(or) do documento, deve descrever as informações sobre o que **motivou a busca pelo processo de trabalho prestado**, indicando quem forneceu as informações e as demandas que levaram à solicitação do documento.

I - A descrição da demanda constitui requisito indispensável e deverá apresentar o raciocínio técnico-científico que justificará procedimentos utilizados, conforme o parágrafo 4º deste artigo.

Procedimento

§ 4º - Neste item, a(o) psicóloga(o) autora(or) do relatório deve apresentar o **raciocínio técnico-científico que justifica o processo de trabalho** utilizado na prestação do serviço psicológico e os recursos técnico-científicos utilizados, especificando o referencial teórico metodológico que fundamentou suas análises, interpretações e conclusões.

I - Cumpre, à(ao) psicóloga(o) autora(or) do relatório, citar as pessoas ouvidas no processo de trabalho desenvolvido, as informações objetivas, o número de encontros e o tempo de duração do processo realizado.

II - Os procedimentos adotados devem ser pertinentes à complexidade do que está sendo demandado.

Análise

§ 5º - Neste item devem constar, de forma descritiva, narrativa e analítica, as principais características e evolução do trabalho realizado, baseando-se em um pensamento sistêmico sobre os dados colhidos e as situações relacionadas à demanda que envolve o processo de atendimento ou acolhimento, sem que isso corresponda a uma descrição literal das sessões, atendimento ou acolhimento, salvo quando tal descrição se justificar tecnicamente.

I - A análise deve apresentar fundamentação teórica e técnica.
II - Somente deve ser relatado o que for necessário para responder a demanda, tal qual disposto no Código de Ética Profissional do Psicólogo.
III - **É vedado à(ao) psicóloga(o) fazer constar no documento afirmações de qualquer ordem sem identificação da fonte de informação ou sem a devida sustentação em fatos e/ou teorias.**
IV - A linguagem deve ser objetiva e precisa, especialmente quando se referir a informações de natureza subjetiva.

Conclusão

§ 6º - Neste item, a(o) psicóloga(o) autora(or) do relatório deve descrever suas conclusões, a partir do que foi relatado na análise, considerando a natureza dinâmica e não cristalizada do seu objeto de estudo.

I - Na conclusão pode constar encaminhamento, orientação e sugestão de continuidade do atendimento ou acolhimento.

II - O documento deve ser encerrado com indicação do local, data de emissão, carimbo, em que conste nome completo ou nome social completo da(o) psicóloga(o), acrescido de sua inscrição profissional, com todas as laudas numeradas, rubricadas da primeira até a penúltima lauda, e a assinatura da(o) psicóloga(o) na última página.

III - É facultado à(ao) psicóloga(o) destacar, ao final do relatório, que este não poderá ser utilizado para fins diferentes do apontado no item de identificação, que possui caráter sigiloso, que se trata de documento extrajudicial e que não se responsabiliza pelo uso dado ao relatório por parte da pessoa, grupo ou instituição, após a sua entrega em entrevista devolutiva.

RELATÓRIO MULTIPROFISSIONAL - Conceito e finalidade



Art. 12 - O relatório multiprofissional é resultante da atuação da(o) psicóloga(o) em contexto multiprofissional, podendo ser produzido em conjunto com profissionais de outras áreas, preservando-se a autonomia e a ética profissional dos envolvidos.

I - A(o) psicóloga(o) deve observar as mesmas características do relatório psicológico nos termos do Artigo 11.

II - As informações para o cumprimento dos objetivos da atuação multiprofissional devem ser registradas no relatório, em conformidade com o que institui o Código de Ética Profissional do Psicólogo em relação ao sigilo.

Estrutura

§1º - O relatório multiprofissional deve apresentar, no que tange à atuação da(o) psicóloga(o), as informações da estrutura detalhada abaixo, em forma de itens ou texto corrido.

I - O Relatório Multiprofissional é composto de **5 (cinco) itens:**

a) Identificação;
b) Descrição da demanda;
c) Procedimento;
d) Análise;
e) Conclusão.

Identificação

§ 2º - Neste item, a(o) psicóloga(o) deve fazer constar no documento:

I - Título: "Relatório Multiprofissional";
II - **Nome da pessoa ou instituição atendida:** identificação do nome completo ou nome social completo e, quando necessário, outras informações sócio-demográficas;
III - **Nome do solicitante:** identificação de quem solicitou o documento, especificando se a solicitação foi realizada pelo Poder Judiciário, por empresas, instituições públicas ou privadas, pelo próprio usuário do processo de trabalho prestado ou por outros interessados;
IV - **Finalidade:** descrição da razão ou motivo do pedido;
V - **Nome das autoras(res):** identificação do nome completo ou nome social completo das(os) profissionais responsáveis pela construção do documento, com indicação de sua categoria profissional e o respectivo registro em órgão de classe, quando houver.

Descrição da demanda

§ 3º - Neste item, a(o) psicóloga(o), autora(or) do documento, deve descrever as informações sobre o que motivou a busca pelo processo de trabalho multiprofissional, indicando quem forneceu as informações e as demandas que levaram à solicitação do documento.

I - A descrição da demanda constitui requisito indispensável e deverá apresentar o raciocínio técnico-científico que justificará procedimentos utilizados pela(o) psicóloga(o) e/ou pela equipe multiprofissional, conforme o parágrafo 4º deste artigo.

Procedimento

§ 4º - Devem ser apresentados o raciocínio técnico-científico, que justifica o processo de trabalho realizado pela(o) psicóloga(o) e/ou pela equipe multiprofissional, e todos os procedimentos realizados pela(o) psicóloga(o), especificando o referencial teórico que fundamentou suas análises e interpretações.

§ 5º - A descrição dos procedimentos e/ou técnicas privativas da Psicologia deve vir separada das descritas pelos demais profissionais.

Análise

§ 6º - Neste item orienta-se que cada profissional faça sua análise separadamente, identificando, com subtítulo, o nome e a categoria profissional.

§ 7º - A(o) psicóloga(o) deve seguir as orientações que constam no §5º do Art. 11 desta resolução (item Análise do Relatório Psicológico).

I - O relatório multiprofissional não isenta a(o) psicóloga(o) de realizar o registro documental, conforme Resolução CFP nº 01/2009 ou outras que venham a alterá-la ou substituí-la.

Conclusão

§ 8º - A conclusão do relatório multiprofissional pode ser realizada em conjunto, principalmente nos casos em que se trate de um processo de trabalho interdisciplinar.

§ 9º - A(o) psicóloga(o) deve elaborar a conclusão a partir do relatado na análise, considerando a natureza dinâmica e não cristalizada do seu objeto de estudo, podendo constar encaminhamento, orientação e sugestão de continuidade do atendimento ou acolhimento.

I - O documento deve ser encerrado com indicação do local, data de emissão, carimbo, em que conste nome completo ou nome social completo dos profissionais, e os números de inscrição na sua categoria profissional, com todas as laudas numeradas, rubricadas da primeira até a penúltima lauda, e a assinatura da(o) psicóloga(o) na última página.

II- É facultado à(ao) psicóloga(o) destacar, ao final do relatório multiprofissional, que este não poderá ser utilizado para fins diferentes do apontado no item de identificação, que possui caráter sigiloso, que se trata de documento extrajudicial e que não se responsabiliza pelo uso dado ao relatório multiprofissional por parte da pessoa, grupo ou instituição, após a sua entrega em entrevista devolutiva.

LAUDO PSICOLÓGICO - Conceito e finalidade



Art. 13 - O laudo psicológico é o resultado de um **processo de avaliação psicológica**, com finalidade de subsidiar decisões relacionadas ao contexto em que surgiu a demanda. Apresenta informações técnicas e científicas dos fenômenos psicológicos, considerando os condicionantes históricos e sociais da pessoa, grupo ou instituição atendida.

I - O laudo psicológico é uma peça de natureza e valor técnico-científico. Deve conter narrativa detalhada e didática, com precisão e harmonia, tornando-se acessível e compreensível ao destinatário, em conformidade com os preceitos do Código de Ética Profissional do Psicólogo.

II - Deve ser construído com base no registro documental elaborado pela(o) psicóloga(o), em conformidade com a Resolução CFP nº 01/2009, ou outras que venham a alterá-la ou substituí-la, e na interpretação e análise dos dados obtidos por meio de métodos, técnicas e procedimentos reconhecidos cientificamente para uso na prática profissional, conforme Resolução CFP nº 09/2018 ou outras que venham a alterá-la ou substituí-la.

III - Deve considerar a demanda, os procedimentos e o raciocínio técnico-científico da profissional, fundamentado teórica e tecnicamente, bem como suas conclusões e recomendações, considerando a natureza dinâmica e não cristalizada do seu objeto de estudo.

IV - O laudo psicológico deve apresentar os procedimentos e conclusões gerados pelo processo de avaliação psicológica, limitando-se a fornecer as informações necessárias e relacionadas à demanda e relatar: o encaminhamento, as intervenções, o diagnóstico, o prognóstico, a hipótese diagnóstica, a evolução do caso, orientação e/ou sugestão de projeto terapêutico.

V - Nos casos em que a(o) psicóloga(o) atue em **equipes multiprofissionais, e havendo solicitação de um documento decorrente da avaliação, o laudo psicológico ou informações decorrentes da avaliação psicológica poderão compor um documento único**.

VI - Na hipótese do inciso anterior, é indispensável que a(o) psicóloga(o) registre informações necessárias ao cumprimento dos objetivos da atuação multiprofissional, resguardando o caráter do documento como registro e a forma de avaliação em equipe.

VII - Deve-se considerar o sigilo profissional na elaboração do laudo psicológico em conjunto com equipe multiprofissional, conforme estabelece o Código de Ética Profissional do Psicólogo.

Estrutura

§ 1º - O laudo psicológico deve apresentar as informações da estrutura detalhada abaixo, em forma de itens.

I - O Laudo Psicológico é composto de **6 (seis) itens:**



a) Identificação;
b) Descrição da demanda;
c) Procedimento;
d) Análise;
e) Conclusão;
f) Referências.

Identificação

§ 2º - Neste item, a(o) psicóloga(o) deve fazer constar no documento:

I - **Título:** "Laudo Psicológico";
II - **Nome da pessoa ou instituição atendida:** identificação do nome completo ou nome social completo e, quando necessário, outras informações sócio-demográficas;
III - **Nome do solicitante:** identificação de quem solicitou o documento, especificando se a solicitação foi realizada pelo Poder Judiciário, por empresas, instituições públicas ou privadas, pelo próprio usuário do processo de trabalho prestado ou por outros interessados;
IV - **Finalidade:** descrição da razão ou motivo do pedido;
V- **Nome da(o) autora(or):** identificação do nome completo ou nome social completo da(do) psicóloga(o) responsável pela construção do documento, com a respectiva inscrição no Conselho Regional de Psicologia.

Descrição da demanda

§ 3º - Neste item, a(o) psicóloga(o), autora(or) do documento, deve descrever as informações sobre o que motivou a busca pelo processo de trabalho prestado, indicando quem forneceu as informações e as demandas que levaram à solicitação do documento.

I - A descrição da demanda constitui requisito indispensável e deverá apresentar o raciocínio técnico-científico que justificará procedimentos utilizados, conforme o parágrafo 4º deste artigo.

Procedimento

§ 4º - Neste item, a(o) psicóloga(o) autora(or) do laudo deve apresentar o raciocínio técnico-científico que justifica o processo de trabalho realizado pela(o) psicóloga(o) e os recursos técnico-científicos utilizados no processo de avaliação psicológica, especificando o referencial teórico metodológico que fundamentou suas análises, interpretações e conclusões.

I - Cumpre, à(ao) autora(or) do laudo, citar as pessoas ouvidas no processo de trabalho desenvolvido, as informações objetivas, o número de encontros e o tempo de duração do processo realizado.

II - Os procedimentos adotados devem ser pertinentes à complexidade do que está sendo demandado e a(o) psicóloga(o) deve atender à Resolução CFP nº 09/2018, ou outras que venham a alterá-la ou substituí-la.

Análise

§ 5º - Nessa parte do documento, a(o) psicóloga(o) deve fazer uma **exposição descritiva, metódica, objetiva e coerente com os dados colhidos e situações relacionadas à demanda** em sua complexidade considerando a natureza dinâmica, não definitiva e não cristalizada do seu objeto de estudo.

I - A análise não deve apresentar descrições literais das sessões ou atendimentos realizados, salvo quando tais descrições se justifiquem tecnicamente.

II - Nessa exposição, deve-se respeitar a fundamentação teórica que sustenta o instrumental técnico utilizado, bem como os princípios éticos e as questões relativas ao sigilo das informações. Somente deve ser relatado o que for necessário para responder a demanda, tal qual disposto no Código de Ética Profissional do Psicólogo.

III - A(o) psicóloga(o) não deve fazer afirmações sem sustentação em fatos ou teorias, devendo ter linguagem objetiva e precisa, especialmente quando se referir a dados de natureza subjetiva.

Conclusão

§ 6º - Neste item, a(o) psicóloga(o) autora(or) do laudo deve descrever suas conclusões a partir do que foi relatado na análise, considerando a **natureza dinâmica e não cristalizada do seu objeto de estudo.**

I - Na conclusão indicam-se os encaminhamentos e intervenções, diagnóstico, prognóstico e hipótese diagnóstica, evolução do caso, orientação ou sugestão de projeto terapêutico.

II - O documento deve ser encerrado com indicação do local, data de emissão, carimbo, em que conste nome completo ou nome social completo da(o) psicóloga(o), acrescido de sua inscrição profissional, com todas as laudas numeradas, rubricadas da primeira até a penúltima lauda, e a assinatura da(o) psicóloga(o) na última página.

III - É facultado à(ao) psicóloga(o) destacar, ao final do laudo, que este não poderá ser utilizado para fins diferentes do apontado no item de identificação, que possui **caráter sigiloso, que se trata de documento extrajudicial e que não se responsabiliza pelo uso dado ao laudo** por parte da pessoa, grupo ou instituição, após a sua entrega em entrevista devolutiva.

Referências

§ 7º - Na elaboração de laudos, é obrigatória a informação das fontes científicas ou referências bibliográficas utilizadas, em nota de rodapé, preferencialmente.

PARECER PSICOLÓGICO - Conceito e finalidade



Art. 14 - O parecer psicológico é um pronunciamento por escrito, que tem como finalidade apresentar uma análise técnica, respondendo a uma questão-problema do campo psicológico ou a documentos psicológicos questionados.

I - O parecer psicológico visa a **dirimir dúvidas de uma questão-problema** ou documento psicológico que estão interferindo na decisão do solicitante, sendo, portanto, uma resposta a uma consulta.

II - A elaboração de parecer psicológico exige, da(o) psicóloga(o), conhecimento específico e competência no assunto.

III - O resultado do parecer psicológico pode ser **indicativo ou conclusivo**.

IV - O parecer psicológico não é um documento resultante do processo de avaliação psicológica ou de intervenção psicológica.

Estrutura

§ 1º - O parecer psicológico deve apresentar as informações da estrutura detalhada abaixo, em forma de itens.

I - O Parecer é composto de **5 (cinco) itens:**

a) Identificação;
b) Descrição da demanda;
c) Análise;
d) Conclusão;
e) Referências.

Identificação

§2º - Neste item, a(o) psicóloga(o) deve fazer constar no documento:

I - Título: "Parecer Psicológico";
II - Nome da pessoa ou instituição objeto do questionamento (ou do parecer): identificação do nome completo ou nome social completo e, quando necessário, outras informações sócio-demográficas da pessoa ou instituição cuja dúvida ou questionamento se refere;
III - Nome do solicitante: identificação de quem solicitou o documento, especificando se a solicitação foi realizada pelo Poder Judiciário, por empresas, instituições públicas ou privadas, pelo próprio usuário do processo de trabalho prestado ou outros interessados;
IV - Finalidade: descrição da razão ou motivo do pedido;
V - Nome da(o) autora(or): identificação do nome completo ou nome social completo da(o) psicóloga(o) responsável pela construção do documento, com a respectiva inscrição no Conselho Regional de Psicologia e titulação que comprove o conhecimento específico e competência no assunto.

Descrição da Demanda

§3º - Destina-se à transcrição do objetivo da consulta ou demanda. Deve-se apresentar as informações referentes à demanda e finalidades do parecer.

I - A descrição da demanda deve justificar a análise realizada.

Análise

§4º - A discussão da questão específica do Parecer Psicológico se constitui na análise minuciosa da questão explanada e argumentada com base nos fundamentos éticos, técnicos e/ou conceituais da Psicologia, bem como nas normativas vigentes que regulam e orientam o exercício profissional.

Conclusão

§5º - Neste item, a(o) psicóloga(o) apresenta seu posicionamento sobre a questão-problema ou documentos psicológicos questionados.

I - O documento deve ser encerrado com indicação do local, data de emissão, carimbo, em que conste nome completo ou nome social completo da(o) psicóloga(o), acrescido de sua inscrição profissional, com todas as laudas numeradas, rubricadas da primeira até a penúltima lauda, e a assinatura da(o) psicóloga(o) na última página.

II- É facultado à(ao) psicóloga(o) destacar, ao final do parecer, que este **não poderá ser utilizado para fins diferentes do apontado no item de identificação, que possui caráter sigiloso**, que se trata de documento extrajudicial e que não se responsabiliza pelo uso dado ao parecer por parte da pessoa, grupo ou instituição, após a sua entrega ao beneficiário, responsável legal e/ou solicitante do serviço prestado.

Referências

§6º- Na elaboração de pareceres psicológicos, é obrigatória a informação das fontes científicas ou referências bibliográficas utilizadas, em nota de rodapé, preferencialmente.

SEÇÃO IV GUARDA DOS DOCUMENTOS E CONDIÇÕES DE GUARDA

Art. 15 - Os documentos escritos decorrentes da prestação de serviços psicológicos, bem como todo o material que os fundamentaram, sejam eles em forma física ou digital, deverão ser guardados pelo **prazo mínimo de 5 (cinco) anos**, conforme Resolução CFP nº 01/2009 ou outras que venham a alterá-la ou substituí-la.

§ 1º - A responsabilidade pela guarda do material cabe à(ao) psicóloga(o), em conjunto com a instituição em que ocorreu a prestação dos serviços profissionais.

§ 2º - Esse prazo poderá ser ampliado nos casos previstos em lei, por determinação judicial, ou em casos específicos em que as circunstâncias determinem que seja necessária a manutenção da guarda por maior tempo.

§ 3º - No caso de interrupção do trabalho da(do) psicóloga(o), por quaisquer motivos, o destino dos documentos deverá seguir o recomendado no Art. 15 do Código de Ética Profissional do Psicólogo.

SEÇÃO V DESTINO E ENVIO DE DOCUMENTOS

Art. 16 - Os documentos produzidos pela(o) psicóloga(o) devem ser entregues diretamente ao beneficiário da prestação do serviço psicológico, ao seu responsável legal e/ou ao solicitante, em entrevista devolutiva.

§ 1º - É obrigatório que a(o) psicóloga(o) mantenha protocolo de entrega de documentos, com assinatura do solicitante, comprovando que este efetivamente o recebeu e que se responsabiliza pelo uso e sigilo das informações contidas no documento.

§ 2º - Os documentos produzidos poderão ser arquivados em versão impressa, para apresentação no caso de fiscalização do Conselho Regional de Psicologia ou instâncias judiciais, em conformidade com os parâmetros estabelecidos na Resolução CFP nº 01/2009 ou outras que venham a alterá-la ou substituí-la.

SEÇÃO VI PRAZO DE VALIDADE DO CONTEÚDO DOS DOCUMENTOS

Art. 17 - O prazo de validade do conteúdo do documento escrito, decorrente da prestação de serviços psicológicos, deverá ser indicado no último parágrafo do documento.

§ 1º - A validade indicada deverá considerar a normatização vigente na área em que atua a(o) psicóloga(o), bem como a natureza dinâmica do trabalho realizado e a necessidade de atualização contínua das informações.

§2º - Não havendo definição normativa, o prazo de validade deve ser indicado pela(o) psicóloga(o), levando em consideração os objetivos da prestação do serviço, os procedimentos utilizados, os aspectos subjetivos e dinâmicos analisados e as conclusões obtidas.

SEÇÃO VII ENTREVISTA DEVOLUTIVA

Art. 18 - Para entrega do relatório e laudo psicológico, é dever da(o) psicóloga(o) realizar ao menos uma entrevista devolutiva à pessoa, grupo, instituição atendida ou responsáveis legais.

§ 1º - Na impossibilidade desta se realizar, a(o) psicóloga(o) deve explicitar suas razões.

§ 2º - Nos demais documentos produzidos com base nesta resolução, é recomendado à(ao) psicóloga(o), sempre que solicitado, realizar a entrevista devolutiva.

Art. 19 - Esta resolução entrará em vigor em 90 dias a partir da data de sua publicação.

Art. 20 - Revogam-se a Resolução CFP nº 15/1996, a Resolução CFP nº 07/2003 e a Resolução CFP nº 04/2019, sem prejuízo das demais disposições em contrário.

8 – RESOLUÇÃO DE QUESTÕES



1. (ALBA – FGV- 2014) A respeito do método Zulliger, teste bastante utilizado em processos seletivos, assinale a alternativa correta.

(A) Nesse método, as determinantes de resposta são forma, movimento e cor.

(B) Nesse método, a aplicação individual inclui as instruções, a aplicação propriamente dita e o inquérito.

(C) Nesse método, pessoas com menos de quatro respostas com conteúdos diversificados tendem a ser estereotipadas e inflexíveis.

(D) Nesse método, as respostas de movimento humano estão associadas à criatividade.

(E) Nesse método, as respostas de cor pura (C) indicam incapacidade de controle emocional.

COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** As determinantes de resposta são forma, movimento, cor cromática, cor acromática, sombreado, forma dimensão, respostas de pares e reflexos.

(B) **INCORRETA.** A aplicação envolve a associação e o inquérito.

(C) **INCORRETA.** O Teste Zulliger considera tanto os aspectos teóricos de psicometria quanto os de projeção. O fator baixo número de respostas, para análise interpretativa, não é suficiente para determinar inflexibilidade e estereotipia, sendo necessário associar os conteúdos apresentados ao número de respostas e não apenas o número de respostas.

(D) **CORRETA.** As respostas de movimento são respostas associadas à forma como a pessoa dirige sua atenção no mundo, relacionadas à afetividade/criatividade, raciocínio abstrato.

(E) **INCORRETA.** As respostas de cor pura (C) indicam um menor esforço cognitivo do sujeito em ajustar a descarga das emoções, mas não exatamente significando uma incapacidade de controle emocional. Devem ser analisadas relacionadas a outros indicadores do teste.

2. (ALBA – FGV- 2014) A respeito do teste das Matrizes Progressivas de Raven, aplicado em diferentes situações, inclusive as de processos seletivos, analise as assertivas a seguir:

I. O teste de Raven busca avaliar o fator g.

II. O teste de Raven é um teste verbal.

III. O teste de Raven tem base no referencial teórico de Spearman.

Assinale:

(A) Se somente a assertiva I estiver correta.

(B) Se somente a assertiva II estiver correta.

(C) Se somente a assertiva III estiver correta.

(D) Se somente as assertivas I e III estiverem corretas.

(E) Se todas as assertivas estiverem corretas.

COMENTÁRIOS:

Assertiva I – **CORRETA.** O teste está relacionado à capacidade intelectual geral – fator "g".

Assertiva II – **INCORRETA.** O teste de Raven coloca tarefas que envolvem a resolução de problemas e estratégias de raciocínio.

Assertiva III – **CORRETA.** O teste utiliza-se do referencial de Spearman relacionado ao fator "g".

RESPOSTA: D

3.(ALBA – FGV- 2014) O Inventário Fatorial de Personalidade (IFPII) é um instrumento que pode auxiliar nos processos de recrutamento e seleção, a partir dos motivos ou necessidades que determinam o comportamento dos indivíduos. A esse respeito, assinale a alternativa correta.

(A) O IFPII é constituído por 10 itens.

(B) Os fatores afago e heterossexualidade foram retirados da relação de itens compreendidos no Inventário Fatorial de Personalidade (IFPII).

(C) O fator intracepção diz respeito à tendência a atuarem função de sentimentos ou inclinações difusas.

(D) O Inventário Fatorial de Personalidade (IFPII) não tem uma padronização para o Brasil.

(E) Os blocos de apuração de respostas não são diferenciados segundo o sexo do sujeito.

COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** O inventário é constituído por 155 itens.

(B) **INCORRETA.** Os fatores afago e heterossexualidade estão presentes nas dimensões avaliadas pelo teste.

(C) **CORRETA.** Essa é a conceituação para o fator intracepção trazida pelo teste.

(D) **INCORRETA.** Foi feita uma padronização do teste no Brasil. O SATPSI – Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos - deu parecer favorável ao teste.

(E) **INCORRETA.** Existem dois blocos de apuração: um feminino e um masculino.

4.(ALBA – FGV – 2014) A Escala de Ansiedade de Beck é um instrumento aplicado tanto na clínica quanto em pesquisas. A respeito da escala de Beck, assinale a alternativa correta.

(A) Não deve ser aplicada coletivamente.

(B) Os resultados dessa escala são transformados em três scores – a ansiedade leve, a ansiedade moderada e a ansiedade severa.

(C) Essa escala é contraindicada na hipótese diagnóstica de TOC.

(D) Essa escala é um instrumento de auto-aplicação.

(E) O formulário dessa escala é um questionário de múltipla escolha com 25 itens.

COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** A aplicação pode ser individual ou coletiva.

(B) **INCORRETA.** Os escores relativos à Escala de Ansiedade são: mínimo leve, moderado e grave.

(C) **INCORRETA.** Não há contraindicação em sujeitos com TOC.

(D) **CORRETA.** É uma escala auto-aplicativa.

(E) **INCORRETA.** Trata-se de uma escala de 4 pontos, com 21 itens.

5.(ALBA – FGV - 2014) A respeito da Escala Wesler de Inteligência para Adultos (WAIS), um dos testes mais utilizados para medir fatores de inteligência, assinale a alternativa correta.

(A) O WAIS não está padronizado para o Brasil.

(B) O WAIS é composto de um QI verbal e de um QI de execução.

(C) O QI verbal é composto pelos itens informação, compreensão, aritmética e semelhanças.

(D) O QI de execução é composto pelos itens completar figuras, cubos e armar objetos.

(E) A análise do WAIS inclui a análise das discrepâncias entre os resultados globais e os resultados dos subtestes.

COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** O teste está padronizado no Brasil, tendo obtido em 2004 parecer favorável do SATPSI.

(B) **INCORRETA.** O WAIS é composto de subtestes verbais e de execução, mas avalia-se um QI Total, um QI Verbal e um QI de Execução.

(C) **INCORRETA.** O QI Verbal contém, ainda, os seguintes subtestes: vocabulário, dígitos, sequência de números e letras.

(D) **INCORRETA.** O QI de Execução contém também os subtestes: códigos, raciocínio matricial e procurar símbolos.

(E) **CORRETA.** Para a análise de padrões de desempenho são analisados o QI Total, QI Verbal e QI de Execução, que incluem a discrepância entre escores envolvendo resultados globais e de subtestes.

6.(TRT 15º REGIÃO – FCC – 2013) O psicólogo, para avaliar um indivíduo, optou pela técnica projetiva de desenho da Casa-Árvore-Pessoa (House-Tree-Person, H-T-P). Realizou as 4 fases da aplicação do teste. Na 2º fase, na qual há um inquérito posterior ao desenho bem estruturado (em que o psicólogo faz uma série de perguntas relativas às associações do indivíduo), e na 4ª fase, em que o examinador faz perguntas adicionais sobre os desenhos coloridos, o indivíduo recusou-se a fazer comentários. Esta recusa do indivíduo de fazer qualquer comentário é considerada, no manual do teste:

(A) Limitação intelectual.

(B) Fruto de timidez.

(C) Resistência.

(D) Patológica.

(E) Rebeldia.

COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** A atitude de recusa deve ser lida como patológica, de acordo com o manual.

(B) **INCORRETA.** A atitude de recusa deve ser lida como patológica, de acordo com o manual.

(C) **INCORRETA.** A atitude de recusa deve ser lida como patológica, de acordo com o manual.

(D) **CORRETA.** A atitude de recusa deve ser lida como patológica, de acordo com o manual.

(E) **INCORRETA.** A atitude de recusa deve ser lida como patológica, de acordo com o manual.

7.(ALBA – FGV- 2014) Um psicólogo deu início a um processo seletivo, determinando os conhecimentos, habilidades e aptidões necessárias para o cargo em questão. Posteriormente, selecionou entre os currículos apresentados aqueles que atendiam ao perfil desejado, solicitando que os candidatos falassem sobre as diferentes áreas previamente estabelecidas. Com base no caso descrito, assinale a opção que indica o método de entrevista utilizado pelo psicólogo nesse processo seletivo.

(A) Entrevista aberta.

(B) Entrevista por competências.

(C) Entrevista estruturada.

(D) Entrevista comportamental.

(E) Entrevista cognitiva.

COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** A entrevista aberta envolve liberdade de direcionamento dos temas, por parte do entrevistador e do entrevistado.

(B) **CORRETA.** A entrevista por competências é guiada por aspectos relacionados com o perfil para o cargo, a partir da análise dos conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias para a realização do trabalho.

(C) **INCORRETA.** A entrevista estruturada envolve um roteiro com temas específicos pré-estabelecidos, com o objetivo de que haja uma padronização. O exemplo do enunciado não é uma entrevista com um roteiro fixo.

(D) **INCORRETA.** Na entrevista comportamental são escolhidos tópicos/situações que envolvam o(s) tema(s) apresentado(s) e o participante deve dizer como imagina que iria agir na situação. O enunciado não fala que o participante precisou imaginar como se comportaria em determinada situação.

(E) **INCORRETA.** A entrevista cognitiva está relacionada à Psicologia Jurídica, utilizada com o objetivo de obter depoimentos com riqueza de detalhes e informações precisas.

8.(TRT 18º REGIÃO – FCC – 2013) A entrevista de seleção que faz uso de uma lista predeterminada de perguntas, geralmente feitas a todos os candidatos e que possui aplicação útil especialmente para quando há um grande número de candidatos, é chamada de entrevista:

(A) Mista.

(B) Semiestruturada.

(C) Estruturada.

(D) Sob pressão.

(E) Não-estruturada.

COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** Na questão, há um roteiro para condução de entrevista com grande número de pessoas para agilizar o processo, tratando-se de uma entrevista estruturada.

(B) **INCORRETA.** A entrevista semiestruturada prevê um roteiro prévio que poderá ser alterado durante o processo.

(C) **CORRETA.** Uma entrevista estruturada permitirá maior agilidade para o grande número de candidatos devido ao roteiro prévio aplicado da mesma forma para todos.

(D) **INCORRETA.** Não existe essa categoria de entrevistas.

(E) **INCORRETA.** A entrevista não-estruturada não tem um roteiro prévio.

9.(TJ/AM – FGV – 2013) Um psicólogo fez o planejamento de um estudo de campo para iniciar um trabalho com adolescentes, sendo determinada uma mostra de 15 adolescentes do sexo feminino e 15 adolescentes do sexo masculino. Nesse estudo, foram planejadas entrevistas iniciais, em que se

pedia aos adolescentes que falassem livremente sobre sua experiência com os familiares, escola, amigos, sexualidade, uso de drogas, trabalho, perspectivas futuras e outros temas que julgassem importantes. A esse respeito, assinale a alternativa correta.

(A) O estudo realizado baseou-se em entrevistas livres.

(B) O estudo realizado baseou-se em entrevistas semi-estruturadas.

(C) O estudo realizado baseou-se em entrevistas estruturadas.

(D) O estudo seguiu um design experimental.

(E) O estudo não focou questões importantes para os adolescentes.

COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** A entrevista livre geralmente não envolve temas previamente selecionados. Na questão, os jovens tiveram a oportunidade de falar livremente, mas sobre assuntos previamente selecionados.

(B) **CORRETA.** Os adolescentes tiveram liberdade de se expressar, mas a partir de tópicos estabelecidos. Puderam também falar de outros temas, sendo possível alterar o roteiro prévio, configurando uma entrevista semiestruturada.

(C) **INCORRETA.** Entrevistas estruturadas tem um roteiro fixo e padronização de perguntas.

(D) **INCORRETA.** O estudo não envolve controle de variáveis ou confirmação de hipóteses, como é o caso de estudos experimentais.

(E) **INCORRETA.** Os adolescentes falaram sobre tópicos determinados, podendo trazer “outros temas que julgassem relevantes.”

10.(ALBA – FGV – 2014) Sobre as normas para a elaboração de documentos escritos, segundo o Conselho Federal de Psicologia, assinale a alternativa correta.

(A) Os documentos escritos compreendem as declarações, os atestados e os laudos psicológicos.

(B) As declarações devem incluir dados relativos à frequência às sessões, período de atendimento e motivos ou sintomas do comparecimento do solicitante.

(C) O laudo psicológico objetiva responder a uma questão específica.

(D) Os termos técnicos utilizados no laudo psicológico devem incluir explicações retiradas dos fundamentos teórico-filosóficos que os sustentam.

(E) Os documentos escritos, bem como o material que os fundamentaram, devem ser guardados por um período mínimo de 10 anos.

COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** Os documentos são as declarações, os atestados, os relatórios/laudos e o parecer psicológico.

(B) **INCORRETA.** Devem constar nas declarações apenas fatos ou situações objetivas relacionadas ao atendimento psicológico. Sintomas, situações ou estados psicológicos não podem estar presentes em uma declaração.

(C) **INCORRETA.** O objetivo do laudo é trazer dados gerais sobre a avaliação psicológica e não focar em uma questão específica. Devem constar procedimentos e conclusões trazendo aspectos ligados a encaminhamento, intervenções, diagnóstico, prognóstico, evolução do caso e sugestões.

(D) **CORRETA.** Por ser uma peça científica, os fundamentos teóricos e filosóficos que basearam a leitura dos fenômenos precisam ser apresentados.

(E) **INCORRETA.** Devem ser guardados por no mínimo de 5 anos.

11.(ALBA – FGV – 2014) Com o objetivo de auxiliar em uma decisão, foi solicitada a um psicólogo especialista em famílias, a elaboração de um parecer psicológico. A esse respeito, analise as assertivas a seguir.

I. O parecer deve responder a quesitos específicos.

II. O parecer deve começar por uma ampla avaliação sobre o problema que motivou a solicitação.

III. O parecer deve atender às orientações do CFP para a elaboração de laudos psicológicos.

Assinale:

(A) Se somente a assertiva I estiver correta.

(B) Se somente a assertiva II estiver correta.

(C) Se somente a assertiva III estiver correta.

(D) Se somente as assertivas I e III estiverem corretas.

(E) Se todas as assertivas estiverem corretas.

I. **CORRETA.** É um documento que apresenta informações fundamentadas e resumidas acerca de aspectos específicos.

II. **INCORRETA.** O documento que apresenta uma ampla avaliação do problema que motivou a solicitação é o laudo ou relatório.

III. **INCORRETA.** O manual do CFP apresenta informações específicas para a elaboração do parecer, que é diferente de orientações relativas ao laudo/relatório.

RESPOSTA: A

12.(SESACRE – FUNCAB – 2014) A declaração é um dos documentos produzidos por psicólogos. Marque a alternativa que indica o que NÃO pode ser registrado no referido documento.

(A) O acompanhamento psicológico do atendido.

(B) Sintomas, situações ou estados psicológicos.

(C) Informações sobre as condições do atendimento.

(D) Comparecimento do atendido e/ou acompanhante.

(E) Ocorrência de fatos ou situações objetivas relacionadas ao atendimento psicológico.

COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** Podem constar em uma declaração.

(B) **CORRETA.** Sintomas, situações ou estados psicológicos não fazem parte da declaração.

(C) **INCORRETA.** Podem constar em uma declaração.

(D) **INCORRETA.** Podem constar em uma declaração.

(E) **INCORRETA.** A alternativa traz os principais objetivos de uma declaração, de acordo com o Manual de Elaboração de Documentos Decorrentes de Avaliações Psicológicas.

13. (TRT 18º REGIÃO – FCC – 2013) No Manual de Elaboração de Documentos Escritos produzidos pelo psicólogo (Resolução CFP nº 007/2003) consta que, no relatório psicológico, deve ser colocado no identificador autor/relator:

(A) A razão e o autor da solicitação da avaliação.

(B) O nome do autor do pedido de avaliação.

(C) O motivo do pedido de avaliação.

(D) O nome do psicólogo que realizou a avaliação.

(E) O documento de identificação do avaliado.

COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** A razão da solicitação deve aparecer no corpo do documento.

(B) **INCORRETA.** O identificador autor/relator refere-se ao profissional que vai realizar a avaliação psicológica e não a quem solicitou o atendimento.

(C) **INCORRETA.** O motivo do pedido da avaliação deverá aparecer no corpo do relatório.

(D) **CORRETA.** O identificador autor/relator refere-se ao profissional que vai realizar a avaliação.

(E) **INCORRETA.** O identificador autor/relator não se refere ao paciente, mas sim ao profissional responsável pelo atendimento.

14. (TRT 15º REGIÃO – FCC – 2013) Segundo a Resolução CFP nº 007/2003 que instituiu o Manual de Elaboração de Documentos Escritos produzidos pelo psicólogo, decorrentes de avaliação psicológica, o laudo psicológico pode ser também denominado por:

(A) Relatório psicológico e corresponde a uma peça de natureza e valor científicos.

(B) Parecer psicológico e corresponde a um documento legal de valor jurídico.

(C) Necropsia psicológica e corresponde a um documento diagnóstico e de pesquisa.

(D) Inspeção psicológica e corresponde a uma peça de valor técnico.

(E) Inventário psicológico e corresponde a um instrumento de avaliação conclusivo.

COMENTÁRIOS:

(A) **CORRETA.** Laudo e relatório se referem a um mesmo documento, que possui natureza científica.

(B) **INCORRETA.** O parecer psicológico é diferente de laudo.

(C) **INCORRETA.** A necropsia psicológica refere-se a um processo e não a um documento escrito.

(D) **INCORRETA.** A inspeção psicológica refere-se a um processo, enquanto o laudo psicológico refere-se a um documento com valor científico.

(E) **INCORRETA.** Inventários referem-se a testes psicológicos.

15. (SEPLAG – CESGRANRIO – 2011) É atribuição de um psicólogo produzir documentos, tais como um prontuário. Este é um documento:

(A) Que visa a informar a ocorrência de fatos ou situações objetivas relacionadas ao atendimento psicológico com objetivo de declarar comparecimentos ao atendimento, tipo de acompanhamento realizado e informações sobre o atendimento, excluindo registro de sintomas ou estados psicológicos.

(B) Que visa a fazer uma apresentação descritiva acerca de situações e/ou condições psicológicas e suas determinações históricas, sociais, políticas e culturais, pesquisadas no processo de avaliação psicológica subsidiado em dados colhidos e analisados, à luz de um instrumental técnico (entrevistas, dinâmicas, testes psicológicos, observação, exame psíquico, intervenção verbal).

(C) Que pretende apresentar a conclusão acerca de um problema específico colocado pela clínica, com o compromisso de ser conclusivo ou de fornecer uma indicação objetiva acerca de tratamento, diagnóstico ou prognóstico.

(D) Único, constituído de um conjunto de informações e sinais registrados, gerados com base em fatos, acontecimentos e situações sobre a saúde do paciente e a assistência a ele prestada, de caráter legal, sigiloso e científico, que possibilita a comunicação entre membros da equipe multiprofissional e a continuidade da assistência prestada ao indivíduo.

(E) Expedido pelo psicólogo que certifica uma determinada situação ou estado psicológico, tendo como finalidade afirmar sobre as condições psicológicas de quem, por requerimento, o solicita.

COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** Essa descrição refere-se a uma declaração.

(B) **INCORRETA.** Essa descrição refere-se a um laudo/relatório.

(C) **INCORRETA.** Essa descrição refere-se a um parecer.

(D) **CORRETA.** Essa é uma definição geral de um prontuário.

(E) **INCORRETA.** Essa descrição refere-se a um atestado.

16. (MPE/AM – FCC – 2013) Consta no Manual de Elaboração de Documentos Escritos produzidos pelo psicólogo (Resolução CFP nº 007/2003) que a declaração e o atestado devem expor registro do nome completo do psicólogo, sua inscrição no CRP e/ou carimbo com as mesmas informações, sendo que a assinatura do psicólogo deve ficar:

(A) Abaixo do carimbo.

(B) Em qualquer posição desde que próxima ao carimbo.

(C) À direita do carimbo.

(D) À esquerda do carimbo.

(E) Acima de sua identificação ou do carimbo.

COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** A assinatura deve ficar acima do carimbo.

(B) **INCORRETA.** A assinatura deve ficar acima do carimbo.

(C) **INCORRETA.** A assinatura deve ficar acima do carimbo.

(D) **INCORRETA.** A assinatura deve ficar acima do carimbo.

(E) **CORRETA.** Essa é a orientação correta segundo o manual.

17. (PREFEITURA DE CUIABÁ/MT – FUNCAB – 2013) O "Manual de Elaboração de Documentos Decorrentes de Avaliações Psicológicas", proveniente do CFP, descreve que:

(A) O emprego de expressões ou termos deve ser compatível com as expressões próprias da linguagem leiga, garantindo a precisão da comunicação.

(B) O processo de avaliação psicológica deve considerar que os objetos deste procedimento (as questões de ordem psicológicas) têm determinações estruturais, históricas e sociais.

(C) Os psicólogos devem se basear exclusivamente nos instrumentais técnicos (entrevistas, testes, observações, dinâmicos de grupo, escuta e intervenções verbais.

(D) Em um documento escrito categorizado como "declaração", no referente a seu conceito e finalidade, não deve ser feito o registro de sintomas, situações ou estados psicológicos.

(E) O laudo é um documento que certifica determinada situação/estado psicológico, tendo como finalidade justificar faltas e/ou impedimentos do solicitante.

COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** A linguagem deve ser profissional e a comunicação precisa.

(B) **INCORRETA.** O processo deve considerar os determinantes estruturais, históricos e sociais do sujeito avaliado.

(C) **INCORRETA.** Devem se basear, além disso, na complexidade da demanda apresentada, e também levar em conta que os fenômenos psicológicos têm determinações históricas, sociais do sujeito avaliado.

(D) **CORRETA.** Caracterização correta da declaração.

(E) **INCORRETA.** O Documento com esse objetivo é o atestado.

18. (TJ/PE – FCC – 2012) A Resolução do Conselho Federal de Psicologia de número 007/2003 instituiu o Manual de Documentos Escritos produzidos por psicólogos. O relatório psicológico é:

(A) Um documento produzido pelo psicólogo no enquadre pericial judiciário e que deve obedecer aos parâmetros científicos na elucidação dos termos técnicos.

(B) Uma peça de natureza e valor científicos, devendo conter a narrativa detalhada e didática, com clareza, precisão e harmonia, tornando-se acessível e compreensível ao destinatário.

(C) Um documento expedido pelo psicólogo que certifica uma determinada situação ou estado psicológico, tendo como finalidade afirmar sobre as condições psicopatológicas de quem, por requerimento, o solicita.

(D) Similar ao atestado emitido por psicólogo, já que deve estar acompanhado das explicações e/ou conceituação retirados dos fundamentos teórico-filosóficos que o sustentam.

(E) Um documento fundamentado e resumido sobre uma questão focal do campo psicológico, cujo resultado pode ser indicativo ou conclusivo.

COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** O relatório psicológico não tem como objetivo elucidar termos técnicos, mas sim apresentar o processo de uma avaliação psicológica de maneira contextualizada.

(B) **CORRETA.** O relatório ou laudo psicológico traz a apresentação contextualizada de um processo de avaliação psicológica, devendo sua escrita trazer harmonia, concisão e clareza.

(C) **INCORRETA.** Essa descrição se refere a um atestado.

(D) **INCORRETA.** O relatório não é parecido com o atestado. No atestado, não devem constar explicações sobre os fenômenos psicológicos, e nem trazer os fundamentos teórico-filosóficos que serviram de embasamento.

(E) **INCORRETA.** Essa descrição refere-se a um parecer.

19. (TJ/RJ – FCC – 2012) A Resolução CFP nº 007/2003 que institui o Manual de Elaboração de Documentos Escritos produzidos pelo psicólogo estabeleceu que, quanto à guarda dos documentos e condições de guarda, os documentos escritos decorrentes de avaliação psicológica, bem como todo o material que os fundamentou, deverão ser guardados, observando-se a responsabilidade por eles tanto do psicólogo quanto da instituição em que ocorreu a avaliação psicológica, pelo prazo mínimo de:

(A) 2 anos, salvo os casos em que os pais confirmem o interesse em realizar novas avaliações e obter relatórios psicológicos futuros, para verificarem a progressão das questões apontadas.

(B) 3 anos, salvo os casos em que os responsáveis pelo menos dispensem a guarda do laudo psicológico, situação em que o psicólogo pode se desfazer dos documentos, sem preocupação.

(C) 5 anos, salvo os casos em que o prazo poderá ser ampliado nos casos previstos por lei, por determinação judicial ou em casos específicos em que seja necessária a manutenção da guarda por maior tempo.

(D) 4 anos, salvo os casos que tratam de avaliação psicológica para determinação de guarda de filhos, destituição de pátrio poder ou interdição.

(E) 10 anos, salvo os casos em que o laudo psicológico tenha sido entregue concomitantemente aos responsáveis pelo menor e ao Poder Judiciário, que manterá o documento arquivado nos autos, no Tribunal de Justiça.

COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** O prazo mínimo é de 5 anos e é obrigação do psicólogo a guarda do material.

(B) **INCORRETA.** O prazo mínimo é de 5 anos e é obrigação do psicólogo a guarda do material.

(C) **CORRETA.** É a orientação do CFP.

(D) **INCORRETA.** O prazo mínimo é de 5 anos e é obrigação do psicólogo a guarda do material.

(E) **INCORRETA.** O prazo mínimo é de 5 anos e é obrigação do psicólogo a guarda do material.

20. (SESA/ES – CESPE – 2013) No que concerne a fenômenos psicológicos, o processo técnico científico que se utiliza de métodos, técnicas e instrumentos para coleta, estudo e interpretação de dados e informações é denominado:

(A) Testagem psicológica.

(B) Processo psicoterápico.

(C) Avaliação psicológica.

(D) Investigação psíquica.

(E) Parecer psicológico.

COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** A testagem psicológica refere-se a aplicação e análise de testes. É uma etapa da avaliação psicológica.

(B) **INCORRETA.** O processo psicoterápico é um tratamento que poderá ou não utilizar instrumentos científicos para a coleta de dados.

(C) **CORRETA.** A descrição está conforme a Cartilha elaborada pelo Conselho Federal de Psicologia.

(D) **INCORRETA.** A investigação psíquica está ligada a Psicologia Jurídica.

(E) **INCORRETA.** O parecer psicológico é um documento escrito pelo psicólogo no qual esclarece um problema apresentado, a partir de sua competência técnica.

21. (TJ/PR – UFPR – 2017) A Resolução CFP nº 007/2003, a qual institui o Manual de Elaboração de Documentos Escritos produzidos pelo psicólogo, decorrentes de avaliação psicológica, estabelece alguns parâmetros para a construção de quatro modalidades de documentos. A esse respeito, avalie as proposições a seguir, considerando o texto da referida resolução.

I. Documento que certifica uma determinada situação ou estado psicológico, tendo como finalidade afirmar sobre as condições psicológicas de quem, por requerimento, o solicita.

II. Deve ser subsidiado em dados colhidos e analisados, à luz de instrumental técnico, consubstanciado em referencial técnico-filosófico e científico adotado pelo psicólogo.

III.O item Descrição da Demanda é destinado à narração das informações referentes à problemática apresentada e dos motivos, razões e expectativas que produziram o pedido do documento.

IV. Apresentar resposta esclarecedora, no campo do conhecimento psicológico, por meio de uma avaliação especializada, de uma “questão-problema", visando a dirimir dúvidas que estão interferindo na decisão.

V. Deve conter narrativa detalhada e didática, com clareza, precisão e harmonia, tornando-se acessível e compreensível ao destinatário.

É **CORRETO** o que se afirma sobre o Relatório/Laudo Psicológico em

(A) II, III e V.

(B) I, III e IV.

(C) I, IV e V.

(D) I, II e III.

(E) III, IV e V.

COMENTÁRIOS:

I – **INCORRETA:** Trata-se da definição do atestado psicológico.

II – **CORRETA.** Os dados levantados no processo devem ser analisados a partir de instrumental técnico adequado.

III – **CORRETA.** De acordo com o Manual.

IV – **INCORRETA.** Trata-se da definição de parecer psicológico.

V – **CORRETA.** São aspectos que devem ser observados na confecção do relatório/laudo.

RESPOSTA: A

22. (TJ/PR – UFPR – 2017) Sobre os conhecimentos de avaliação psicológica, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) Os resultados das avaliações psicológicas têm grande impacto para as pessoas, os grupos e a sociedade. Essa afirmativa está relacionada à dimensão técnica da avaliação psicológica.

(B) A elaboração de um contrato de prestação de serviços é dispensável, principalmente ao considerar que essa ação pode interferir no estabelecimento do vínculo profissional.

(C) São considerados passos essenciais para a realização de uma avaliação psicológica: levantamento dos objetivos; coleta de informações; integração das informações e desenvolvimento das hipóteses iniciais; indicação das respostas à situação que motivou o processo de avaliação e comunicação cuidadosa dos resultados.

(D) A elaboração e a entrega de um documento com os resultados do processo de avaliação psicológica é facultativa.

(E) O acompanhamento acerca dos instrumentos considerados favoráveis para uso pelo CFP não é de responsabilidade do psicólogo, visto que a lista de instrumentos pode ser atualizada constantemente, sendo portanto inviável esse acompanhamento.

COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** O impacto da avaliação psicológica não está ligado a sua dimensão técnica, mas sim a capacidade do psicólogo em apresentar os resultados de forma contextualizada, para que os receptores consigam compreender os dados dentro de um contexto.

(B) **INCORRETA.** A elaboração de um contrato de prestação de serviços é imprescindível.

(C) **CORRETA.** São etapas da avaliação psicológica.

(D) **INCORRETA.** A elaboração e a entrega dos resultados é obrigatória.

(E) **INCORRETA.** É de responsabilidade do psicólogo o acompanhamento dos instrumentos aprovados pelo CFP e que estejam liberados para uso.

23. (TRT 15º REGIÃO – FCC – 2013) O psicólogo, para a avaliação psicológica de um indivíduo adulto, antes de realizar seu plano psicodiagnóstico, consultou a listagem dos testes divulgada pelo Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos − SATEPSI (CFP −Conselho Federal de Psicologia), que

(A) informa resultados de avaliação da fidedignidade dos testes no mercado.

(B) indica os testes mais utilizados pelos psicólogos, de acordo com o tipo de teste.

(C) sugere baterias para aplicação, considerando-se a idade do indivíduo.

(D) aponta condições de validade e precisão dos instrumentos disponíveis.

(E) relaciona os testes psicológicos liberados para atual uso do psicólogo.

COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** No SATEPSI, pode-se obter informações sobre os Testes Psicológicos com parecer favorável e desfavorável verificando a possibilidade de uso do teste na avaliação psicológica, bem como da identificação de Instrumentos privativos e não-privativos do psicólogo.

(B) **INCORRETA.** No SATEPSI, pode-se obter informações sobre os Testes Psicológicos com parecer favorável e desfavorável verificando a possibilidade de uso do teste na avaliação psicológica, bem como da identificação de Instrumentos privativos e não-privativos do psicólogo.

(C) **INCORRETA.** No SATEPSI, pode-se obter informações sobre os Testes Psicológicos com parecer favorável e desfavorável verificando a possibilidade de uso do teste na avaliação psicológica, bem como da identificação de Instrumentos privativos e não-privativos do psicólogo.

(D) **INCORRETA.** No SATEPSI, pode-se obter informações sobre os Testes Psicológicos com parecer favorável e desfavorável verificando a possibilidade de uso do teste na avaliação psicológica, bem como da identificação de Instrumentos privativos e não-privativos do psicólogo.

(E) **CORRETA.** No SATEPSI, pode-se obter informações sobre os Testes Psicológicos com parecer favorável e desfavorável verificando a possibilidade de uso do teste na avaliação psicológica, bem como da identificação de Instrumentos privativos e não-privativos do psicólogo.

24. (TRT 15º REGIÃO – FCC – 2013) Ocampo e Arzeno (11a ed. 2009), estudiosas do psicodiagnóstico, acreditam que ao longo de toda a entrevista inicial é importante captar que tipo de vínculo o paciente procura estabelecer com o psicólogo (se procura seduzi-lo, confundi-lo, evitá-lo, manter-se à distância, depender excessivamente dele, por exemplo) e também certos sentimentos e fantasias de importância vital para a compreensão do caso que surgem no psicólogo e que permitem determinar o tipo de vínculo objetal que opera como modelo interno inconsciente no paciente. Este processo refere-se aos aspectos

(A) de elaboração e reelaboração.

(B) de rapport e de ritmo.

(C) verbais e fantasistas.

(D) transferenciais e contratransferenciais.

(E) de significação e resignificação.

COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** O tipo vínculo que o paciente estabelece e os sentimentos que este desperta no psicólogo estão relacionados com os aspetos da transferência e da contratransferência.

(B) **INCORRETA.** O tipo vínculo que o paciente estabelece e os sentimentos que este desperta no psicólogo estão relacionados com os aspetos da transferência e da contratransferência.

(C) **INCORRETA.** O tipo vínculo que o paciente estabelece e os sentimentos que este desperta no psicólogo estão relacionados com os aspetos da transferência e da contratransferência.

(D) **CORRETA.** O tipo vínculo que o paciente estabelece e os sentimentos que este desperta no psicólogo estão relacionados com os aspetos da transferência e da contratransferência.

(E) **INCORRETA.** O tipo vínculo que o paciente estabelece e os sentimentos que este desperta no psicólogo estão relacionados com os aspetos da transferência e da contratransferência.

25. (TRT 18º REGIÃO – FCC – 2013) Ao realizar um psicodiagnóstico, o psicólogo incluiu em seu planejamento a aplicação do Inventário de Depressão Beck (BDI), uma vez que o indivíduo avaliado referia sintomas depressivos. Antes da aplicação do Inventário, o psicólogo consultou o Manual da versão em português das Escalas Beck e confirmou que o BDI se tratava de uma escala de autorrelato de

(A) 21 itens, cada um com 4 alternativas, subentendendo graus crescentes de gravidade da depressão, com escores de 0 a 3.

(B) 11 itens, cada um com 3 alternativas, subentendendo graus crescentes de gravidade da depressão, com escores de 0 a 10.

(C) 15 itens, cada um com 2 alternativas, subentendendo graus crescentes de gravidade da depressão, com escores de 0 a 8.

(D) 8 itens, cada um com 5 alternativas, subentendendo graus crescentes de gravidade da depressão, com escores de 0 a 15.

(E) 10 itens, cada um com 6 alternativas, subentendendo graus crescentes de gravidade da depressão, com escores de 0 a 6.

COMENTÁRIOS:

(A) **CORRETA.** De acordo com a descrição do instrumento.

(B) **INCORRETA.** Não está de acordo com a descrição do instrumento.

(C) **INCORRETA.** Não está de acordo com a descrição do instrumento.

(D) **INCORRETA.** Não está de acordo com a descrição do instrumento.

(E) **INCORRETA.** Não está de acordo com a descrição do instrumento.

26. (TRT 18º REGIÃO – FCC – 2013) Para que se possa confiar em um teste, ele deve ser válido. Validade significa os escores do teste se relacionam significativamente com

(A) outros testes de personalidade já consagrados.

(B) o desempenho do cargo ou algum outro critério relevante.

(C) outros testes de conhecimentos aplicados por outras organizações.

(D) testes aprovados pelo Conselho Internacional de Psicologia.

(E) índices de correlações positivos se comparados a outros testes de personalidade.

COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** A **validade** significa se o teste mede o que ele supostamente deve medir, sua capacidade de avaliar o que se pretende.

(B) **CORRETA.** A **validade** significa se o teste mede o que ele supostamente deve medir, sua capacidade de avaliar o que se pretende. Ou seja, deve ter a ver com o critério que se pretende avaliar com a sua aplicação.

(C) **INCORRETA.** A **validade** significa se o teste mede o que ele supostamente deve medir, sua capacidade de avaliar o que se pretende.

(D) **INCORRETA.** A **validade** significa se o teste mede o que ele supostamente deve medir, sua capacidade de avaliar o que se pretende.

(E) **INCORRETA.** A **validade** significa se o teste mede o que ele supostamente deve medir, sua capacidade de avaliar o que se pretende.

27. (TRT 1º REGIÃO – FCC – 2011) É exemplo de teste de personalidade projetivo:

(A) G36.

(B) G38.

(C) PMK.

(D) DISC.

(E) QUANTUM.

COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** É um teste psicométrico.

(B) **INCORRETA.** É um teste não verbal de inteligência.

(C) **CORRETA.** É um teste projetivo.

(D) **INCORRETA.** É um teste psicométrico.

(E) **INCORRETA.** Não é um teste projetivo.

28. (TRT 1º REGIÃO – FCC – 2011) Em um psicodiagnóstico, o psicólogo optou por utilizar o teste H-T-P (Casa − Árvore − Pessoa) de John N. Buck. Ele consultou o Manual e Guia de Interpretação desta técnica projetiva de desenho para verificar o tempo sugerido para a aplicação do teste e encontrou que a aplicação do H-T-P requer de

(A) 30 a 90 minutos, dependendo do número de desenhos solicitados pelo examinador e que, no mínimo, podem ser pedidos 3 desenhos e conduzido um inquérito sobre cada desenho.

(B) 20 a 40 minutos, dependendo do ritmo do avaliado e que é preciso aplicar todos os desenhos previstos na série, para não descaracterizar o instrumento de avaliação.

(C) 60 a 120 minutos, incluindo todos os desenhos e que, no mínimo, deve-se realizar o inquérito em 4 dos desenhos da série cromática e acromática.

(D) 25 a 50 minutos, dependendo da idade do avaliado e da escolha do examinador pela fase cromática, acromática ou ambas.

(E) 40 a 80 minutos, dependendo do tamanho do inquérito realizado para todos os desenhos e da idade do avaliado.

COMENTÁRIOS:

(A) **CORRETA.** A aplicação do teste é individual, sendo que o tempo de aplicação leva em média de 30 a 90 minutos e é feito um inquérito relativo às associações do sujeito sobre os aspectos de cada desenho.

(B) **INCORRETA.** A aplicação do teste é individual, sendo que o tempo de aplicação leva em média de 30 a 90 minutos e é feito um inquérito relativo às associações do sujeito sobre os aspectos de cada desenho.

(C) **INCORRETA.** A aplicação do teste é individual, sendo que o tempo de aplicação leva em média de 30 a 90 minutos e é feito um inquérito relativo às associações do sujeito sobre os aspectos de cada desenho.

(D) **INCORRETA.** A aplicação do teste é individual, sendo que o tempo de aplicação leva em média de 30 a 90 minutos e é feito um inquérito relativo às associações do sujeito sobre os aspectos de cada desenho.

(E) **INCORRETA.** A aplicação do teste é individual, sendo que o tempo de aplicação leva em média de 30 a 90 minutos e é feito um inquérito relativo às associações do sujeito sobre os aspectos de cada desenho.

29. (TRT 1º REGIÃO – FCC – 2011) A Resolução CFP No 002/2003 define e regulamenta o uso e a comercialização dos testes psicológicos. Um psicólogo, ao escolher um teste para utilizar em um psicodiagnóstico, entra em contato com um teste estrangeiro que muito apreciou. O psicólogo precisa considerar o que determina o Art. 7 desta Resolução, no qual se encontra que os testes estrangeiros

(A) psicopedagógicos precisam ser adequados à amostra brasileira, somente se de origem não europeia.

(B) projetivos podem ser utilizados, sem a necessidade de adequação a amostras brasileiras, já que investigam fatores universais.

(C) gráficos somente, necessitam de avaliação das evidências de validade, precisão e dados normativos com o ambiente cultural.

(D) de inteligência não necessitam ser encaminhados ao CFP para avaliação e liberação de uso, já que medem nível abstrato.

(E) de qualquer natureza também estão sujeitos aos requisitos estabelecidos nesta Resolução.

COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** De acordo com a resolução, também estão sujeitos aos requisitos estabelecidos na presente Resolução os testes estrangeiros de qualquer natureza, traduzidos para o português, que devem ser adequados a partir de estudos realizados com amostras brasileiras, considerando a relação de contingência entre as evidências de validade, precisão e dados normativos com o ambiente cultural onde foram realizados os estudos para sua elaboração.

(B) **INCORRETA.** De acordo com a resolução, também estão sujeitos aos requisitos estabelecidos na presente Resolução os testes estrangeiros de qualquer natureza, traduzidos para o português, que devem ser adequados a partir de estudos realizados com amostras brasileiras, considerando a relação de contingência entre as evidências de validade, precisão e dados normativos com o ambiente cultural onde foram realizados os estudos para sua elaboração.

(C) **INCORRETA.** De acordo com a resolução, também estão sujeitos aos requisitos estabelecidos na presente Resolução os testes estrangeiros de qualquer natureza, traduzidos para o português, que devem ser adequados a partir de estudos realizados com amostras brasileiras, considerando a relação de contingência entre as evidências de validade, precisão e dados normativos com o ambiente cultural onde foram realizados os estudos para sua elaboração.

(D) **INCORRETA.** De acordo com a resolução, também estão sujeitos aos requisitos estabelecidos na presente Resolução os testes estrangeiros de qualquer natureza, traduzidos para o português, que devem ser adequados a partir de estudos realizados com amostras brasileiras, considerando a relação de contingência entre as evidências de validade, precisão e dados normativos com o ambiente cultural onde foram realizados os estudos para sua elaboração.

(E) **CORRETA.** De acordo com a resolução, também estão sujeitos aos requisitos estabelecidos na presente Resolução os testes estrangeiros de qualquer natureza, traduzidos para o português, que

devem ser adequados a partir de estudos realizados com amostras brasileiras, considerando a relação de contingência entre as evidências de validade, precisão e dados normativos com o ambiente cultural onde foram realizados os estudos para sua elaboração.

30. (TRT 1º REGIÃO – FCC – 2011) Um psicólogo foi nomeado para realizar um diagnóstico para inspeção de saúde e, considerando a Resolução CFP no 002/2003, com o intuito de escolher recursos para auxiliá-lo nesta tarefa, consulta

(A) o Código Penal e verifica que, no Art. 34 da última edição, os demais profissionais envolvidos no encaminhamento do caso têm direito a ter acesso às conclusões finais obtidas via os instrumentos utilizados.

(B) o Setor de Orientação do Conselho Regional de Psicologia e verifica que, na avaliação realizada em janeiro de 2011, o Teste de Zulliger está entre os que receberam parecer desfavorável.

(C) o Código de Ética do Psicólogo e verifica que, na atualização realizada em junho de 2010, os testes a serem utilizados em uma avaliação só podem ser selecionados com a concordância do examinando.

(D) o Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos – SATEPSI do Conselho Federal de Psicologia – CFP e verifica que, na atualização realizada em novembro de 2010, o Rorschach Sistema Compreensivo está entre os testes que, para sua aplicação, receberam parecer favorável.

(E) o Setor de testes da Faculdade em que estudou, que faz atualizações frequentes no acervo de testes psicológicos à disposição de alunos e ex-alunos.

COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** No site do SATEPSI são apresentadas, em duas abas, os testes psicológicos e instrumentos. Pode-se obter informações sobre os Testes Psicológicos com parecer favorável e desfavorável verificando a possibilidade de uso do teste na avaliação psicológica, bem como da identificação de Instrumentos privativos e não-privativos do psicólogo.

(B) **INCORRETA.** No site do SATEPSI são apresentadas, em duas abas, os testes psicológicos e instrumentos. Pode-se obter informações sobre os Testes Psicológicos com parecer favorável e desfavorável verificando a possibilidade de uso do teste na avaliação psicológica, bem como da identificação de Instrumentos privativos e não-privativos do psicólogo.

(C) **INCORRETA.** No site do SATEPSI são apresentadas, em duas abas, os testes psicológicos e instrumentos. Pode-se obter informações sobre os Testes Psicológicos com parecer favorável e desfavorável verificando a possibilidade de uso do teste na avaliação psicológica, bem como da identificação de Instrumentos privativos e não-privativos do psicólogo.

(D) **CORRETA.** No site do SATEPSI são apresentadas, em duas abas, os testes psicológicos e instrumentos. Pode-se obter informações sobre os Testes Psicológicos com parecer favorável e desfavorável verificando a possibilidade de uso do teste na avaliação psicológica, bem como da identificação de Instrumentos privativos e não-privativos do psicólogo e o Rorschach Sistema Compreensivo está entre os testes que, para sua aplicação, receberam parecer favorável.

(E) **INCORRETA.** No site do SATEPSI são apresentadas, em duas abas, os testes psicológicos e instrumentos. Pode-se obter informações sobre os Testes Psicológicos com parecer favorável e desfavorável verificando a possibilidade de uso do teste na avaliação psicológica, bem como da identificação de Instrumentos privativos e não-privativos do psicólogo.

31. (TRT 1º REGIÃO – FCC – 2011) Foi solicitado a um psicólogo que prescreva um tratamento a um indivíduo. Para avaliá-lo ele resolveu incluir nos seus procedimentos, um teste como técnica para a investigação da dinâmica da personalidade, composto por 31 pranchas que abrangem situações humanas clássicas, em cujas instruções originais, a cada sujeito devem ser aplicados 20 estímulos, perfazendo o total de vinte histórias. O teste escolhido foi o Teste

(A) de Szondi.

(B) de Rorschach.

(C) de Apercepção Temática.

(D) das Frases Incompletas.

(E) de Apercepção Infantil.

COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** O TAT é considerado uma técnica projetiva que consiste em apresentar uma série de pranchas, selecionadas pelo examinador, ao sujeito e este deverá contar uma história sobre cada uma das pranchas. As histórias obtidas com frequência revelam componentes importantes da personalidade, que são decorrentes de duas tendências psicológicas segundo a teoria de Murray.

(B) **INCORRETA.** O TAT é considerado uma técnica projetiva que consiste em apresentar uma série de pranchas, selecionadas pelo examinador, ao sujeito e este deverá contar uma história sobre cada uma das pranchas. As histórias obtidas com frequência revelam componentes importantes da personalidade, que são decorrentes de duas tendências psicológicas segundo a teoria de Murray.

(C) **CORRETA.** O TAT é considerado uma técnica projetiva que consiste em apresentar uma série de pranchas, selecionadas pelo examinador, ao sujeito e este deverá contar uma história sobre cada uma das pranchas. As histórias obtidas com frequência revelam componentes importantes da personalidade, que são decorrentes de duas tendências psicológicas segundo a teoria de Murray.

(D) **INCORRETA.** O TAT é considerado uma técnica projetiva que consiste em apresentar uma série de pranchas, selecionadas pelo examinador, ao sujeito e este deverá contar uma história sobre cada uma das pranchas. As histórias obtidas com frequência revelam componentes importantes da personalidade, que são decorrentes de duas tendências psicológicas segundo a teoria de Murray.

(E) **INCORRETA.** O TAT é considerado uma técnica projetiva que consiste em apresentar uma série de pranchas, selecionadas pelo examinador, ao sujeito e este deverá contar uma história sobre cada uma das pranchas. As histórias obtidas com frequência revelam componentes importantes da personalidade, que são decorrentes de duas tendências psicológicas segundo a teoria de Murray.

32. (TRT 1º REGIÃO – FCC – 2011) O psicodiagnóstico clínico acaba com uma entrevista, na qual o profissional explica ao entrevistado as conclusões extraídas e conversa sobre elas. Trata-se da Entrevista de

(A) Devolução.

(B) Solução.

(C) Comunhão.

(D) Avaliação.

(E) Compreensão.

COMENTÁRIOS:

(A) **CORRETA.** A entrevista de devolução é o último momento do processo psicodiagnóstico, quando o psicólogo retoma os motivos da avaliação trazidos na entrevista inicial, explicando ao avaliado como foi conduzido o processo. São apresentados os resultados, indicando a terapêutica a ser adotada.

(B) **INCORRETA.** A entrevista de devolução é o último momento do processo psicodiagnóstico, quando o psicólogo retoma os motivos da avaliação trazidos na entrevista inicial, explicando ao avaliado como foi conduzido o processo. São apresentados os resultados, indicando a terapêutica a ser adotada.

(C) **INCORRETA.** A entrevista de devolução é o último momento do processo psicodiagnóstico, quando o psicólogo retoma os motivos da avaliação trazidos na entrevista inicial, explicando ao avaliado como foi conduzido o processo. São apresentados os resultados, indicando a terapêutica a ser adotada.

(D) **INCORRETA.** A entrevista de devolução é o último momento do processo psicodiagnóstico, quando o psicólogo retoma os motivos da avaliação trazidos na entrevista inicial, explicando ao avaliado como foi conduzido o processo. São apresentados os resultados, indicando a terapêutica a ser adotada.

(E) **INCORRETA.** A entrevista de devolução é o último momento do processo psicodiagnóstico, quando o psicólogo retoma os motivos da avaliação trazidos na entrevista inicial, explicando ao avaliado como foi conduzido o processo. São apresentados os resultados, indicando a terapêutica a ser adotada.

33. (TRT 1º REGIÃO – FCC – 2011) Um psicólogo do Tribunal foi nomeado para avaliar um indivíduo e, após concluir um processo psicodiagnóstico, deve redigir o relatório psicológico. Considerando o Manual de Elaboração de Documentos Escritos (Resolução CFP no 007/2003), este documento deve conter a seguinte estrutura mínima:

(A) 3 (três) itens − identificação, achados da avaliação e considerações práticas.

(B) 5 (cinco) itens − identificação, descrição da demanda, procedimento, análise e conclusão.

(C) 6 (seis) itens − dados pessoais, documentação, relação dos testes utilizados, discussão dos resultados, levantamento de hipóteses e sugestão de futuros procedimentos.

(D) 2 (dois) itens − identificação e encaminhamento.

(E) 4 (quatro) itens − nome das pessoas envolvidas no processo, achados da avaliação, parecer e encaminhamentos futuros.

COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** O relatório psicológico deve conter, no mínimo, 5 itens: Identificação, Descrição da demanda, Procedimento, Análise, Conclusão.

(B) **CORRETA.** O relatório psicológico deve conter, no mínimo, 5 itens: Identificação, Descrição da demanda, Procedimento, Análise, Conclusão.

(C) **INCORRETA.** O relatório psicológico deve conter, no mínimo, 5 itens: Identificação, Descrição da demanda, Procedimento, Análise, Conclusão.

(D) **INCORRETA.** O relatório psicológico deve conter, no mínimo, 5 itens: Identificação, Descrição da demanda, Procedimento, Análise, Conclusão.

(E) **INCORRETA.** O relatório psicológico deve conter, no mínimo, 5 itens: Identificação, Descrição da demanda, Procedimento, Análise, Conclusão.

34. (TRT 1º REGIÃO – FCC – 2011) Consta na Resolução CFP no 007/2003, que ao redigir um parecer, o psicólogo deve responder aos quesitos, quando houver, de forma sintética e convincente, não deixando nenhum quesito sem resposta, sendo que quando não houver dados para a resposta ou quando o psicólogo não puder ser categórico, deve-se utilizar a expressão

(A) “não coube na avaliação”.

(B) “resposta desconhecida”.

(C) “sem conhecimento prévio”.

(D) “sem elementos de convicção”.

(E) “resposta insustentada”.

COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** Havendo quesitos, o psicólogo deve responde-los de forma sintética e convincente, não deixando nenhum quesito sem resposta. Quando não houver dados para a resposta ou quando o psicólogo não puder ser categórico, deve-se utilizar a expressão “sem elementos de convicção”. Se o quesito estiver mal formulado, pode-se afirmar “prejudicado, sem elementos ou aguarda evolução”, de acordo com a Resolução CFP n 007/2003).

(B) **INCORRETA.** Havendo quesitos, o psicólogo deve responde-los de forma sintética e convincente, não deixando nenhum quesito sem resposta. Quando não houver dados para a resposta ou quando o psicólogo não puder ser categórico, deve-se utilizar a expressão “sem elementos de convicção”. Se o quesito estiver mal formulado, pode-se afirmar “prejudicado, sem elementos ou aguarda evolução”, de acordo com a Resolução CFP n 007/2003).

(C) **INCORRETA.** Havendo quesitos, o psicólogo deve responde-los de forma sintética e convincente, não deixando nenhum quesito sem resposta. Quando não houver dados para a resposta ou quando o psicólogo não puder ser categórico, deve-se utilizar a expressão “sem elementos de convicção”. Se o quesito estiver mal formulado, pode-se afirmar “prejudicado, sem elementos ou aguarda evolução”, de acordo com a Resolução CFP n 007/2003).

(D) **CORRETA.** Havendo quesitos, o psicólogo deve responde-los de forma sintética e convincente, não deixando nenhum quesito sem resposta. Quando não houver dados para a resposta ou quando o psicólogo não puder ser categórico, deve-se utilizar a expressão “sem elementos de convicção”. Se o quesito estiver mal formulado, pode-se afirmar “prejudicado, sem elementos ou aguarda evolução”, de acordo com a Resolução CFP n 007/2003).

(E) **INCORRETA.** Havendo quesitos, o psicólogo deve responde-los de forma sintética e convincente, não deixando nenhum quesito sem resposta. Quando não houver dados para a resposta ou quando o psicólogo não puder ser categórico, deve-se utilizar a expressão “sem elementos de convicção”. Se o quesito estiver mal formulado, pode-se afirmar “prejudicado, sem elementos ou aguarda evolução”, de acordo com a Resolução CFP n 007/2003).

35**. (MPE/AL – COPEVE/UFAL – 2012)** A avaliação psicológica é uma das áreas mais comumente associadas à prática profissional do psicólogo seu instrumento de maior visibilidade. Considerando que o teste psicológico é, fundamentalmente, uma medida objetiva e padronizada de uma amostra do comportamento, torna importante atentar em seu processo de construção para alguns elementos como a objetividade e a validade. Sobre estes elementos afirmar:

A) a padronização implica em uniformidade de processo na aplicação e na avaliação do teste. Nesse sentido, as condições de aplicação devem ser, evidentemente, iguais para todos.

B) um passo importante na padronização de um teste é o grau de significância obtida a partir das respostas dos sujeitos frente às questões postuladas. Este elemento possibilita que os resultados nos testes possam ser interpretados.

C) a aplicação, a avaliação e a interpretação dos resultados de um teste são objetivos à medida que independem de julgamento subjetivo de determinado examinador.

D) a precisão sempre significa estabilidade ou consistência. Precisão do teste é a consistência pelo mesmo indivíduo, quando testado novamente com o mesmo instrumento, ou com uma forma equivalente.

E) a validade é o grau em que o teste mede, efetivamente, o que pretende medir.

COMENTÁRIOS:

(A) **CORRETA.** De acordo com a definição.

(B) **INCORRETA.** A **normatização** está ligada a uniformidade da interpretação dos resultados usando-se os critérios para a interpretação dos escores brutos nos testes

(C) **CORRETA.** São aspectos objetivos e padronizados, constando essas informações a priori no manual do teste.

(D) **CORRETA.** De acordo com a definição.

(E) **CORRETA.** A **validade** significa se o teste mede o que ele supostamente deve medir, sua capacidade de avaliar o que se pretende.

36. (MPE/AL – COPEVE/UFAL – 2012) Os inventários de traços e de ajustamento são técnicas de exame psicológico. Qual opção abaixo não caracteriza estes inventários?

A) São questionários de personalidade padronizados.

B) São geralmente auto administrados.

C) São entrevistas coordenadas pelo examinador.

D) São medidas das diferenças individuais dentro da faixa da normalidade e também de psiconeurose.

E) São perguntas sobre reações individuais em relação aos desejos, interesses, gostos, crenças e atitudes.

COMENTÁRIOS:

(A) **CORRETA.** De acordo com sua definição.

(B) **CORRETA.** São auto administrados.

(C) **INCORRETA.** Os inventários não são entrevistas.

(D) **CORRETA.** De acordo com sua definição.

(E) **CORRETA.** De acordo com seus objetivos.

37. (MPE/AL – COPEVE/UFAL – 2012) A duração de um Psicodiagnóstico constitui uma estimativa do tempo em que pode operacionalizar as tarefas implícitas pelo plano de avaliação, bem como completar as tarefas subsequentes até a comunicação dos resultados. Para tanto, torna-se imprescindível nesse processo o contrato de trabalho, ou seja, o estabelecimento de termos em que o Psicodiagnóstico vai desenvolver-se. Sobre o contrato de trabalho, é incorreto afirmar:

A) deve priorizar no processo do Psicodiagnóstico a realização de um cronograma de atividades entre profissional e paciente de modo a facilitar o início das entrevistas e a aplicação dos testes, instrumentos centrais na consecução de uma avaliação correta.

B) envolve um comprometimento de ambas as partes no cumprimento das obrigações formais.

C) deve envolver certo grau de flexibilidade, devendo ser revisto sempre que o desenvolvimento do processo tiver de sofrer modificações.

D) o momento mais propício para o estabelecimento de um contrato de trabalho é variável, pois depende da precisão das questões iniciais e dos objetivos, bem como da experiência do psicólogo.

E) a definição de papéis, as obrigações e responsabilidades mútuas compõem o centro de um contrato de trabalho.

COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** A execução das atividades não faz parte do momento do estabelecimento do contrato de trabalho.

(B) **CORRETA.** De acordo com a literatura.

(C) **CORRETA.** De acordo com a literatura.

(D) **CORRETA.** De acordo com a literatura.

(E) **CORRETA.** De acordo com a literatura.

38. (MPE/AL – COPEVE/UFAL – 2012) Quanto aos documentos decorrentes de avaliação psicológica abaixo elencados,

I. Atestado psicológico

II. Declaração

III. Parecer Psicológico

IV. Relatório/laudo psicológico

verifica-se que estão corretos

A) I e IV, apenas.

B) I, III e IV, apenas.

C) II e III, apenas.

D) III e IV, apenas.

E) I, II, III e IV.

COMENTÁRIOS:

Assertiva I: O atestado é decorrente de avaliação psicológica.

Assertiva II: A declaração não é documento decorrente de avaliação.

Assertiva III: O parecer não necessariamente decorre de avaliação.

Assertiva IV: O relatório/laudo é documento decorrente de avaliação.

RESPOSTA: A.

39. (DPE/AM – FCC – 2018) O Psicodiagnóstico é um processo que tem como objetivo identificar forças e fraquezas no funcionamento psíquico, com um foco na existência ou não de psicopatologia. Desse modo,

(A) antes de iniciar o processo diagnóstico, o psicólogo precisa entender as razões do encaminhamento para que possa responder às especificidades da solicitação e demanda.

(B) o aspecto preventivo é colocado em questão, já que a solicitação de um psicodiagnóstico tem como objetivo a nomeação da disfunção já existente.

(C) nem sempre será necessário traçar um plano de avaliação, uma vez que as hipóteses iniciais podem estar obscuras.

(D) no diagnóstico interventivo a entrevista devolutiva tem o intuito de informar o paciente sobre os resultados obtidos com a avaliação, como acontece nos trabalhos de psicodiagnósticos tradicionais.

(E) há uma limitação temporal dos resultados, pois as técnicas e métodos se renovam e invalidam as conclusões anteriores.

COMENTÁRIOS:

(A) CORRETA. De acordo com **Jurema Cunha** (**2000**), o psicodiagnóstico é um processo que visa a identificar forças e fraquezas no funcionamento psicológico, com um foco na existência ou não de psicopatologia. Quando o paciente chega por **encaminhamento**, deve-se esclarecer quem o encaminhou, em que **circunstância** ocorreu o encaminhamento e **quais as questões propostas para a investigação** de modo a realizar um psicodiagnóstico cujos **resultados são pertinentes às necessidades da fonte de solicitação** e que permita **adequar seus dados** de forma que seus **resultados** tenham o **impacto** que merecem.

(B) INCORRETA. Há sim o aspecto preventivo, não envolve apenas nomear uma disfunção.

(C) **INCORRETA.** É sempre necessário traçar um plano de avaliação.

(D) **INCORRETA.** Há também a apresentação de uma proposta de intervenção para o caso, de acordo com os resultados encontrados.

(E) **INCORRETA.** Há uma limitação de tempo, mas não invalidam as conclusões anteriores.

40. (DPE/AM – FCC – 2018) A escala de desesperança de Beck complementa a avaliação de risco de suicídio em casos depressão. Esta escala está diretamente relacionada

(A) à quantificação das tentativas anteriores de suicídio.

(B) à intensidade dos sintomas depressivos e a visão negativa de si mesmo.

(C) ao conceito da tríade cognitiva, por investigar a visão negativa de futuro.

(D) à descrição das distorções cognitivas.

(E) à identificação das crenças centrais e intermediárias sobre a depressão.

COMENTÁRIOS:

Escala de Desesperança de Beck (BHS) é uma que engloba 20 itens consistindo em afirmações que envolvem cognições sobre desesperança. O paciente deve concordar ou discordar da afirmação, permitindo-se avaliar a extensão das expectativas negativas que o paciente tem com respeito ao futuro imediato e remoto. A soma dos escores identifica o nível de desesperança (Cunha, 2001).

(A) INCORRETA. Não é o foco do teste.

(B) **INCORRETA.** Não tem como foco principal medir a intensidade dos sintomas.

(C) **CORRETA.** A tríade cognitiva consiste na visão negativa de si mesmo, na qual a pessoa tende a ver-se como inadequada ou inapta, na visão negativa do mundo, incluindo relações, trabalho e atividades e na visão negativa do futuro, que parece estar cognitivamente vinculado ao grau de desesperança.

(D) **INCORRETA.** Não descreve as distorções cognitivas.

(E) **INCORRETA.** Isso acontece na TCC.

41. (DPE/RS – FCC – 2017) O registro da qualidade formal é uma das características mais importantes do processo de codificação no momento da avaliação das respostas obtidas na aplicação do Método de Rorschach. Isso se deve à necessidade

(A) de aferirmos as respostas de movimento animal ou humano.

(B) de verificarmos a existência de respostas populares ou vulgares.

(C) da contagem de respostas em que haja a cor envolvida.

(D) do levantamento de traços psicopatológicos e de drogadição obrigatoriamente.

(E) de aferirmos como a pessoa apreende a realidade e seu esforço integrativo.

COMENTÁRIOS:

Ao interpretar a qualidade formal, aferimos aspectos da estrutura da personalidade voltados para a **cognição, no que diz respeito ao modo de apreensão da realidade e como a pessoa integra** essas informações.

RESPOSTA: E.

42. (TRT 11º - FCC – 2017) A abordagem mais conhecida das aptidões é a teoria multifatorial de Thurstone. Segundo esta abordagem, a estrutura mental das pessoas é constituída por um número de fatores relativamente independentes entre si, cada qual responsável por uma determinada aptidão. Thurstone definiu sete fatores específicos e criou um conjunto de testes para medi-los, os chamados testes de habilidades primárias. O Fator W mede as aptidões de

(A) arquitetura, precisão, expressão artística e facilidade para lidar com detalhes.

(B) capacidade de lidar com números, cálculos, matemática e operações primárias.

(C) capacidade de lidar com espaços, geometria, pintura e escultura.

(D) oratória, escrita, facilidade de falar e de escrever e argumentação.

(E) capricho, atenção, atenção concentrada, raciocínio lógico e visão global.

COMENTÁRIOS:

O teste mede sete **aptidões mentais primárias.** São elas:

Fator V: aptidão verbal: redação e escrita, precisão das palavras e expressão escrita

Fator W: fluência verbal: oratória, escrita, facilidade de falar e de escrever e argumentação

Fator N: aptidão Numérica: capacidade de lidar com números e cálculos matemáticos

Fator S: aptidão espacial: capacidade para formar, reter, recuperar e transformar imagens visuais

Fator M: Memória associativa: relacionada a associações e interligações com outras memórias ou fatos

Fator P: aptidão perceptiva: permite reconhecer coisas, pessoas, lugares...

Fator R: Raciocínio abstrato: capacidade que o indivíduo possui para resolver problemas compostos por analogias em formato de símbolos abstratos.

O Fator W mede a fluência verbal (oratória, escrita, facilidade de falar e de escrever e argumentação)

RESPOSTA: D.

43. (TRE/SP – FCC – 2017) No processo psicodiagnóstico, segundo Ocampo e Arzeno (1990),

(A) definir o enquadre (ou enquadramento) permite dar garantias de que no processo de psicodiagnóstico o paciente não tenha contato com aspectos da sua infância já que são muito regressivos, dificultando a entrevista.

(B) a entrevista inicial é caracterizada como uma entrevista dirigida, que permite ao entrevistador ter a liberdade de investigar as principais questões foco da avaliação psicológica.

(C) a entrevista clínica é uma técnica insubstituível, pois cumpre os objetivos do processo psicodiagnóstico, sendo a utilização de testes facultativa, uma vez que são apenas complementares.

(D) ao planejar a bateria de testes a ser utilizada no psicodiagnóstico, é importante discriminar a sequência em que os testes escolhidos serão aplicados, sendo que os primeiros devem ser os que mobilizam a conduta que corresponde ao sintoma do avaliado.

(E) na entrevista clínica deve-se observar o motivo latente, subjacente ao manifesto, sem ater-se à queixa que preocupa o paciente e pode manter-se, anular-se e ampliar-se.

COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** O enquadre diz respeito a aspectos objetivos, como horário e duração do encontro, mas isso não impede que o paciente entre em contato com aspectos infantis de sua história.

(B) **INCORRETA.** A entrevista dirigida não permite liberdade ao entrevistador, e os autores recomendam que a entrevista inicial seja semidirigida.

(C) **INCORRETA.** Não é insubstituível e os testes projetivos são considerados imprescindíveis pelos autores e não facultativos.

(D) **INCORRETA.** Inicialmente, são recomendados testes gráficos, para não mobilizar imediatamente a ansiedade do avaliado.

(E) **CORRETA.** É importante escutar além da queixa.

44. (TRE/SP – FCC – 2017) Em relação a uso dos testes psicológicos,

(A) o psicólogo poderá utilizar qualquer teste psicológico que seja reconhecido por ele como atendendo à complexidade do motivo que determinou a avaliação psicológica.

(B) as técnicas projetivas, por apresentarem tarefas estruturadas, favorecem uma grande variedade de respostas.

(C) os testes projetivos, embora muito utilizados, são considerados limitados em função da subjetividade do examinando, uma vez que o conteúdo manifesto se altera frente às expectativas dos resultados.

(D) a fidedignidade de um teste é a consistência dos escores obtidos quando submetidos novamente ao mesmo teste, ou a uma forma equivalente dele.

(E) a validade de um teste refere-se àquilo que ele mensura e ao seu alcance de predição temporal.

COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** o psicólogo **poderá utilizar qualquer teste psicológico,** desde que reconhecido pelo **CFP**, e que atenda à complexidade do motivo que determinou a avaliação psicológica.

(B) **INCORRETA.** As técnicas projetivas, por apresentarem tarefas **não estruturadas**, favorecem uma grande variedade de respostas.

(C) **INCORRETA.** Os testes projetivos **não** são considerados **limitados em função da subjetividade** do examinando, uma vez que o conteúdo manifesto se altera frente às expectativas dos resultados.

(D) **CORRETA.** A fidedignidade de um teste é a consistência dos escores obtidos quando submetidos novamente ao mesmo teste, ou a uma forma equivalente dele.

(E) **INCORRETA.** Significa se ele mede o que de fato se propõe a medir.

45. (FUNDAÇÃO CASA – VUNESP – 2013) No Brasil, ao escolher técnicas de avaliação psicológica, o psicólogo deverá ter o cuidado de selecionar apenas instrumentos:

(A) reconhecidos em nível internacional, conforme recomendado pelo Conselho Federal de Psicologia

(B) com alto nível de fidedignidade, a fim de que sua validade esteja assegurada.

(C) recomendados pela Associação Brasileira de Avaliação Psicológica.

(D) que considere adequados para a finalidade em questão, com base em sua própria experiência.

(E) aprovados pelo Conselho Federal de Psicologia, que exige estudos psicométricos com amostras brasileiras.

COMENTÁRIOS

(A) **INCORRETA.** Os instrumentos precisam ser aprovados pelo Conselho Federal de Psicologia, mas não reconhecidos internacionalmente.

(B) **INCORRETA.** É um quesito importante, mas precisam ser aprovados pelo CFP.

(C) **INCORRETA.** A Associação recomenda critérios para os instrumentos, mas somente o Conselho pode valida-los.

(D) **INCORRETA.** É necessária a aprovação do Conselho.

(E) **CORRETA.** Para a utilização de um instrumento ele precisa ser reconhecido pelo Conselho Federal de Psicologia, bem como ter estudos/amostras no território brasileiro, já que o instrumento será utilizado no Brasil.

46. (FUNDAÇÃO CASA – VUNESP – 2013) Para muitos dos profissionais de orientação psicanalítica, o primeiro encontro entre o psicólogo e a criança se dá em uma sessão de ludodiagnóstico. O principal objetivo desse primeiro contato é:

(A) apreciar a consciência que a criança tem dos problemas que levaram ao seu encaminhamento e deixá-la livre para expressar suas vivências.

(B) oferecer à criança uma oportunidade de *acting out* que reduza sua ansiedade antes do processo de avaliação psicológica propriamente dito.

(C) avaliar os recursos de que a criança dispõe para tolerar a angústia, propondo situações que a mobilizem e estimulem sua manifestação.

(D) averiguar se a criança é capaz de compreender os limites e os objetivos específicos da hora de jogo como parte do processo de avaliação diagnóstica.

(E) observar a criança de modo a confirmar ou rejeitar a queixa original trazida pelos pais na primeira entrevista do processo de avaliação psicológica.

COMENTÁRIOS

(A) **CORRETA.** É fundamental que em um processo de avaliação a criança possa expressar suas vivências de forma livre, bem como saiba o motivo de estar sendo avaliada.

(B) **INCORRETA.** No primeiro encontro com a criança é importante deixá-la mais livre, mesmo se estiver ansiosa, pois isso será trabalhado ao longo da avaliação. O *acting out* é um mecanismo que designa ações menos racionais, impulsivas e isso não precisa ser oferecido.

(C) **INCORRETA.** Não se estimula a manifestação da angústia no primeiro encontro com a criança. Além disso a angústia faz parte e surge ao longo da avaliação.

(D) **INCORRETA.** Não se averiguam esses limites nesse momento, pois a proposta é deixar a criança mais livre em suas brincadeiras.

(E) **INCORRETA.** O primeiro encontro não é o momento de confirmar ou rejeitar qualquer que seja a queixa, pois é um momento de ir se aproximando da criança.

47. (TJ/SP – VUNESP – 2017) A atuação do psicólogo no contexto jurídico eventualmente demanda a avaliação psicológica de crianças pequenas, cujo repertório verbal é bastante limitado para expressar o que sente e o que a perturba. Ocampo M. L. e colaboradores (2009) sugerem, nesses casos, a realização da hora de jogo diagnóstica. Para os autores, a hora de jogo diagnóstica:

(A) possibilita a expressão de um amplo leque de condutas da criança, dispensando o uso de outras técnicas pelo psicólogo.

(B) assemelha-se à entrevista diagnóstica realizada com o adulto, no sentido de que cabe ao entrevistador definir e direcionar os conteúdos mobilizados.

(C) permite a avaliação dos recursos psicológicos da criança por colocar em ação os processos secundários.

(D) inclui comunicação de tipo espacial, na qual são incluídos mais elementos dos processos primários, atuados no próprio brincar.

(E) poupa a criança de angústias ameaçadoras que inibam sua capacidade de se expressar, porque o vínculo transferencial não chega a ser estabelecido.

COMENTÁRIOS

(A) **INCORRETA.** A hora do jogo constitui um recurso para a avaliação, mas não exclui ou dispensa outras técnicas que o psicólogo poderá usar para fazer sua avaliação.

(B) **INCORRETA.** Não se assemelha a entrevista com adultos, pois a verbalização da criança e o acesso a ela são diferentes.

(C) **INCORRETA.** Não coloca em ação processos secundários, visto que o repertório verbal da criança é limitado, como exposto na questão.

(D) **CORRETA.** A hora do jogo diagnóstica possibilita uma comunicação do tipo espacial, pois nesse momento é possível usar como instrumento o próprio brincar e nesse processo inclui-se princípios de deslocamento, atemporalidade e condensação (Ocampo M. L e colaboradores, 2009).

(E) **INCORRETA.** A angústia pode contribuir para a criança se expressar também, então não se poupa a criança dessa angústia, mas sim maneja para que ela possa expressar por meio do brincar o que sente.

48. (HCFMUSP – VUNESP – 2015) Paciente do sexo feminino, 17 anos, internada em enfermaria psiquiátrica, analfabeta, com muitas faltas no trabalho, anedonia (perda do prazer nas atividades diárias), apatia e lentificação psicomotora. A hipótese diagnóstica é de depressão e/ou deficiência intelectual. Foi solicitado ao psicólogo que realizasse uma avaliação dessa paciente. Assinale a alternativa que descreva os procedimentos dessa avaliação, segundo Cunha (2000):

(A) Entrevista clínica, aplicação do Teste Matrizes Progressivas de Raven, aplicação do Teste de Apercepção Temática – TAT, entrevista devolutiva.

(B) Entrevista objetiva, aplicação do teste WAIS – III, aplicação do Teste de Desempenho Escolar – TDE, entrevista devolutiva.

(C) Entrevista clínica, aplicação do teste WISC – IV, aplicação do Teste de Apercepção Temática – TAT, entrevista devolutiva.

(D) Levantamento de dados de prontuário médico, aplicação do teste WAIS – III, aplicação do Teste de Apercepção Temática Infantil – CAT, entrevista devolutiva.

(E) Levantamento de dados de prontuário médico, aplicação do Teste Matrizes Progressivas Coloridas de Raven, aplicação do Teste de Desempenho Escolar – TDE, entrevista devolutiva.

COMENTÁRIOS

(A) **CORRETA.** A entrevista clínica é fundamental, pois através dela é possível avaliar e descrever aspectos sociais e relacionais para iniciar um processo de avaliação. O teste de Matrizes Progressivas de Raven busca mensurar o potencial intelectual e pode ser aplicado em pessoas de qualquer nível cultural, não importando a escolaridade. O TAT propõe uma avaliação da personalidade, para analisar a natureza dos vínculos afetivos, das relações interpessoais e identificação de conflitos e mecanismos de defesa. A entrevista devolutiva é importante, pois é o momento de comunicar ao sujeito o que obtido na avaliação e possibilitar que ele expresse seus sentimentos quanto ao que foi avaliado.

(B) **INCORRETA.** No contexto da questão não se aplica uma entrevista objetiva, pois o intuito e verificar informações mais específicas da paciente e o teste de desempenho escolar não se aplica ao contexto hospitalar.

(C) **INCORRETA.** A aplicação do WISC é recomendada para a avalição de crianças.

(D) **INCORRETA.** Para a avaliação a primeira conduta a ser feita é a entrevista clínica o teste CAT é recomendado para avaliação de crianças.

(E) **INCORRETA.** Não se aplica no contexto, porque o Teste de Matrizes Progressivas Coloridas de Raven avalia crianças de 5 a 11 anos de idade.

49. (TJ/SP – VUNESP – 2012) Ocampo e colaboradores (2009) apresentam as etapas do processo psicodiagnóstico. Nesse processo, é muito importante que seja realizado o *enquadramento*, que tem por finalidade:

(A) orientar os pais da criança sobre a importância do sigilo no processo.

(B) planejar as atividades a serem desenvolvidas durante o psicodiagnóstico.

(C) manter constantes certas variáveis que intervêm no processo.

(D) reconhecer as demandas do sujeito em processo de avaliação.

(E) garantir condições mínimas de trabalho para o psicólogo.

COMENTÁRIOS

(A) **INCORRETA.** No enquadramento o principal objetivo é comunicar sobre o processo.

(B) **INCORRETA.** O enquadramento diz respeito a forma como será desenvolvida a avaliação.

(C) **CORRETA.** Manter certas variáveis constantes como, o horário e o local, durante o processo psicodiagnóstico permite avaliar com mais clareza as variáveis psicológicas dos sujeitos.

(D) **INCORRETA.** Reconhece-se as demandas, mas essa afirmativa não se encaixa no conceito de enquadramento.

(E) **INCORRETA.** O que se busca garantir é o controle das variáveis que podem interferir na avaliação.

50. (TJ/SP – VUNESP – 2012) Ocampo e colaboradores (2009) destacam a importância da entrevista inicial com os pais e da avaliação de sua capacidade de elaborar a situação diagnóstica. Para os autores, a presença de ambos os pais na entrevista diagnóstica é imprescindível, pois:

(A) os pais precisam ser orientados sobre os possíveis resultados.

(B) eles precisam ser entrevistados primeiro para que possam acolher a criança.

(C) a criança não tem autonomia para participar do enquadre.

(D) consideram a criança como emergente de um grupo familiar.

(E) existe determinação do Conselho Federal de Psicologia.

COMENTÁRIOS

(A) **INCORRETA.** É importante a orientação ao longo do processo sobre os resultados, mas na entrevista inicial ainda não se pode dizer sobre os resultados.

(B) **INCORRETA.** A criança pode ser acolhida, mesmo se não houver uma entrevista primeiro com os pais, pois isso pode ser feito a posteriori.

(C) **INCORRETA.** A criança faz parte do enquadre e tem autonomia.

(D) **CORRETA.** Ocampos ao escrever sobre a importância da entrevista inicial com os pais aponta que é importante conversar com os pais primeiro, pois a criança faz parte do engrade familiar, ela é emergente desse grupo.

(E) **INCORRETA.** Não se aplica, porque o conselho não determina o formato dos atendimentos.

51. (TJ/SP – VUNESP – 2012) Dentre os métodos de avaliação da personalidade, destacam-se as técnicas projetivas. Ocampo e colaboradores (2009) afirma que a distinção entre percepção cognitiva e apercepção de uma situação é, dinamicamente, uma:

(A) falsa dicotomia.

(B) condição do trabalho psíquico.

(C) indicação de equilíbrio.

(D) situação psicopatológica.

(E) variável recorrente.

COMENTÁRIOS

De acordo com os autores citado, é uma falsa dicotomia, pois não há essa separação entre uma percepção cognitiva e a apercepção de uma situação, sendo uma influenciada pela outra.

RESPOSTA: A.

52. (PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP – VUNESP – 2015) Em relação ao processo psicodiagnóstico, pode-se afirmar que:

(A) sua duração é sempre definida previamente, não podendo ser alterada em hipótese alguma, para não abalar a confiança do paciente em relação à competência do terapeuta.

(B) seus objetivos são definidos pela pessoa que realizou o encaminhamento ou pela pessoa avaliada, devendo ser respeitados pelo psicólogo.

(C) este é um processo científico, que parte de perguntas específicas, cujas respostas se estruturam como hipóteses que serão confirmadas ou não durante as etapas do processo.

(D) o plano de avaliação é definido em conjunto pelo terapeuta e pela pessoa que será avaliada, o que aumenta a motivação do paciente e facilita a coleta de dados.

(E) o processo utiliza técnicas e testes psicológicos, que são analisados e interpretados, e se encerra com a definição da problemática do cliente para o psicólogo.

COMENTÁRIOS

(A) **INCORRETA.** A duração pode ser alterada, pois em um processo de psicodiagnóstico muitas variáveis podem interferir.

(B) **INCORRETA.** Os objetivos são definidos pelo psicólogo.

(C) **CORRETA.** O psicodiagnóstico deve partir de um levantamento de hipóteses que podem se confirmar ou não, através de um processo pré-determinado e com objetivos específicos.

(D) **INCORRETA.** O plano é definido pelo psicólogo de acordo com as questões que aparecem no processo.

(E) **INCORRETA.** Não se aplica testes apenas com a delimitação do problema, é necessário fazer uma análise dos dados, elaborar um laudo e fazer uma entrevista devolutiva.

53. (TJ/SP – VUNESP – 2017) A obra *Processo Diagnóstico e as Técnicas Projetivas* (Ocampo e colaboradores, 2009) recomenda iniciar o processo de psicodiagnóstico por uma entrevista:

(A) totalmente livre, que permita, ao sujeito, revelar sua visão da situação atual e expressar sua ansiedade diante da situação.

(B) informal, deixando que o sujeito se sinta à vontade para escolher sobre o que falar, sem se sentir ameaçado.

(C) dirigida, nos moldes da anamnese, de modo a coletar os dados mais relevantes do histórico e da demanda.

(D) interventiva, que favoreça a elaboração e possivelmente o *insight* diante das questões mais relevantes trazidas pelo sujeito.

(E) inicialmente diretiva, para apresentação mútua e de enquadramento, para então passar para a entrevista livre.

COMENTÁRIOS

(A) **INCORRETA.** Nessa obra o autor aponta que no processo do psicodiagnóstico a entrevista inicial não se pode ser livre, pois esse é o momento de dizer sobre o enquadre do processo.

(B) **INCORRETA.** A entrevista inicial precisa ser diretiva.

(C) **INCORRETA.** Não se aplica, pois inicialmente é importante uma entrevista em que se possa esclarecer sobre o processo, como horários, local, tempo e honorários.

(D) **INCORRETA.** A elaboração de *insights* pode ser acolhida em um segundo momento, onde é possível uma entrevista mais livre para o sujeito falar de suas questões.

(E) **CORRETA.** No processo de psicodiagnóstico a entrevista inicial precisa ser diretiva, pois nesse momento é onde se explicita o enquadramento, como o que se propõe, tempo, horário, duração, para que em um segundo momento o processo possa se conduzir para uma entrevista livre.

54. (TJ/SP – VUNESP – 2012) Segundo Ocampo e colaboradores (2009), a hora de jogo diagnóstica consiste em uma experiência nova para todos os envolvidos, entrevistador e entrevistados. Esse momento implica, além do interjogo das séries complementares, o estabelecimento:

(A) de uma postura interpretativa.

(B) de atividades já concatenadas simbolicamente.

(C) da tarefa dentro do referencial operativo.

(D) dos papéis socialmente aceitos.

(E) de um vínculo transferencial.

COMENTÁRIOS

(A) **INCORRETA.** O objetivo é conhecer a compreensão da criança.

(B) **INCORRETA.** As atividades simbólicas não estão concatenadas de antemão, elas são construídas e observadas ao longo do processo.

(C) **INCORRETA.** Não se busca estabelecer a tarefa, mas sim analisar a compreensão das situações de acordo com o referencial que aquele sujeito tem.

(D) **INCORRETA.** Na hora do jogo não se busca o estabelecimento dos papeis socialmente aceitos, mas sim em como se compreende as situações.

(E) **CORRETA.** A hora do jogo é uma experiência nova para ambos e esse é um momento de estabelecer um vínculo transferencial para que se possa avaliar como se compreende as situações vividas.

55. (TJ/SP – VUNESP – 2012) Bleger (2011), de forma crítica, avalia que psicólogos inexperientes podem se valer dos testes em situações de insegurança pessoal. Segundo o autor, o isolamento profissional contribui muito para a estereotipia, pois:

(A) favorece a manutenção da clivagem.

(B) encobre as dificuldades com onipotência.

(C) permite a análise da própria personalidade.

(D) evita a alienação no trabalho.

(E) não permite a troca de informações.

COMENTÁRIOS

(A) **INCORRETA.** Não favorece a clivagem.

(B)**CORRETA** O uso isolamento profissional contribui para a estereotipia, que é uma forma de defesa para encobrir as dificuldades advindas da inexperiência com a onipotência.

(C) **INCORRETA.** Não permite a análise da própria personalidade, pois nesse processo trata-se da insegurança diante da falta de experiência.

(D) **INCORRETA.** Não evita a alienação.

(E) **INCORRETA.** Não se trata de não permitir, mas por se isolar não possibilita a troca com outros profissionais, que é de suma importância.

56. (FUNDAÇÃO CASA – VUNESP – 2013) Um psicólogo pretende usar o WISC-III para investigar as habilidades sociais de uma criança, particularmente se ela tem noção das regras sociais. Para isso, ele deve considerar particularmente o subteste:

(A) informação.

(B) semelhanças.

(C) compreensão.

(D) enigmas.

(E) matrizes.

COMENTÁRIOS

(A) **INCORRETA.** O subteste informação avalia aspectos da educação formal.

(B) **INCORRETA.** O subteste semelhanças avalia raciocínio lógico e formação conceitual.

(C) **CORRETA.** O subteste da compreensão avalia a capacidade da criança usar julgamentos práticos nas ações sociais do seu dia a dia, de verificar a extensão que desenvolveu o seu senso moral, que implica a noção de regras sociais.

(D) **INCORRETA.** Não é subteste do WISC.

(E) **INCORRETA.** Não é subteste do WISC.

57. (MPE/ES – VUNESP – 2013) Ao aplicar o WISC em uma criança de 12 anos, um psicólogo está particularmente interessado em verificar o quanto a criança é capaz de sustentar a atenção e não se distrair. Considerando-se os índices fatoriais desse instrumento, serão particularmente interessantes os resultados relativos aos subtestes:

(A) completar figuras e arranjo de figuras.

(B) armar objetos e cubos.

(C) procurar símbolos e completar figuras.

(D) aritmética e dígitos.

(E) código e procurar símbolos.

COMENTÁRIOS

(A) **INCORRETA.** Completar figuras está relacionado a capacidade de isolar características essenciais de não essências.

(B) **INCORRETA.** Armas objetos e cubos estão ligados a capacidade viso-motora.

(C) **INCORRETA.** O subteste procurar símbolos é complementar e só pode ser utilizado se houver necessidade do subteste código.

(D) **CORRETA.** Avaliam a capacidade de memorização e manipulação de conceitos abstratos, logo sendo importante para avaliar a atenção.

(E) **INCORRETA.** Não se aplica, porque o subteste código avalia aspectos de QI de excução, que são ligados a organização perceptual, não estando relacionado diretamente com a atenção.

58. (MPE/ES – VUNESP – 2013) Para Arminda Aberastury, do ponto de vista teórico, no processo de psicodiagnóstico, a “fantasia de doença e cura" da criança:

(A) costuma aparecer na primeira sessão de jogo e está estreitamente relacionada ao motivo latente da consulta.

(B) estabelece-se ao longo do processo diagnóstico, à medida que se esclarecem, para a criança, os reais motivos de seus sintomas

(C) é definida no primeiro encontro com o psicólogo (fantasia de doença) e conscientizada na entrevista devolutiva (fantasia de cura).

(D) se constituirá a partir da comunicação verbal entre a criança e o psicólogo, por meio da qual a possibilidade de cura poderá ser vislumbrada.

(E) só aparecerá em um processo psicoterapêutico de longa duração, devendo ser desconsiderada no contexto do psicodiagnóstico.

COMENTÁRIOS

(A) **CORRETA.** Essa autora afirma que essas fantasias já se mostram presentes desde o início do tratamento

(B) **INCORRETA.** Ao longo do tratamento essas fantasias se tornam mais claras, mas já aparecem desde o início.

(C) **INCORRETA.** Ambas já aparecem no primeiro momento.

(D) **INCORRETA.** Ela já está constituída, o psicólogo contribui para que elas fiquem mais claras.

(E) **INCORRETA.** Não se aplica, pois ela afirma que desde o início do tratamento já estão presentes.

59. (SAP/SP – VUNESP – 2011) O Teste do Desenho da Figura Humana é uma técnica amplamente utilizada para identificar o conceito que um indivíduo tem de si mesmo, assim como um indicador das aspirações, preferências e atitudes de um indivíduo. Essa variedade de possibilidades de investigação torna essa técnica:

(A) muito rica, mas também dificulta uma interpretação acurada e fidedigna do material produzido por ela.

(B) inadequada para realização de avaliações devido à ausência de critérios definidos para análise.

(C) inquestionável em suas predições sobre o comportamento futuro dos indivíduos por ela avaliados.

(D) questionável, pois não atende aos critérios de validade e fidedignidade previstos para instrumentos psicológicos.

(E) insubstituível para investigação de aspectos de personalidade e cognição em indivíduos de qualquer faixa etária.

COMENTÁRIOS

(A) **CORRETA.** Ele avalia questões muito importantes, mas a intepretação tem um aspecto subjetivo importante.

(B) **INCORRETA.** Os critérios são definidos.

(C) **INCORRETA.** Não é inquestionável, pois o teste não é a única fórmula de avaliação.

(D) **INCORRETA.** Atende aos critérios. Caso não atendesse não poderia ser utilizado.

(E) **INCORRETA.** Ele é aplicado para crianças e adolescentes.

60. (TJ/PA – VUNESP – 2014) Separar uma recordação do sentimento a ela associado é um mecanismo de defesa identificável em histórias narradas de modo desapegado ou distanciado nas técnicas projetivas temáticas como o teste de apercepção infantil (CAT), de Bellak e Bellak, e o teste de apercepção temática (TAT), de Henry Murray. Esse mecanismo de defesa é denominado:

(A) deslocamento.

(B) formação reativa.

(C) isolamento.

(D) anulação.

(E) negação.

COMENTÁRIOS

(A) **INCORRETA.** Desloca ações de um alvo desejado para um substituto.

(B) **INCORRETA.** O sujeito camufla seus desejos, dizendo sempre o oposto do que deseja.

(C) **CORRETA.** Trata-se de do momento em que um sentimento fica afastado ou deligado do acontecimento original.

(D) **INCORRETA.** O sujeito realiza uma ação que tem como objetivo apagar o rastro da ação anterior.

(E) **INCORRETA.** Bloqueio de uma verdade incontestável.

61. (TJ/PA – VUNESP – 2014) Após o encerramento da coleta de dados de um psicodiagnóstico de uma criança, o psicólogo chama os pais para a entrevista devolutiva. Recomenda-se que, nessa situação, o psicólogo:

(A) aborde logo de início os aspectos mais comprometidos da criança, para assegurar que os pais compreendam a gravidade do quadro.

(B) procure dar pouca ênfase a aspectos desadaptados da criança, procurando estimular os pais a formarem uma imagem positiva do filho.

(C) explicite os detalhes técnicos que fundamentam as conclusões diagnósticas, para garantir que os pais acatem o encaminhamento sugerido.

(D) comece solicitando que os pais leiam o relatório impresso e prossiga esclarecendo as dúvidas que eles levantarem a partir da leitura.

(E) considere novas informações trazidas pelos pais na entrevista e, se necessário, colete dados adicionais ou reformule suas conclusões.

COMENTÁRIOS

(A) **INCORRETA.** Não é recomendável que se aborde os aspectos mais comprometedores no início. No início da entrevista é fundamental falar de aspectos relevantes, do processo como um todo.

(B) **INCORRETA.** Os aspectos negativos precisam ser discutidos, bem como os positivos.

(C) **INCORRETA.** Não há necessidade de explicar detalhes técnicos. O objetivo é falar de forma clara para que os pais possam compreender o resultado.

(D) **INCORRETA.** O relatório técnico pode servir como suporte, mas cabe ao psicólogo passar as informações e depois acolher as dúvidas.

(E) **CORRETA.** O psicólogo precisa considerar novas informações e se julgar relevante reformular sua conclusão, bem como aplicar técnicas e testes complementares.

62. (TJ/SP – VUNESP – 2012) Bleger (2011), ao se referir à entrevista psicológica, afirma a importância dos cuidados com a interpretação. Segundo ele, quanto maior for a compulsão para interpretar, tanto mais será necessário:

(A) ser diretivo.

(B) calar-se.

(C) interpretar.

(D) pontuar.

(E) assinalar.

COMENTÁRIOS

(A) **INCORRETA.** Não se pode ser diretivo.

(B) **CORRETA.** Em sua obra ele sugere que nesse momento é importante ficar calado.

(C) **INCORRETA.** Não se deve interpretar de forma compulsiva.

(D) **INCORRETA.** A pontuação é importante, mas não quando há a compulsão por interpretar.

(E) **INCORRETA.** Assinalar algo pode ser compreendido como uma compulsão para interpretar.

63. (DPE AM – FCC – 2018) Considere as técnicas utilizadas em entrevistas diagnósticas com crianças.

I. A hora do jogo.

II. O procedimento de desenhos-estórias.

III. O jogo do rabisco.

A correta relação entre a técnica e o autor é:

I – II - III

a) Aberastury A.

Trinca, W.

Winnicott, D.W.

b) Ocampo, M.L.S.

Klein, M.

Trinca, W.

c) Klein, M.

Ocampo, M.L.S.

Winnicott, D.W.

d) Trinca, W.

Winnicott, D.W.

Klein, M

e) Ocampo, M.L.S.

Trinca, W.

Klein, M.

COMENTÁRIOS:

A "**Hora do Jogo**" é uma proposta de **Arminda Aberastury**; o Procedimento de "**Desenhos-Estórias**" foi desenvolvido por **Walter Trinca,** enquanto que o "**Jogo do Rabisco**" está relacionado a **Donald Winnicott**.

Técnicas utilizadas em entrevistas diagnósticas com crianças

Autor	Técnica	Breve descrição
Aberastury	**Hora do Jogo**	**Trata-se de uma entrevista diagnóstica em que a criança é observada através do brincar livre e desprendido**. Considera-se como ela "monta" a brincadeira, a fim de obsevar quais defesas, conflitos e outros conteúdos mentais emergem, durante o exercício da prática espontânea. A autora **sugere a não interpretação** durante a aplicação, a fim de não propor de antemão se a criança necessita ou não de tratamento.
Klein	**Teoria Lúdica**	**Klein privilegia a utilização de jogos**. Para, a autora a criança se comunica na terapia através das brincadeiras, externalizando por meio do ato de brincar, conteúdos latentes que os adultos expressam através da fala.
Trinca	**Desenhos-Estórias**	Essa técnica fundamenta-se **no método da associação livre**, ou seja, ocorre de maneira não-estruturada. O participante é livre para criar, associar e desenvolver, através de materiais gráficos e temáticos, os conteúdos psíquicos que lhe são inerentes.

Winnicott	**Jogo do rabisco**	Essa técnica é apresentada à criança no formato de jogo. O profissional de psicologia por meio do recreativo lúdico do rabisco, **joga livremente com a criança através da troca de desenhos** (psicólogo e paciente desenham alternadamente traços livres, e na troca, um vai modificando o rabisco feito pelo outro).
Ocampo	**Entrevista Lúdica (Hora do Jogo Diagnóstica)**	**Na entrevista lúdica diagnóstica a atuação do psicólogo, em geral, é pautada na observação, mas pode também ser ativa**. Ele tanto pode apenas observar, como atuar de maneira mais ativa, no caso da criança levantar perguntas a respeito do manejo da brincadeira. Além disso, considerando a peculiaridade de cada caso, o terapeuta pode (ou não) integrar a atividade lúdica, caso seja solicitado pela criança.

RESPOSTA: A.

64. (TRT 14 – FCC – 2018) Conforme o modelo interpretativo de Murray, na análise de conteúdo do Teste de Apercepção Temática − TAT, o psicólogo desmembra cada história nos conteúdos expressos no tema central, chegando à identificação do herói, ao reconhecimento de seus motivos, tendências e necessidades, à exploração de seus estados interiores, ao exame das pressões

A) identificadas e tendências gerais.

B) multideterminadas e do universo pessoal.

C) autoimpostas e aspectos dissociativos.

D) autoimpostas e do universo pessoal.

E) ambientais e do desfecho.

COMENTÁRIOS:

Passos para a análise do T.A.T.

1.Identificação do herói da história

2.Reconhecimento de seus motivos, tendências e necessidades

3.Exploração dos estados interiores do herói

4.Exame de pressões ambientais

5.Desfecho da história

RESPOSTA: E.

65. (TRT 14 – FCC – 2018) Na bateria de testes, utilizada em um psicodiagnóstico,

A) não é necessário o emprego de mais de um teste para buscar uma validação intertestes dos dados obtidos.

B) nenhum teste, isoladamente, pode proporcionar uma avaliação abrangente da pessoa como um todo.

C) para se chegar a inferências clínicas não é necessário preocupar-se com margem de erro em testes de personalidade.

D) toda avaliação psicológica deve incluir, pelo menos, a aplicação de quatro testes psicológicos.

E) está designada a aplicação de um teste psicológico.

COMENTÁRIOS:

Segundo Exner (1980 *apud* Cunha, 2007),

A bateria de testes é utilizada por duas razões principais. Primeiramente, considera-se que **nenhum teste, isoladamente, pode proporcionar uma avaliação abrangente da pessoa como um todo**. Em segundo lugar, o emprego de uma série de testes envolve atentativa de uma validação intertestes dos dados obtidos, a partir de cada instrumento em particular, diminuindo, dessa maneira, a margem de erro e fornecendo melhor fundamento para se chegar a inferências clínicas.

a) emprego de uma série de testes envolve a tentativa de uma **validação intertestes** dos dados obtidos (p. 109);

c) **diminuindo a margem de erro** pode-se chegar a inferências clínicas (p. 109).

d) o conjunto de testes ou de técnicas podem variar **entre dois e cinco ou mais** instrumentos (p. 109);

e) o teste é apenas mais um dos instrumentos, mas **não é obrigatório** o seu uso.

RESPOSTA: B.

66. (TRT 14 – FCC – 2018) Para Jurema Alcides Cunha, estudiosa do Psicodiagnóstico, um dos objetivos da avaliação psicológica clínica é o entendimento dinâmico, que pode ser considerado, em sentido lato, uma

A) forma de avaliação compreensiva, já que enfoca a personalidade de maneira global, mas pressupõe um nível mais elevado de inferência clínica.

B) classificação nosológica, testando hipóteses iniciais e tomando como referência critérios diagnósticos.

C) investigação mais superficial, embora sejam sempre consubstanciados pelos passos específicos do psicodiagnóstico

D) abordagem prognóstica, que determina o curso provável do caso.

E) proposta de exame do estado mental do paciente, de competência exclusiva do psicólogo, frequentemente realizado sem aplicação de testes.

COMENTÁRIOS:

Segundo Cunha (2007),
"O objetivo de entendimento dinâmico, em sentido lato, pode ser considerado como uma forma de avaliação compreensiva, já que enfoca a personalidade de maneira global, mas pressupõe um nível mais elevado de inferência clínica. Através do exame, procura-se entender a problemática de um sujeito, com uma dimensão mais profunda, na perspectiva histórica do desenvolvimento, investigando fatores psicodinâmicos, identificando conflitos e chegando a uma compreensão do caso com base num referencial teórico" (Psicodiagnóstico V. p. 28)

RESPOSTA: A.

67. (TRT 15 – FCC – 2018) Os testes projetivos proporcionam obter informações sobre diferentes níveis de funcionamento da personalidade e, para isso, são oferecidos ao examinando estímulos

A) ordenados de tal modo que o examinando discorra sobre os temas oferecidos, mantendo-se engajado na tarefa, sem dispersar-se.

B) estruturados, com o objetivo de conseguir informações sobre temas específicos do mundo objetivo do examinando.

C) convencionais, a partir dos quais o indivíduo informa sobre suas preferências em relação a temáticas específicas.

D) pouco estruturados, que ele organizará em conformidade com aspectos de seu mundo interno.

E) sequenciais que induzem o examinando a expressar conteúdos relativos aos temas propostos, de modo estruturado.

COMENTÁRIOS:

Segundo Cunha (2007),

"À medida que são apresentadas técnicas projetivas, há maior mobilização da ansiedade, porque os **estímulos escassamente estruturados** não oferecem referencial para a produção de respostas, e o paciente tem de assumir a responsabilidade pelo manejo da situação. Não obstante, eventualmente, o paciente enfrenta bem um material **pouco estruturado**, porque diminui a consciência do que poderia ser uma resposta "certa" ou "errada" (p. 112);

RESPOSTA: D.

68. (TRT 15 – FCC – 2018) Para Jurema Alcides Cunha, a escolha de testes que serão utilizados em um processo psicodiagnóstico corresponde a uma das etapas do estabelecimento de um plano de ação e que se deve ter em conta que

A) um teste, desde que bem apropriado ao que se quer avaliar, torna-se suficiente para o processo de avaliação psicológica.

B) nenhum teste, isoladamente, pode proporcionar uma avaliação abrangente da pessoa como um todo.

C) um teste projetivo é suficiente para a obtenção de dados em um plano psicodiagnóstico.

D) um teste de inteligência deve sempre estar incluído na bateria de testes de escolha do psicólogo, pela importância que tem a avaliação cognitiva.

E) é desnecessária a validação intertestes, já que cada instrumento já passou por estudo detalhado antes de sua liberação para uso.

COMENTÁRIOS:

Segundo Exner (1980 *apud* Cunha, 2007),

A bateria de testes é utilizada por duas razões principais. Primeiramente, considera-se que **nenhum teste, isoladamente, pode proporcionar uma avaliação abrangente da pessoa como um todo**. Em segundo lugar, o emprego de uma série de testes envolve atentativa de uma validação intertestes dos dados obtidos, a partir de cada instrumento em particular, diminuindo, dessa maneira, a margem de erro e fornecendo melhor fundamento para se chegar a inferências clínicas (p. 109);

a) nenhum teste, **isoladamente**, pode proporcionar uma avaliação abrangente da pessoa como um todo (p. 109);
c) nenhum teste, **isoladamente**, pode proporcionar uma avaliação abrangente da pessoa como um todo (p. 109);
d) a bateria de testes inclui testes psicométricos e técnicas projetivas e a opção por uma ou outra, ou ambas, vai **depender dos objetivos** do psicodiagnóstico;
e) a validação intertestes é necessária para **facilitar** o processo de se chegar a inferências clínicas que permitam confirmar ou infirmar as hipóteses iniciais, atendendo o objetivo da avaliação;
RESPOSTA: B.

69. (TRT 15 – FCC – 2018) Processo diagnóstico é a forma resultante de determinada organização e estruturação dos elementos de um estudo de caso, realizado segundo uma certa concepção diagnóstica, que ocorre em uma sequência de passos, para a consecução dos objetivos diagnósticos, orientados em função de determinados embasamentos teóricos e práticos, sendo classificado de conformidade com os tipos existentes. No processo compreensivo busca-se

A) dados de observação objetiva como prioritários, com exclusão de apreciações a respeito do mundo interno, sendo os referenciais, nesse processo, extraídos da Psicologia da Aprendizagem em que se enfatizam os programas desenvolvidos pela Psicologia Experimental.

B) uma transposição, para o diagnóstico psicológico, de noções advindas do diagnóstico clínico em medicina, tomando a vida emocional em termos similares àqueles empregados para o organismo, ou seja, um objeto concebido como doente.

C) configurar uma espécie de antevisão dos fenômenos que a prática psicanalítica bem-sucedida encontraria no paciente, e com os quais lidaria, sendo que a Psicanálise constitui-se em modelo de trabalho para os profissionais que se utilizam desse tipo de processo

D) encontrar um sentido para o conjunto das informações disponíveis, tomar aquilo que é relevante e significativo na personalidade, entrar empaticamente em contato emocional e, também, conhecer os motivos profundos da vida emocional de alguém.

E) ter, no psicólogo, um simples aplicador e avaliador de testes psicológicos, cuja finalidade é auxiliar o trabalho de outros profissionais, sendo que o psicólogo entra em contato com aspectos parciais da personalidade do paciente, de modo “objetivo”.

COMENTÁRIOS:

Segundo Cunha (2007),

"O objetivo de avaliação compreensiva considera o caso numa perspectiva mais global, determinando o nível de funcionamento da personalidade, examinando funções do ego, em especial quanto a insight, para indicação terapêutica ou, ainda, para estimativa de progressos ou resultados de tratamento" (p. 28);

RESPOSTA: D.

70. (TRT 15 – FCC – 2018) Um psicólogo ao aplicar o Método de Rorschach obteve, ao solicitar ao examinando, no momento do inquérito, na prancha II, que ele passasse o dedo ao redor do local onde viu − "Dois palhaços batendo as mãos um no outro". Esse tipo de resposta é considerado no item modalidade como uma resposta

A) pormenor primário.

B) global.

C) pormenor secundário.

D) de estrutura.

E) de conteúdo fragmentado.

COMENTÁRIOS:

Respostas globais (G) - quando a mancha é vista e interpretada como uma totalidade. Se divide em dois tipos: a) respostas globais primárias (Gp) - percepção direta de uma totalidade - sem elaboração aparente b) respostas globais secundárias (Gs) - reflete uma síntese de combinação de vários elementos originalmente vistos como independentes. Ex: objetos e humanos.

RESPOSTA: B.

9 – LISTA DE QUESTÕES



1. (ALBA – FGV- 2014) A respeito do método Zulliger, teste bastante utilizado em processos seletivos, assinale a alternativa correta.

(A) Nesse método, as determinantes de resposta são forma, movimento e cor.

(B) Nesse método, a aplicação individual inclui as instruções, a aplicação propriamente dita e o inquérito.

(C) Nesse método, pessoas com menos de quatro respostas com conteúdos diversificados tendem a ser estereotipadas e inflexíveis.

(D) Nesse método, as respostas de movimento humano estão associadas à criatividade.

(E) Nesse método, as respostas de cor pura (C) indicam incapacidade de controle emocional.

2. (ALBA – FGV- 2014) A respeito do teste das Matrizes Progressivas de Raven, aplicado em diferentes situações, inclusive as de processos seletivos, analise as assertivas a seguir:

I. O teste de Raven busca avaliar o fator g.

II. O teste de Raven é um teste verbal.

III. O teste de Raven tem base no referencial teórico de Spearman.

Assinale:

(A) Se somente a assertiva I estiver correta.

(B) Se somente a assertiva II estiver correta.

(C) Se somente a assertiva III estiver correta.

(D) Se somente as assertivas I e III estiverem corretas.

(E) Se todas as assertivas estiverem corretas.

3.(ALBA – FGV- 2014) O Inventário Fatorial de Personalidade (IFPII) é um instrumento que pode auxiliar nos processos de recrutamento e seleção, a partir dos motivos ou necessidades que determinam o comportamento dos indivíduos. A esse respeito, assinale a alternativa correta.

(A) O IFPII é constituído por 10 itens.
(B) Os fatores afago e heterossexualidade foram retirados da relação de itens compreendidos no Inventário Fatorial de Personalidade (IFPII).
(C) O fator intracepção diz respeito à tendência a atuarem função de sentimentos ou inclinações difusas.
(D) O Inventário Fatorial de Personalidade (IFPII) não tem uma padronização para o Brasil.
(E) Os blocos de apuração de respostas não são diferenciados segundo o sexo do sujeito.

4.(ALBA – FGV – 2014) A Escala de Ansiedade de Beck é um instrumento aplicado tanto na clínica quanto em pesquisas. A respeito da escala de Beck, assinale a alternativa correta.

(A) Não deve ser aplicada coletivamente.
(B) Os resultados dessa escala são transformados em três scores – a ansiedade leve, a ansiedade moderada e a ansiedade severa.
(C) Essa escala é contraindicada na hipótese diagnóstica de TOC.
(D) Essa escala é um instrumento de auto-aplicação.
(E) O formulário dessa escala é um questionário de múltipla escolha com 25 itens.

5.(ALBA – FGV - 2014) A respeito da Escala Wesler de Inteligência para Adultos (WAIS), um dos testes mais utilizados para medir fatores de inteligência, assinale a alternativa correta.

(A) O WAIS não está padronizado para o Brasil.

(B) O WAIS é composto de um QI verbal e de um QI de execução.

(C) O QI verbal é composto pelos itens informação, compreensão, aritmética e semelhanças.

(D) O QI de execução é composto pelos itens completar figuras, cubos e armar objetos.

(E) A análise do WAIS inclui a análise das discrepâncias entre os resultados globais e os resultados dos subtestes.

6.(TRT 15º REGIÃO – FCC – 2013) O psicólogo, para avaliar um indivíduo, optou pela técnica projetiva de desenho da Casa-Árvore-Pessoa (House-Tree-Person, H-T-P). Realizou as 4 fases da aplicação do teste. Na 2º fase, na qual há um inquérito posterior ao desenho bem estruturado (em que o psicólogo faz uma série de perguntas relativas às associações do indivíduo), e na 4ª fase, em que o examinador faz perguntas adicionais sobre os desenhos coloridos, o indivíduo recusou-se a fazer comentários. Esta recusa do indivíduo de fazer qualquer comentário é considerada, no manual do teste:

(A) Limitação intelectual.

(B) Fruto de timidez.

(C) Resistência.

(D) Patológica.

(E) Rebeldia.

7.(ALBA – FGV- 2014) Um psicólogo deu início a um processo seletivo, determinando os conhecimentos, habilidades e aptidões necessárias para o cargo em questão. Posteriormente, selecionou entre os currículos apresentados aqueles que atendiam ao perfil desejado, solicitando que os candidatos falassem sobre as diferentes áreas previamente estabelecidas. Com base no caso descrito, assinale a opção que indica o método de entrevista utilizado pelo psicólogo nesse processo seletivo.

(A) Entrevista aberta.

(B) Entrevista por competências.

(C) Entrevista estruturada.

(D) Entrevista comportamental.

(E) Entrevista cognitiva.

8.(TRT 18º REGIÃO – FCC – 2013) A entrevista de seleção que faz uso de uma lista predeterminada de perguntas, geralmente feitas a todos os candidatos e que possui aplicação útil especialmente para quando há um grande número de candidatos, é chamada de entrevista:

(A) Mista.

(B) Semiestruturada.

(C) Estruturada.

(D) Sob pressão.

(E) Não-estruturada.

9.(TJ/AM – FGV – 2013) Um psicólogo fez o planejamento de um estudo de campo para iniciar um trabalho com adolescentes, sendo determinada uma mostra de 15 adolescentes do sexo feminino e 15 adolescentes do sexo masculino. Nesse estudo, foram planejadas entrevistas iniciais, em que se pedia aos adolescentes que falassem livremente sobre sua experiência com os familiares, escola, amigos, sexualidade, uso de drogas, trabalho, perspectivas futuras e outros temas que julgassem importantes. A esse respeito, assinale a alternativa correta.

(A) O estudo realizado baseou-se em entrevistas livres.

(B) O estudo realizado baseou-se em entrevistas semi-estruturadas.

(C) O estudo realizado baseou-se em entrevistas estruturadas.

(D) O estudo seguiu um design experimental.

(E) O estudo não focou questões importantes para os adolescentes.

10.(ALBA – FGV – 2014) Sobre as normas para a elaboração de documentos escritos, segundo o Conselho Federal de Psicologia, assinale a alternativa correta.

(A) Os documentos escritos compreendem as declarações, os atestados e os laudos psicológicos.

(B) As declarações devem incluir dados relativos à frequência às sessões, período de atendimento e motivos ou sintomas do comparecimento do solicitante.

(C) O laudo psicológico objetiva responder a uma questão específica.

(D) Os termos técnicos utilizados no laudo psicológico devem incluir explicações retiradas dos fundamentos teórico-filosóficos que os sustentam.

(E) Os documentos escritos, bem como o material que os fundamentaram, devem ser guardados por um período mínimo de 10 anos.

11.(ALBA – FGV – 2014) Com o objetivo de auxiliar em uma decisão, foi solicitada a um psicólogo especialista em famílias, a elaboração de um parecer psicológico. A esse respeito, analise as assertivas a seguir.

I. O parecer deve responder a quesitos específicos.

II. O parecer deve começar por uma ampla avaliação sobre o problema que motivou a solicitação.

III. O parecer deve atender às orientações do CFP para a elaboração de laudos psicológicos.

Assinale:

(A) Se somente a assertiva I estiver correta.

(B) Se somente a assertiva II estiver correta.

(C) Se somente a assertiva III estiver correta.

(D) Se somente as assertivas I e III estiverem corretas.

(E) Se todas as assertivas estiverem corretas.

12.(SESACRE – FUNCAB – 2014) A declaração é um dos documentos produzidos por psicólogos. Marque a alternativa que indica o que NÃO pode ser registrado no referido documento.

(A) O acompanhamento psicológico do atendido.

(B) Sintomas, situações ou estados psicológicos.

(C) Informações sobre as condições do atendimento.

(D) Comparecimento do atendido e/ou acompanhante.

(E) Ocorrência de fatos ou situações objetivas relacionadas ao atendimento psicológico.

13. (TRT 18º REGIÃO – FCC – 2013) No Manual de Elaboração de Documentos Escritos produzidos pelo psicólogo (Resolução CFP nº 007/2003) consta que, no relatório psicológico, deve ser colocado no identificador autor/relator:

(A) A razão e o autor da solicitação da avaliação.

(B) O nome do autor do pedido de avaliação.

(C) O motivo do pedido de avaliação.

(D) O nome do psicólogo que realizou a avaliação.

(E) O documento de identificação do avaliado.

14. (TRT 15º REGIÃO – FCC – 2013) Segundo a Resolução CFP nº 007/2003 que instituiu o Manual de Elaboração de Documentos Escritos produzidos pelo psicólogo, decorrentes de avaliação psicológica, o laudo psicológico pode ser também denominado por:

(A) Relatório psicológico e corresponde a uma peça de natureza e valor científicos.

(B) Parecer psicológico e corresponde a um documento legal de valor jurídico.

(C) Necropsia psicológica e corresponde a um documento diagnóstico e de pesquisa.

(D) Inspeção psicológica e corresponde a uma peça de valor técnico.

(E) Inventário psicológico e corresponde a um instrumento de avaliação conclusivo.

15. (SEPLAG – CESGRANRIO – 2011) É atribuição de um psicólogo produzir documentos, tais como um prontuário. Este é um documento:

(A) Que visa a informar a ocorrência de fatos ou situações objetivas relacionadas ao atendimento psicológico com objetivo de declarar comparecimentos ao atendimento,

tipo de acompanhamento realizado e informações sobre o atendimento, excluindo registro de sintomas ou estados psicológicos.

(B) Que visa a fazer uma apresentação descritiva acerca de situações e/ou condições psicológicas e suas determinações históricas, sociais, políticas e culturais, pesquisadas no processo de avaliação psicológica subsidiado em dados colhidos e analisados, à luz de um instrumental técnico (entrevistas, dinâmicas, testes psicológicos, observação, exame psíquico, intervenção verbal).

(C) Que pretende apresentar a conclusão acerca de um problema específico colocado pela clínica, com o compromisso de ser conclusivo ou de fornecer uma indicação objetiva acerca de tratamento, diagnóstico ou prognóstico.

(D) Único, constituído de um conjunto de informações e sinais registrados, gerados com base em fatos, acontecimentos e situações sobre a saúde do paciente e a assistência a ele prestada, de caráter legal, sigiloso e científico, que possibilita a comunicação entre membros da equipe multiprofissional e a continuidade da assistência prestada ao indivíduo.

(E) Expedido pelo psicólogo que certifica uma determinada situação ou estado psicológico, tendo como finalidade afirmar sobre as condições psicológicas de quem, por requerimento, o solicita.

16. (MPE/AM – FCC – 2013) Consta no Manual de Elaboração de Documentos Escritos produzidos pelo psicólogo (Resolução CFP nº 007/2003) que a declaração e o atestado devem expor registro do nome completo do psicólogo, sua inscrição no CRP e/ou carimbo com as mesmas informações, sendo que a assinatura do psicólogo deve ficar:

(A) Abaixo do carimbo.

(B) Em qualquer posição desde que próxima ao carimbo.

(C) À direita do carimbo.

(D) À esquerda do carimbo.

(E) Acima de sua identificação ou do carimbo.

17. (PREFEITURA DE CUIABÁ/MT – FUNCAB – 2013) O "Manual de Elaboração de Documentos Decorrentes de Avaliações Psicológicas", proveniente do CFP, descreve que:

(A) O emprego de expressões ou termos deve ser compatível com as expressões próprias da linguagem leiga, garantindo a precisão da comunicação.

(B) O processo de avaliação psicológica deve considerar que os objetos deste procedimento (as questões de ordem psicológicas) têm determinações estruturais, históricas e sociais.

(C) Os psicólogos devem se basear exclusivamente nos instrumentais técnicos (entrevistas, testes, observações, dinâmicos de grupo, escuta e intervenções verbais.

(D) Em um documento escrito categorizado como "declaração", no referente a seu conceito e finalidade, não deve ser feito o registro de sintomas, situações ou estados psicológicos.

(E) O laudo é um documento que certifica determinada situação/estado psicológico, tendo como finalidade justificar faltas e/ou impedimentos do solicitante.

18. (TJ/PE – FCC – 2012) A Resolução do Conselho Federal de Psicologia de número 007/2003 instituiu o Manual de Documentos Escritos produzidos por psicólogos. O relatório psicológico é:

(A) Um documento produzido pelo psicólogo no enquadre pericial judiciário e que deve obedecer aos parâmetros científicos na elucidação dos termos técnicos.

(B) Uma peça de natureza e valor científicos, devendo conter a narrativa detalhada e didática, com clareza, precisão e harmonia, tornando-se acessível e compreensível ao destinatário.

(C) Um documento expedido pelo psicólogo que certifica uma determinada situação ou estado psicológico, tendo como finalidade afirmar sobre as condições psicopatológicas de quem, por requerimento, o solicita.

(D) Similar ao atestado emitido por psicólogo, já que deve estar acompanhado das explicações e/ou conceituação retirados dos fundamentos teórico-filosóficos que o sustentam.

(E) Um documento fundamentado e resumido sobre uma questão focal do campo psicológico, cujo resultado pode ser indicativo ou conclusivo.

19. (TJ/RJ – FCC – 2012) A Resolução CFP nº 007/2003 que institui o Manual de Elaboração de Documentos Escritos produzidos pelo psicólogo estabeleceu que, quanto à guarda dos documentos e condições de guarda, os documentos escritos decorrentes de avaliação psicológica, bem como todo o material que os fundamentou, deverão ser guardados, observando-se a responsabilidade por eles tanto do psicólogo quanto da instituição em que ocorreu a avaliação psicológica, pelo prazo mínimo de:

(A) 2 anos, salvo os casos em que os pais confirmem o interesse em realizar novas avaliações e obter relatórios psicológicos futuros, para verificarem a progressão das questões apontadas.

(B) 3 anos, salvo os casos em que os responsáveis pelo menos dispensem a guarda do laudo psicológico, situação em que o psicólogo pode se desfazer dos documentos, sem preocupação.

(C) 5 anos, salvo os casos em que o prazo poderá ser ampliado nos casos previstos por lei, por determinação judicial ou em casos específicos em que seja necessária a manutenção da guarda por maior tempo.

(D) 4 anos, salvo os casos que tratam de avaliação psicológica para determinação de guarda de filhos, destituição de pátrio poder ou interdição.

(E) 10 anos, salvo os casos em que o laudo psicológico tenha sido entregue concomitantemente aos responsáveis pelo menor e ao Poder Judiciário, que manterá o documento arquivado nos autos, no Tribunal de Justiça.

20. (SESA/ES – CESPE – 2013) No que concerne a fenômenos psicológicos, o processo técnico científico que se utiliza de métodos, técnicas e instrumentos para coleta, estudo e interpretação de dados e informações é denominado:

(A) Testagem psicológica.

(B) Processo psicoterápico.

(C) Avaliação psicológica.

(D) Investigação psíquica.

(E) Parecer psicológico.

21. (TJ/PR – UFPR – 2017) A Resolução CFP nº 007/2003, a qual institui o Manual de Elaboração de Documentos Escritos produzidos pelo psicólogo, decorrentes de avaliação psicológica, estabelece alguns parâmetros para a construção de quatro modalidades de documentos. A esse respeito, avalie as proposições a seguir, considerando o texto da referida resolução.

I. Documento que certifica uma determinada situação ou estado psicológico, tendo como finalidade afirmar sobre as condições psicológicas de quem, por requerimento, o solicita.

II. Deve ser subsidiado em dados colhidos e analisados, à luz de instrumental técnico, consubstanciado em referencial técnico-filosófico e científico adotado pelo psicólogo.

III.O item Descrição da Demanda é destinado à narração das informações referentes à problemática apresentada e dos motivos, razões e expectativas que produziram o pedido do documento.

IV. Apresentar resposta esclarecedora, no campo do conhecimento psicológico, por meio de uma avaliação especializada, de uma “questão-problema", visando a dirimir dúvidas que estão interferindo na decisão.

V. Deve conter narrativa detalhada e didática, com clareza, precisão e harmonia, tornando-se acessível e compreensível ao destinatário.

É **CORRETO** o que se afirma sobre o Relatório/Laudo Psicológico em

(A) II, III e V.

(B) I, III e IV.

(C) I, IV e V.

(D) I, II e III.

(E) III, IV e V.

22. (TJ/PR – UFPR – 2017) Sobre os conhecimentos de avaliação psicológica, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) Os resultados das avaliações psicológicas têm grande impacto para as pessoas, os grupos e a sociedade. Essa afirmativa está relacionada à dimensão técnica da avaliação psicológica.

(B) A elaboração de um contrato de prestação de serviços é dispensável, principalmente ao considerar que essa ação pode interferir no estabelecimento do vínculo profissional.

(C) São considerados passos essenciais para a realização de uma avaliação psicológica: levantamento dos objetivos; coleta de informações; integração das informações e desenvolvimento das hipóteses iniciais; indicação das respostas à situação que motivou o processo de avaliação e comunicação cuidadosa dos resultados.

(D) A elaboração e a entrega de um documento com os resultados do processo de avaliação psicológica é facultativa.

(E) O acompanhamento acerca dos instrumentos considerados favoráveis para uso pelo CFP não é de responsabilidade do psicólogo, visto que a lista de instrumentos pode ser atualizada constantemente, sendo portanto inviável esse acompanhamento.

23. (TRT 15º REGIÃO – FCC – 2013) O psicólogo, para a avaliação psicológica de um indivíduo adulto, antes de realizar seu plano psicodiagnóstico, consultou a listagem dos testes divulgada pelo Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos − SATEPSI (CFP −Conselho Federal de Psicologia), que

(A) informa resultados de avaliação da fidedignidade dos testes no mercado.

(B) indica os testes mais utilizados pelos psicólogos, de acordo com o tipo de teste.

(C) sugere baterias para aplicação, considerando-se a idade do indivíduo.

(D) aponta condições de validade e precisão dos instrumentos disponíveis.

(E) relaciona os testes psicológicos liberados para atual uso do psicólogo.

24. (TRT 15º REGIÃO – FCC – 2013) Ocampo e Arzeno (11a ed. 2009), estudiosas do psicodiagnóstico, acreditam que ao longo de toda a entrevista inicial é importante captar que tipo de vínculo o paciente procura estabelecer com o psicólogo (se procura seduzi-lo, confundi-lo, evitá-lo, manter-se à distância, depender excessivamente dele, por exemplo) e também certos sentimentos e fantasias de importância vital para a compreensão do caso que surgem no psicólogo e que permitem determinar o tipo de vínculo objetal que opera como modelo interno inconsciente no paciente. Este processo refere-se aos aspectos

(A) de elaboração e reelaboração.

(B) de rapport e de ritmo.

(C) verbais e fantasistas.

(D) transferenciais e contratransferenciais.

(E) de significação e resignificação.

25. (TRT 18º REGIÃO – FCC – 2013) Ao realizar um psicodiagnóstico, o psicólogo incluiu em seu planejamento a aplicação do Inventário de Depressão Beck (BDI), uma vez que o indivíduo avaliado referia sintomas depressivos. Antes da aplicação do Inventário, o psicólogo consultou o Manual da versão em português das Escalas Beck e confirmou que o BDI se tratava de uma escala de autorrelato de

(A) 21 itens, cada um com 4 alternativas, subentendendo graus crescentes de gravidade da depressão, com escores de 0 a 3.

(B) 11 itens, cada um com 3 alternativas, subentendendo graus crescentes de gravidade da depressão, com escores de 0 a 10.

(C) 15 itens, cada um com 2 alternativas, subentendendo graus crescentes de gravidade da depressão, com escores de 0 a 8.

(D) 8 itens, cada um com 5 alternativas, subentendendo graus crescentes de gravidade da depressão, com escores de 0 a 15.

(E) 10 itens, cada um com 6 alternativas, subentendendo graus crescentes de gravidade da depressão, com escores de 0 a 6.

26. (TRT 18º REGIÃO – FCC – 2013) Para que se possa confiar em um teste, ele deve ser válido. Validade significa os escores do teste se relacionam significativamente com

(A) outros testes de personalidade já consagrados.

(B) o desempenho do cargo ou algum outro critério relevante.

(C) outros testes de conhecimentos aplicados por outras organizações.

(D) testes aprovados pelo Conselho Internacional de Psicologia.

(E) índices de correlações positivos se comparados a outros testes de personalidade.

27. (TRT 1º REGIÃO – FCC – 2011) É exemplo de teste de personalidade projetivo:

(A) G36.

(B) G38.

(C) PMK.

(D) DISC.

(E) QUANTUM.

28. (TRT 1º REGIÃO – FCC – 2011) Em um psicodiagnóstico, o psicólogo optou por utilizar o teste H-T-P (Casa − Árvore − Pessoa) de John N. Buck. Ele consultou o Manual e Guia de Interpretação desta técnica projetiva de desenho para verificar o tempo sugerido para a aplicação do teste e encontrou que a aplicação do H-T-P requer de

(A) 30 a 90 minutos, dependendo do número de desenhos solicitados pelo examinador e que, no mínimo, podem ser pedidos 3 desenhos e conduzido um inquérito sobre cada desenho.

(B) 20 a 40 minutos, dependendo do ritmo do avaliado e que é preciso aplicar todos os desenhos previstos na série, para não descaracterizar o instrumento de avaliação.

(C) 60 a 120 minutos, incluindo todos os desenhos e que, no mínimo, deve-se realizar o inquérito em 4 dos desenhos da série cromática e acromática.

(D) 25 a 50 minutos, dependendo da idade do avaliado e da escolha do examinador pela fase cromática, acromática ou ambas.

(E) 40 a 80 minutos, dependendo do tamanho do inquérito realizado para todos os desenhos e da idade do avaliado.

29. (TRT 1º REGIÃO – FCC – 2011) A Resolução CFP No 002/2003 define e regulamenta o uso e a comercialização dos testes psicológicos. Um psicólogo, ao escolher um teste para utilizar em um psicodiagnóstico, entra em contato com um teste estrangeiro que muito apreciou. O psicólogo precisa considerar o que determina o Art. 7 desta Resolução, no qual se encontra que os testes estrangeiros

(A) psicopedagógicos precisam ser adequados à amostra brasileira, somente se de origem não europeia.

(B) projetivos podem ser utilizados, sem a necessidade de adequação a amostras brasileiras, já que investigam fatores universais.

(C) gráficos somente, necessitam de avaliação das evidências de validade, precisão e dados normativos com o ambiente cultural.

(D) de inteligência não necessitam ser encaminhados ao CFP para avaliação e liberação de uso, já que medem nível abstrato.

(E) de qualquer natureza também estão sujeitos aos requisitos estabelecidos nesta Resolução.

30. (TRT 1º REGIÃO – FCC – 2011) Um psicólogo foi nomeado para realizar um diagnóstico para inspeção de saúde e, considerando a Resolução CFP no 002/2003, com o intuito de escolher recursos para auxiliá-lo nesta tarefa, consulta

(A) o Código Penal e verifica que, no Art. 34 da última edição, os demais profissionais envolvidos no encaminhamento do caso têm direito a ter acesso às conclusões finais obtidas via os instrumentos utilizados.

(B) o Setor de Orientação do Conselho Regional de Psicologia e verifica que, na avaliação realizada em janeiro de 2011, o Teste de Zulliger está entre os que receberam parecer desfavorável.

(C) o Código de Ética do Psicólogo e verifica que, na atualização realizada em junho de 2010, os testes a serem utilizados em uma avaliação só podem ser selecionados com a concordância do examinando.

(D) o Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos – SATEPSI do Conselho Federal de Psicologia – CFP e verifica que, na atualização realizada em novembro de 2010, o Rorschach Sistema Compreensivo está entre os testes que, para sua aplicação, receberam parecer favorável.

(E) o Setor de testes da Faculdade em que estudou, que faz atualizações frequentes no acervo de testes psicológicos à disposição de alunos e ex-alunos.

31. (TRT 1º REGIÃO – FCC – 2011) Foi solicitado a um psicólogo que prescreva um tratamento a um indivíduo. Para avaliá-lo ele resolveu incluir nos seus procedimentos, um teste como técnica para a investigação da dinâmica da personalidade, composto por 31 pranchas que abrangem situações humanas clássicas, em cujas instruções originais, a cada sujeito devem ser aplicados 20 estímulos, perfazendo o total de vinte histórias. O teste escolhido foi o Teste

(A) de Szondi.

(B) de Rorschach.

(C) de Apercepção Temática.

(D) das Frases Incompletas.

(E) de Apercepção Infantil.

32. (TRT 1º REGIÃO – FCC – 2011) O psicodiagnóstico clínico acaba com uma entrevista, na qual o profissional explica ao entrevistado as conclusões extraídas e conversa sobre elas. Trata-se da Entrevista de

(A) Devolução.

(B) Solução.

(C) Comunhão.

(D) Avaliação.

(E) Compreensão.

33. (TRT 1º REGIÃO – FCC – 2011) Um psicólogo do Tribunal foi nomeado para avaliar um indivíduo e, após concluir um processo psicodiagnóstico, deve redigir o relatório psicológico. Considerando o Manual de Elaboração de Documentos Escritos (Resolução CFP no 007/2003), este documento deve conter a seguinte estrutura mínima:

(A) 3 (três) itens − identificação, achados da avaliação e considerações práticas.

(B) 5 (cinco) itens − identificação, descrição da demanda, procedimento, análise e conclusão.

(C) 6 (seis) itens − dados pessoais, documentação, relação dos testes utilizados, discussão dos resultados, levantamento de hipóteses e sugestão de futuros procedimentos.

(D) 2 (dois) itens − identificação e encaminhamento.

(E) 4 (quatro) itens − nome das pessoas envolvidas no processo, achados da avaliação, parecer e encaminhamentos futuros.

34. (TRT 1º REGIÃO – FCC – 2011) Consta na Resolução CFP no 007/2003, que ao redigir um parecer, o psicólogo deve responder aos quesitos, quando houver, de forma sintética e convincente, não

deixando nenhum quesito sem resposta, sendo que quando não houver dados para a resposta ou quando o psicólogo não puder ser categórico, deve-se utilizar a expressão

(A) “não coube na avaliação”.

(B) “resposta desconhecida”.

(C) “sem conhecimento prévio”.

(D) “sem elementos de convicção”.

(E) “resposta insustentada”.

35**. (MPE/AL – COPEVE/UFAL – 2012)** A avaliação psicológica é uma das áreas mais comumente associadas à prática profissional do psicólogo seu instrumento de maior visibilidade. Considerando que o teste psicológico é, fundamentalmente, uma medida objetiva e padronizada de uma amostra do comportamento, torna importante atentar em seu processo de construção para alguns elementos como a objetividade e a validade. Sobre estes elementos afirmar:

A) a padronização implica em uniformidade de processo na aplicação e na avaliação do teste. Nesse sentido, as condições de aplicação devem ser, evidentemente, iguais para todos.

B) um passo importante na padronização de um teste é o grau de significância obtida a partir das respostas dos sujeitos frente às questões postuladas. Este elemento possibilita que os resultados nos testes possam ser interpretados.

C) a aplicação, a avaliação e a interpretação dos resultados de um teste são objetivos à medida que independem de julgamento subjetivo de determinado examinador.

D) a precisão sempre significa estabilidade ou consistência. Precisão do teste é a consistência pelo mesmo indivíduo, quando testado novamente com o mesmo instrumento, ou com uma forma equivalente.

E) a validade é o grau em que o teste mede, efetivamente, o que pretende medir.

36. (MPE/AL – COPEVE/UFAL – 2012) Os inventários de traços e de ajustamento são técnicas de exame psicológico. Qual opção abaixo não caracteriza estes inventários?

A) São questionários de personalidade padronizados.

B) São geralmente auto administrados.

C) São entrevistas coordenadas pelo examinador.

D) São medidas das diferenças individuais dentro da faixa da normalidade e também de psiconeurose.

E) São perguntas sobre reações individuais em relação aos desejos, interesses, gostos, crenças e atitudes.

37. (MPE/AL – COPEVE/UFAL – 2012) A duração de um Psicodiagnóstico constitui uma estimativa do tempo em que pode operacionalizar as tarefas implícitas pelo plano de avaliação, bem como completar as tarefas subsequentes até a comunicação dos resultados. Para tanto, torna-se imprescindível nesse processo o contrato de trabalho, ou seja, o estabelecimento de termos em que o Psicodiagnóstico vai desenvolver-se. Sobre o contrato de trabalho, é incorreto afirmar:

A) deve priorizar no processo do Psicodiagnóstico a realização de um cronograma de atividades entre profissional e paciente de modo a facilitar o início das entrevistas e a aplicação dos testes, instrumentos centrais na consecução de uma avaliação correta.

B) envolve um comprometimento de ambas as partes no cumprimento das obrigações formais.

C) deve envolver certo grau de flexibilidade, devendo ser revisto sempre que o desenvolvimento do processo tiver de sofrer modificações.

D) o momento mais propício para o estabelecimento de um contrato de trabalho é variável, pois depende da precisão das questões iniciais e dos objetivos, bem como da experiência do psicólogo.

E) a definição de papéis, as obrigações e responsabilidades mútuas compõem o centro de um contrato de trabalho.

38. (MPE/AL – COPEVE/UFAL – 2012) Quanto aos documentos decorrentes de avaliação psicológica abaixo elencados,

I. Atestado psicológico

II. Declaração

III. Parecer Psicológico

IV. Relatório/laudo psicológico

verifica-se que estão corretos

A) I e IV, apenas.

B) I, III e IV, apenas.

C) II e III, apenas.

D) III e IV, apenas.

E) I, II, III e IV.

39. (DPE/AM – FCC – 2018) O Psicodiagnóstico é um processo que tem como objetivo identificar forças e fraquezas no funcionamento psíquico, com um foco na existência ou não de psicopatologia. Desse modo,

(A) antes de iniciar o processo diagnóstico, o psicólogo precisa entender as razões do encaminhamento para que possa responder às especificidades da solicitação e demanda.

(B) o aspecto preventivo é colocado em questão, já que a solicitação de um psicodiagnóstico tem como objetivo a nomeação da disfunção já existente.

(C) nem sempre será necessário traçar um plano de avaliação, uma vez que as hipóteses iniciais podem estar obscuras.

(D) no diagnóstico interventivo a entrevista devolutiva tem o intuito de informar o paciente sobre os resultados obtidos com a avaliação, como acontece nos trabalhos de psicodiagnósticos tradicionais.

(E) há uma limitação temporal dos resultados, pois as técnicas e métodos se renovam e invalidam as conclusões anteriores.

40. (DPE/AM – FCC – 2018) A escala de desesperança de Beck complementa a avaliação de risco de suicídio em casos depressão. Esta escala está diretamente relacionada

(A) à quantificação das tentativas anteriores de suicídio.

(B) à intensidade dos sintomas depressivos e a visão negativa de si mesmo.

(C) ao conceito da tríade cognitiva, por investigar a visão negativa de futuro.

(D) à descrição das distorções cognitivas.

(E) à identificação das crenças centrais e intermediárias sobre a depressão.

41. (DPE/RS – FCC – 2017) O registro da qualidade formal é uma das características mais importantes do processo de codificação no momento da avaliação das respostas obtidas na aplicação do Método de Rorschach. Isso se deve à necessidade

(A) de aferirmos as respostas de movimento animal ou humano.

(B) de verificarmos a existência de respostas populares ou vulgares.

(C) da contagem de respostas em que haja a cor envolvida.

(D) do levantamento de traços psicopatológicos e de drogadição obrigatoriamente.

(E) de aferirmos como a pessoa apreende a realidade e seu esforço integrativo.

42. (TRT 11º - FCC – 2017) A abordagem mais conhecida das aptidões é a teoria multifatorial de Thurstone. Segundo esta abordagem, a estrutura mental das pessoas é constituída por um número de fatores relativamente independentes entre si, cada qual responsável por uma determinada aptidão. Thurstone definiu sete fatores específicos e criou um conjunto de testes para medi-los, os chamados testes de habilidades primárias. O Fator W mede as aptidões de

(A) arquitetura, precisão, expressão artística e facilidade para lidar com detalhes.

(B) capacidade de lidar com números, cálculos, matemática e operações primárias.

(C) capacidade de lidar com espaços, geometria, pintura e escultura.

(D) oratória, escrita, facilidade de falar e de escrever e argumentação.

(E) capricho, atenção, atenção concentrada, raciocínio lógico e visão global.

43. (TRE/SP – FCC – 2017) No processo psicodiagnóstico, segundo Ocampo e Arzeno (1990),

(A) definir o enquadre (ou enquadramento) permite dar garantias de que no processo de psicodiagnóstico o paciente não tenha contato com aspectos da sua infância já que são muito regressivos, dificultando a entrevista.

(B) a entrevista inicial é caracterizada como uma entrevista dirigida, que permite ao entrevistador ter a liberdade de investigar as principais questões foco da avaliação psicológica.

(C) a entrevista clínica é uma técnica insubstituível, pois cumpre os objetivos do processo psicodiagnóstico, sendo a utilização de testes facultativa, uma vez que são apenas complementares.

(D) ao planejar a bateria de testes a ser utilizada no psicodiagnóstico, é importante discriminar a sequência em que os testes escolhidos serão aplicados, sendo que os primeiros devem ser os que mobilizam a conduta que corresponde ao sintoma do avaliado.

(E) na entrevista clínica deve-se observar o motivo latente, subjacente ao manifesto, sem ater-se à queixa que preocupa o paciente e pode manter-se, anular-se e ampliar-se.

44. (TRE/SP – FCC – 2017) Em relação a uso dos testes psicológicos,

(A) o psicólogo poderá utilizar qualquer teste psicológico que seja reconhecido por ele como atendendo à complexidade do motivo que determinou a avaliação psicológica.

(B) as técnicas projetivas, por apresentarem tarefas estruturadas, favorecem uma grande variedade de respostas.

(C) os testes projetivos, embora muito utilizados, são considerados limitados em função da subjetividade do examinando, uma vez que o conteúdo manifesto se altera frente às expectativas dos resultados.

(D) a fidedignidade de um teste é a consistência dos escores obtidos quando submetidos novamente ao mesmo teste, ou a uma forma equivalente dele.

(E) a validade de um teste refere-se àquilo que ele mensura e ao seu alcance de predição temporal.

45. (FUNDAÇÃO CASA – VUNESP – 2013) No Brasil, ao escolher técnicas de avaliação psicológica, o psicólogo deverá ter o cuidado de selecionar apenas instrumentos:

(A) reconhecidos em nível internacional, conforme recomendado pelo Conselho Federal de Psicologia

(B) com alto nível de fidedignidade, a fim de que sua validade esteja assegurada.

(C) recomendados pela Associação Brasileira de Avaliação Psicológica.

(D) que considere adequados para a finalidade em questão, com base em sua própria experiência.

(E) aprovados pelo Conselho Federal de Psicologia, que exige estudos psicométricos com amostras brasileiras.

46. (FUNDAÇÃO CASA – VUNESP – 2013) Para muitos dos profissionais de orientação psicanalítica, o primeiro encontro entre o psicólogo e a criança se dá em uma sessão de ludodiagnóstico. O principal objetivo desse primeiro contato é:

(A) apreciar a consciência que a criança tem dos problemas que levaram ao seu encaminhamento e deixá-la livre para expressar suas vivências.

(B) oferecer à criança uma oportunidade de *acting out* que reduza sua ansiedade antes do processo de avaliação psicológica propriamente dito.

(C) avaliar os recursos de que a criança dispõe para tolerar a angústia, propondo situações que a mobilizem e estimulem sua manifestação.

(D) averiguar se a criança é capaz de compreender os limites e os objetivos específicos da hora de jogo como parte do processo de avaliação diagnóstica.

(E) observar a criança de modo a confirmar ou rejeitar a queixa original trazida pelos pais na primeira entrevista do processo de avaliação psicológica.

47. (TJ/SP – VUNESP – 2017) A atuação do psicólogo no contexto jurídico eventualmente demanda a avaliação psicológica de crianças pequenas, cujo repertório verbal é bastante limitado para expressar o que sente e o que a perturba. Ocampo M. L. e colaboradores (2009) sugerem, nesses casos, a realização da hora de jogo diagnóstica. Para os autores, a hora de jogo diagnóstica:

(A) possibilita a expressão de um amplo leque de condutas da criança, dispensando o uso de outras técnicas pelo psicólogo.

(B) assemelha-se à entrevista diagnóstica realizada com o adulto, no sentido de que cabe ao entrevistador definir e direcionar os conteúdos mobilizados.

(C) permite a avaliação dos recursos psicológicos da criança por colocar em ação os processos secundários.

(D) inclui comunicação de tipo espacial, na qual são incluídos mais elementos dos processos primários, atuados no próprio brincar.

(E) poupa a criança de angústias ameaçadoras que inibam sua capacidade de se expressar, porque o vínculo transferencial não chega a ser estabelecido.

48. (HCFMUSP – VUNESP – 2015) Paciente do sexo feminino, 17 anos, internada em enfermaria psiquiátrica, analfabeta, com muitas faltas no trabalho, anedonia (perda do prazer nas atividades diárias), apatia e lentificação psicomotora. A hipótese diagnóstica é de depressão e/ou deficiência intelectual. Foi solicitado ao psicólogo que realizasse uma avaliação dessa paciente. Assinale a alternativa que descreva os procedimentos dessa avaliação, segundo Cunha (2000):

(A) Entrevista clínica, aplicação do Teste Matrizes Progressivas de Raven, aplicação do Teste de Apercepção Temática – TAT, entrevista devolutiva.

(B) Entrevista objetiva, aplicação do teste WAIS – III, aplicação do Teste de Desempenho Escolar – TDE, entrevista devolutiva.

(C) Entrevista clínica, aplicação do teste WISC – IV, aplicação do Teste de Apercepção Temática – TAT, entrevista devolutiva.

(D) Levantamento de dados de prontuário médico, aplicação do teste WAIS – III, aplicação do Teste de Apercepção Temática Infantil – CAT, entrevista devolutiva.

(E) Levantamento de dados de prontuário médico, aplicação do Teste Matrizes Progressivas Coloridas de Raven, aplicação do Teste de Desempenho Escolar – TDE, entrevista devolutiva.

49. (TJ/SP – VUNESP – 2012) Ocampo e colaboradores (2009) apresentam as etapas do processo psicodiagnóstico. Nesse processo, é muito importante que seja realizado o *enquadramento*, que tem por finalidade:

(A) orientar os pais da criança sobre a importância do sigilo no processo.

(B) planejar as atividades a serem desenvolvidas durante o psicodiagnóstico.

(C) manter constantes certas variáveis que intervêm no processo.

(D) reconhecer as demandas do sujeito em processo de avaliação.

(E) garantir condições mínimas de trabalho para o psicólogo.

50. (TJ/SP – VUNESP – 2012) Ocampo e colaboradores (2009) destacam a importância da entrevista inicial com os pais e da avaliação de sua capacidade de elaborar a situação diagnóstica. Para os autores, a presença de ambos os pais na entrevista diagnóstica é imprescindível, pois:

(A) os pais precisam ser orientados sobre os possíveis resultados.

(B) eles precisam ser entrevistados primeiro para que possam acolher a criança.

(C) a criança não tem autonomia para participar do enquadre.

(D) consideram a criança como emergente de um grupo familiar.

(E) existe determinação do Conselho Federal de Psicologia.

51. (TJ/SP – VUNESP – 2012) Dentre os métodos de avaliação da personalidade, destacam-se as técnicas projetivas. Ocampo e colaboradores (2009) afirma que a distinção entre percepção cognitiva e apercepção de uma situação é, dinamicamente, uma:

(A) falsa dicotomia.

(B) condição do trabalho psíquico.

(C) indicação de equilíbrio.

(D) situação psicopatológica.

(E) variável recorrente.

52. (PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP – VUNESP – 2015) Em relação ao processo psicodiagnóstico, pode-se afirmar que:

(A) sua duração é sempre definida previamente, não podendo ser alterada em hipótese alguma, para não abalar a confiança do paciente em relação à competência do terapeuta.

(B) seus objetivos são definidos pela pessoa que realizou o encaminhamento ou pela pessoa avaliada, devendo ser respeitados pelo psicólogo.

(C) este é um processo científico, que parte de perguntas específicas, cujas respostas se estruturam como hipóteses que serão confirmadas ou não durante as etapas do processo.

(D) o plano de avaliação é definido em conjunto pelo terapeuta e pela pessoa que será avaliada, o que aumenta a motivação do paciente e facilita a coleta de dados.

(E) o processo utiliza técnicas e testes psicológicos, que são analisados e interpretados, e se encerra com a definição da problemática do cliente para o psicólogo.

53. (TJ/SP – VUNESP – 2017) A obra *Processo Diagnóstico e as Técnicas Projetivas* (Ocampo e colaboradores, 2009) recomenda iniciar o processo de psicodiagnóstico por uma entrevista:

(A) totalmente livre, que permita, ao sujeito, revelar sua visão da situação atual e expressar sua ansiedade diante da situação.

(B) informal, deixando que o sujeito se sinta à vontade para escolher sobre o que falar, sem se sentir ameaçado.

(C) dirigida, nos moldes da anamnese, de modo a coletar os dados mais relevantes do histórico e da demanda.

(D) interventiva, que favoreça a elaboração e possivelmente o *insight* diante das questões mais relevantes trazidas pelo sujeito.

(E) inicialmente diretiva, para apresentação mútua e de enquadramento, para então passar para a entrevista livre.

54. (TJ/SP – VUNESP – 2012) Segundo Ocampo e colaboradores (2009), a hora de jogo diagnóstica consiste em uma experiência nova para todos os envolvidos, entrevistador e entrevistados. Esse momento implica, além do interjogo das séries complementares, o estabelecimento:

(A) de uma postura interpretativa.

(B) de atividades já concatenadas simbolicamente.

(C) da tarefa dentro do referencial operativo.

(D) dos papéis socialmente aceitos.

(E) de um vínculo transferencial.

55. (TJ/SP – VUNESP – 2012) Bleger (2011), de forma crítica, avalia que psicólogos inexperientes podem se valer dos testes em situações de insegurança pessoal. Segundo o autor, o isolamento profissional contribui muito para a estereotipia, pois:

(A) favorece a manutenção da clivagem.

(B) encobre as dificuldades com onipotência.

(C) permite a análise da própria personalidade.

(D) evita a alienação no trabalho.

(E) não permite a troca de informações.

56. (FUNDAÇÃO CASA – VUNESP – 2013) Um psicólogo pretende usar o WISC-III para investigar as habilidades sociais de uma criança, particularmente se ela tem noção das regras sociais. Para isso, ele deve considerar particularmente o subteste:

(A) informação.

(B) semelhanças.

(C) compreensão.

(D) enigmas.

(E) matrizes.

57. (MPE/ES – VUNESP – 2013) Ao aplicar o WISC em uma criança de 12 anos, um psicólogo está particularmente interessado em verificar o quanto a criança é capaz de sustentar a atenção e não se distrair. Considerando-se os índices fatoriais desse instrumento, serão particularmente interessantes os resultados relativos aos subtestes:

(A) completar figuras e arranjo de figuras.

(B) armar objetos e cubos.

(C) procurar símbolos e completar figuras.

(D) aritmética e dígitos.

(E) código e procurar símbolos.

58. (MPE/ES – VUNESP – 2013) Para Arminda Aberastury, do ponto de vista teórico, no processo de psicodiagnóstico, a “fantasia de doença e cura" da criança:

(A) costuma aparecer na primeira sessão de jogo e está estreitamente relacionada ao motivo latente da consulta.

(B) estabelece-se ao longo do processo diagnóstico, à medida que se esclarecem, para a criança, os reais motivos de seus sintomas

(C) é definida no primeiro encontro com o psicólogo (fantasia de doença) e conscientizada na entrevista devolutiva (fantasia de cura).

(D) se constituirá a partir da comunicação verbal entre a criança e o psicólogo, por meio da qual a possibilidade de cura poderá ser vislumbrada.

(E) só aparecerá em um processo psicoterapêutico de longa duração, devendo ser desconsiderada no contexto do psicodiagnóstico.

59. (SAP/SP – VUNESP – 2011) O Teste do Desenho da Figura Humana é uma técnica amplamente utilizada para identificar o conceito que um indivíduo tem de si mesmo, assim como um indicador das aspirações, preferências e atitudes de um indivíduo. Essa variedade de possibilidades de investigação torna essa técnica:

(A) muito rica, mas também dificulta uma interpretação acurada e fidedigna do material produzido por ela.

(B) inadequada para realização de avaliações devido à ausência de critérios definidos para análise.

(C) inquestionável em suas predições sobre o comportamento futuro dos indivíduos por ela avaliados.

(D) questionável, pois não atende aos critérios de validade e fidedignidade previstos para instrumentos psicológicos.

(E) insubstituível para investigação de aspectos de personalidade e cognição em indivíduos de qualquer faixa etária.

60. (TJ/PA – VUNESP – 2014) Separar uma recordação do sentimento a ela associado é um mecanismo de defesa identificável em histórias narradas de modo desapegado ou distanciado nas técnicas projetivas temáticas como o teste de apercepção infantil (CAT), de Bellak e Bellak, e o teste de apercepção temática (TAT), de Henry Murray. Esse mecanismo de defesa é denominado:

(A) deslocamento.

(B) formação reativa.

(C) isolamento.

(D) anulação.

(E) negação.

61. (TJ/PA – VUNESP – 2014) Após o encerramento da coleta de dados de um psicodiagnóstico de uma criança, o psicólogo chama os pais para a entrevista devolutiva. Recomenda-se que, nessa situação, o psicólogo:

(A) aborde logo de início os aspectos mais comprometidos da criança, para assegurar que os pais compreendam a gravidade do quadro.

(B) procure dar pouca ênfase a aspectos desadaptados da criança, procurando estimular os pais a formarem uma imagem positiva do filho.

(C) explicite os detalhes técnicos que fundamentam as conclusões diagnósticas, para garantir que os pais acatem o encaminhamento sugerido.

(D) comece solicitando que os pais leiam o relatório impresso e prossiga esclarecendo as dúvidas que eles levantarem a partir da leitura.

(E) considere novas informações trazidas pelos pais na entrevista e, se necessário, colete dados adicionais ou reformule suas conclusões.

62. (TJ/SP – VUNESP – 2012) Bleger (2011), ao se referir à entrevista psicológica, afirma a importância dos cuidados com a interpretação. Segundo ele, quanto maior for a compulsão para interpretar, tanto mais será necessário:

(A) ser diretivo.

(B) calar-se.

(C) interpretar.

(D) pontuar.

(E) assinalar.

63. (DPE AM – FCC – 2018) Considere as técnicas utilizadas em entrevistas diagnósticas com crianças.

I. A hora do jogo.

II. O procedimento de desenhos-estórias.

III. O jogo do rabisco.

A correta relação entre a técnica e o autor é:

I – II - III

a) Aberastury A.

Trinca, W.

Winnicott, D.W.

b) Ocampo, M.L.S.

Klein, M.

Trinca, W.

c) Klein, M.

Ocampo, M.L.S.

Winnicott, D.W.

d) Trinca, W.

Winnicott, D.W.

Klein, M

e) Ocampo, M.L.S.

Trinca, W.

Klein, M.

64. (TRT 14 – FCC – 2018) Conforme o modelo interpretativo de Murray, na análise de conteúdo do Teste de Apercepção Temática − TAT, o psicólogo desmembra cada história nos conteúdos expressos no tema central, chegando à identificação do herói, ao reconhecimento de seus motivos, tendências e necessidades, à exploração de seus estados interiores, ao exame das pressões

A) identificadas e tendências gerais.

B) multideterminadas e do universo pessoal.

C) autoimpostas e aspectos dissociativos.

D) autoimpostas e do universo pessoal.

E) ambientais e do desfecho.

65. (TRT 14 – FCC – 2018) Na bateria de testes, utilizada em um psicodiagnóstico,

A) não é necessário o emprego de mais de um teste para buscar uma validação intertestes dos dados obtidos.

B) nenhum teste, isoladamente, pode proporcionar uma avaliação abrangente da pessoa como um todo.

C) para se chegar a inferências clínicas não é necessário preocupar-se com margem de erro em testes de personalidade.

D) toda avaliação psicológica deve incluir, pelo menos, a aplicação de quatro testes psicológicos.

E) está designada a aplicação de um teste psicológico.

66. (TRT 14 – FCC – 2018) Para Jurema Alcides Cunha, estudiosa do Psicodiagnóstico, um dos objetivos da avaliação psicológica clínica é o entendimento dinâmico, que pode ser considerado, em sentido lato, uma

A) forma de avaliação compreensiva, já que enfoca a personalidade de maneira global, mas pressupõe um nível mais elevado de inferência clínica.

B) classificação nosológica, testando hipóteses iniciais e tomando como referência critérios diagnósticos.

C) investigação mais superficial, embora sejam sempre consubstanciados pelos passos específicos do psicodiagnóstico

D) abordagem prognóstica, que determina o curso provável do caso.

E) proposta de exame do estado mental do paciente, de competência exclusiva do psicólogo, frequentemente realizado sem aplicação de testes.

67. (TRT 15 – FCC – 2018) Os testes projetivos proporcionam obter informações sobre diferentes níveis de funcionamento da personalidade e, para isso, são oferecidos ao examinando estímulos

A) ordenados de tal modo que o examinando discorra sobre os temas oferecidos, mantendo-se engajado na tarefa, sem dispersar-se.

B) estruturados, com o objetivo de conseguir informações sobre temas específicos do mundo objetivo do examinando.

C) convencionais, a partir dos quais o indivíduo informa sobre suas preferências em relação a temáticas específicas.

D) pouco estruturados, que ele organizará em conformidade com aspectos de seu mundo interno.

E) sequenciais que induzem o examinando a expressar conteúdos relativos aos temas propostos, de modo estruturado.

68. (TRT 15 – FCC – 2018) Para Jurema Alcides Cunha, a escolha de testes que serão utilizados em um processo psicodiagnóstico corresponde a uma das etapas do estabelecimento de um plano de ação e que se deve ter em conta que

A) um teste, desde que bem apropriado ao que se quer avaliar, torna-se suficiente para o processo de avaliação psicológica.

B) nenhum teste, isoladamente, pode proporcionar uma avaliação abrangente da pessoa como um todo.

C) um teste projetivo é suficiente para a obtenção de dados em um plano psicodiagnóstico.

D) um teste de inteligência deve sempre estar incluído na bateria de testes de escolha do psicólogo, pela importância que tem a avaliação cognitiva.

E) é desnecessária a validação intertestes, já que cada instrumento já passou por estudo detalhado antes de sua liberação para uso.

69. (TRT 15 – FCC – 2018) Processo diagnóstico é a forma resultante de determinada organização e estruturação dos elementos de um estudo de caso, realizado segundo uma certa concepção diagnóstica, que ocorre em uma sequência de passos, para a consecução dos objetivos diagnósticos, orientados em função de determinados embasamentos teóricos e práticos, sendo classificado de conformidade com os tipos existentes. No processo compreensivo busca-se

A) dados de observação objetiva como prioritários, com exclusão de apreciações a respeito do mundo interno, sendo os referenciais, nesse processo, extraídos da Psicologia da Aprendizagem em que se enfatizam os programas desenvolvidos pela Psicologia Experimental.

B) uma transposição, para o diagnóstico psicológico, de noções advindas do diagnóstico clínico em medicina, tomando a vida emocional em termos similares àqueles empregados para o organismo, ou seja, um objeto concebido como doente.

C) configurar uma espécie de antevisão dos fenômenos que a prática psicanalítica bem-sucedida encontraria no paciente, e com os quais lidaria, sendo que a Psicanálise constitui-se em modelo de trabalho para os profissionais que se utilizam desse tipo de processo

D) encontrar um sentido para o conjunto das informações disponíveis, tomar aquilo que é relevante e significativo na personalidade, entrar empaticamente em contato emocional e, também, conhecer os motivos profundos da vida emocional de alguém.

E) ter, no psicólogo, um simples aplicador e avaliador de testes psicológicos, cuja finalidade é auxiliar o trabalho de outros profissionais, sendo que o psicólogo entra em contato com aspectos parciais da personalidade do paciente, de modo “objetivo”.

70. (TRT 15 – FCC – 2018) Um psicólogo ao aplicar o Método de Rorschach obteve, ao solicitar ao examinando, no momento do inquérito, na prancha II, que ele passasse o dedo ao redor do local onde viu – “Dois palhaços batendo as mãos um no outro”. Esse tipo de resposta é considerado no item modalidade como uma resposta

A) pormenor primário.

B) global.

C) pormenor secundário.

D) de estrutura.

E) de conteúdo fragmentado.

10 – GABARITO

1. D
2. D
3. C
4. D
5. E
6. D
7. B
8. C
9. B
10. D
11. A
12. B
13. D
14. A
15. D
16. E
17. D
18. B
19. C
20. C
21. A
22. C
23. E
24. D
25. A
26. B
27. C
28. A
29. E
30. D
31. C
32. A
33. B
34. D
35. B
36. C
37. A
38. A
39. A
40. C

41. E
42. D
43. E
44. D
45. E
46. A
47. D
48. A
49. C
50. D
51. A
52. C
53. E
54. E
55. B
56. C
57. D
58. A
59. A
60. C
61. E
62. B
63. A
64. E
65. B
66. A
67. D
68. B
69. D
70. B

ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE:
PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.

1. 

Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.

2. 

Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).

3. 

Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).

4. 

Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).

5. 

Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).

6. 

Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).

7. 

Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.

8. 

O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.